

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**EM BUSCA DE UM DISCURSO SOCIAL: A ideologia da política social do PSDB
na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007)**

MICHELE DIANA DA LUZ

Pelotas, 2017

MICHELE DIANA DA LUZ

**EM BUSCA DE UM DISCURSO SOCIAL: A ideologia da política social do PSDB
na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Mendonça

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L979e Luz, Michele Diana da

Em busca de um discurso social : a ideologia da política social do PSDB na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007) / Michele Diana da Luz ; Daniel de Mendonça, orientador. — Pelotas, 2017.

144 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Ideologia. 2. Partido da Social Democracia Brasileira. 3. Teoria do discurso. I. Mendonça, Daniel de, orient. II. Título.

CDD : 324.2

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

MICHELE DIANA DA LUZ

**EM BUSCA DE UM DISCURSO SOCIAL: A ideologia da política social do PSDB na
Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel de Mendonça (Orientador)

Profa Dra Bianca de Freitas Linhares

Prof. Dr. Romério Jair Kunrath

AGRADECIMENTOS

Não fugirei aqui à praxe de evitar agradecimentos nominais por receio de fazer injustiça a alguém, dentre tantas as pessoas que foram fundamentais para a consecução deste trabalho.

Não posso, porém, deixar de demonstrar minha gratidão, primeiramente, ao meu orientador, Daniel de Mendonça, por todo o companheirismo e paciência ao longo de minha trajetória acadêmica, assim como por todo o aprendizado e crescimento intelectual que me ajudou a construir.

De igual forma, aos demais mestres que fizeram parte de minha formação até aqui, nos quais tive por inúmeras vezes minha referência profissional.

À minha família, pelo apoio ao longo de toda e qualquer caminhada e pela compreensão nos muitos momentos em que estive ausente.

Ao grupo de pesquisa —Ideologia e Análise de Discurso, colegas e professores, pelo acolhimento, conhecimento compartilhado e comprometimento, fundamentais para que esta pesquisa fosse possível.

Aos amigos, que direta ou indiretamente se fizeram presentes.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo suporte material, que foi de grande importância para a consecução deste trabalho.

Por fim, à toda a sociedade brasileira, por ter financiado por meio de seu trabalho minha educação pública e gratuita, a qual considero-me privilegiada em ter recebido.

RESUMO

LUZ, Michele Diana. **Em busca de um discurso social: A ideologia da política social do PSDB na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007)**. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Amparado nos pressupostos epistemológicos da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o presente trabalho busca investigar o posicionamento ideológico do Partido da Social Democracia Brasileira no que tange às políticas sociais propostas por seus parlamentares na Câmara dos Deputados, no decorrer da 52ª legislatura. O objetivo que se coloca é o de compreender como se caracteriza ideologicamente o discurso do partido neste campo de atuação. Para tanto, buscamos identificar os principais sentidos que se articulam neste discurso, de modo a estabelecer relações entre estes e sua posição no espectro ideológico. Constitui também nosso interesse perceber se este discurso se altera ao longo do mandato, inclinando-se mais à esquerda ou à direita. Frente a estes objetivos, a hipótese: que sustentamos é que apesar da aproximação ideológica entre os dois partidos no campo retórico, onde ambos assumem um discurso social de esquerda, no “plano prático”, as propostas apresentadas pelos deputados do PSDB para o campo social mantêm um caráter predominantemente econômico, vinculado à redução de impostos e geração de empregos. Deste modo, o discurso do partido concernente às políticas sociais, no período analisado, estaria mais próximo de um posicionamento ideológico convencionalmente associado ao da direita. Para esta verificação, analisamos os projetos de lei relacionados às políticas sociais protocolados pelos parlamentares do PSDB entre 2003 e 2007, à luz da metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos desenvolvida pelo grupo de pesquisa —Ideologia e Análise de Discurso (IdAD), vinculado ao PPGCPol da Universidade Federal de Pelotas. Na referida metodologia, empregamos uma combinação de análise de conteúdo e análise de discurso, o que nos permite aprofundar o entendimento da questão proposta. Contrariando nossa hipótese, os resultados de nossa pesquisa demonstraram que a ideologia do partido quanto as políticas sociais, no período considerado, pode ser classificada na esquerda, sem a forte vinculação ao campo econômico por nós presumida.

Palavras-chave: Ideologia; Partido da Social Democracia Brasileira; Teoria do discurso.

ABSTRACT

LUZ, Michele Diana. **In search for a social discourse: the ideology of the social policy in the PSDB Chamber of Deputies at the 52nd Legislature (2003-2007).** 2017. 144f Dissertation (Master in Political Science) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Sustained by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory epistemological postulate, this paper investigation aim is to elucidate the ideological position of the Brazilian Social-Democratic Party concerning its social policy propositions in the Chamber of Deputies during the 52nd Legislature. The main purpose is to comprehend how the party's ideological discourse is characterized in this specific field. To achieve that, we seek to identify the main meanings articulated in this discourse, in order to establish the relation between those and the party's place in the ideological spectrum. It's also our interest to perceive whether this discourse changes throughout the term, leaning to the left or to the right. To face up this purposes, the hypothesis upheld by us is that despite the ideological proximity between the PSDB and the Workers Party in the rhetorical field, in which both of them adopt a left-wing social discourse, on the "practical terms" the propositions submitted by the PSDB's deputies for the social area maintain a character that is predominantly economic, bound to tax cuts and job growth. Thereby, the party's discourse, concerning the social policies over the period under consideration, would be closer to a ideological stance usually related to the right-wing. For this verification, we analyzed the social policy bills submitted by the PSDB congressmen between 2003 and 2007, under the methodology for ideological classification of the political parties developed by the research group "Ideology and Discourse Analysis" (IdAD), associated to the Post Graduation Program in Political Science of the Federal University of Pelotas. In the refereed methodology, we use a combination of content analysis and discourse analysis, which allows us to deepen the knowledge on the draft issue. Contrarily to our hypothesis, the results showed that the party's ideology concerning the social policy during the period considered can be categorized as a left-wing discourse, with no strong ties to the economic field, as we supposed.

Keywords: Ideology; Brazilian Social-Democratic Party; Discourse Theory.

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Representação Regional do PSDB - Deputados eleitos para a 52ª Legislatura (2003-2007)	79
Gráfico 2	Fundadores do PSDB/Região	81
Gráfico 3	Crescimento da bancada do PSDB entre 1990 e 2006	82
Gráfico 4	Número de proposições na área Social por Deputado (2003-2007)	85
Gráfico 5	Distribuição temática dos PLs com maior recorrência (2003-2007)	88
Gráfico 6	Projetos categorizados em significantes de menor recorrência.	91
Gráfico 7	Distribuição dos significantes codificados na área Econômica	93
Gráfico 8	Distribuição dos significantes por classificação ideológica – Área Social	99
Gráfico 9	Classificação ideológica dos PLs no significativo “Educação”	100
Gráfico 10	Classificação ideológica dos PLs no significativo “Inclusão Social”	101
Gráfico 11	Classificação ideológica dos PLs no significativo “Cidadania”	102
Gráfico 12	Classificação ideológica dos PLs no significativo “Previdência”	103
Gráfico 13	Classificação ideológica dos PLs no significativo “Relações de Trabalho”	104
Gráfico 14	Classificação ideológica dos PLs no significativo “Infância e Juventude”	105
Gráfico 15	Classificação ideológica dos PLs no significativo “Meio Ambiente”	105

Gráfico 16	Classificação ideológica dos PLs no significante “Relações Agrárias”	106
Gráfico 17	Classificação ideológica dos PLs nos significantes “Direitos das Minorias” e “Segurança”	107
Gráfico 18	Distribuição dos significantes por classificação ideológica – Área Economia	108
Gráfico 19	Classificação ideológica dos PLs nos significantes “Desenvolvimento (Econômico, Regional e Sustentável)”	109
Gráfico 20	Classificação ideológica dos PLs nos significantes “Incentivo Fiscal e Tributação”	110

Lista de Quadros

Quadro 1	Compilação dos principais métodos e classificações ideológicas	36
Quadro 2	Palavras detonadoras: arquivos e trechos selecionados.	47
Quadro 3	Significantes incorporados a partir dos PLs e MPs	50

Lista de Tabelas

Tabela 1	Disposição dos Projetos de Lei por ano legislativo (2003-2006) na primeira seleção	54
Tabela 2	Disposição dos Projetos de Lei por ano Legislativo (2003-2006) com regra de exclusão aplicada.	55
Tabela 3	Maiores bancadas do PSDB em percentuais (2002)	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEM	Democratas
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPS	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IC	Iniciação Científica
IdAD	Ideologia e Análise do Discurso
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIS	Programa de Integração Social

PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Renovador
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PV	Partido Verde
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

1	Introdução	14
2	Fundamentações teóricas para uma classificação ideológica	20
2.1	Trazendo a ideologia ao debate	21
2.2	A ideologia em Marx & Engels, Althusser, Žižek e Laclau	22
2.3	Pós-estruturalismo e Discurso	27
2.4	Considerações	32
3	Opções metodológicas	34
3.1	A classificação ideológica na literatura política nacional e a necessidade de uma nova metodologia	34
3.2	Ponderações sobre a proposta metodológica	35
3.3	Ponto de partida: compilação das classificações ideológicas na literatura política nacional	41
3.4	Procedimentos de coleta e análise dos pronunciamentos	43
3.4.1	Busca dos "sentidos aplicados" nos pronunciamentos	48
3.4.2	Elaboração de glossário temático e do Quadro de sentidos ideológicos	49
3.5	Procedimentos de coleta e análise dos Projetos de Lei do PSDB na 52ª Legislatura	52
3.5.1	Opções de codificação	56
3.6	Considerações	56
4	Uma Social-Democracia à brasileira	58
4.1	Breve histórico da social-democracia europeia	59
4.2	<i>Welfare State</i> : inspirações e experiências	62
4.3	Política social e influências na social-democracia do PSDB	66
4.4	A visão social nos documentos de fundação do partido	71
4.5	Considerações	76
5	Encontrando o discurso social do partido: Categorização dos Projetos de Lei propostos pelos deputados do PSDB na área Social na 52ª Legislatura	78

5.1	Representação geográfica do PSDB na Câmara dos Deputados (2003-2007)	79
5.1.1	Proposições individuais	84
5.2	Representatividade regional e caráter das propostas	86
5.3	Proposições para a área Social	88
5.4	Outros significantes da Área Social	90
5.5	Significantes categorizados na Área Econômica	93
5.6	Considerações	94
6	A classificação ideológica do PSDB através de seu posicionamento no campo social	96
6.1	Aspectos da classificação ideológica	97
6.2	Classificação ideológica da área Social na díade esquerda-direita	99
6.3	Classificação ideológica da área Economia na díade esquerda-direita	108
6.4	Significantes não abarcados pelo discurso Social do PSDB	111
6.5	Considerações	112
7	Considerações Finais	113
	Referências	117
	Anexos	125
	Apêndices	131

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das duas últimas décadas, a competição nas eleições presidenciais brasileiras tem-se consolidado em torno de dois grandes partidos adversários: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com origem ideológica assentada na esquerda e centro-esquerda, respectivamente, ambos os partidos lançaram mão de coligações com siglas então pertencentes a outros pontos do espectro ideológico para chegar ao poder. Em decorrência disso, as duas coligações lideradas por estes partidos têm sido responsáveis pela emergência de um padrão de disputa cada vez mais estável (BRAGA e PIMENTEL, 2011; LIMONGI e CORTEZ, 2010).

O posicionamento ideológico destes dois partidos segue certo grau de consonância dentro da literatura política nacional, na qual, quase sempre, confirma-se a tipologia proposta por Limongi e Figueiredo (1995). Tem-se por consenso, assim, a classificação dos partidos políticos segundo a qual PDS/PPR/PPB/PP, PFL/DEM e PTB são categorizados como de direita; PMDB e PSDB estão posicionados como de centro e, na esquerda, figuram PDT e PT. Entretanto, estudos mais recentes (MENDONÇA, 2011, 2010; CARREIRÃO, 2008; MELO e ANASTASIA, 2005) põem em questão a aplicabilidade desta categorização à conjuntura política brasileira das últimas décadas.

A adoção de uma postura mais pragmática como estratégia eleitoral por parte dos dois partidos balizadores das disputas presidenciais desde o pleito de 1994 suscitou a discussão acerca do possível afastamento de um e outro de suas bases ideológicas. O marco deste debate se deu, sobretudo, a partir da experiência do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006). O cerne da questão colocada era constatar se a abertura do partido às coligações mais “à direita” seria indicativo de uma iminente alteração no quadro político brasileiro.

No caso do PSDB, uma das vertentes da literatura (ROMA, 2002; VIEIRA, 2012) sustenta que não haveria inconsistência ideológica na opção por coligações do automeado social-democrata com partidos posicionados à direita da constelação ideológica. A justificativa, para tanto, estaria na origem pragmática do mesmo. Tendo em sua fundação uma composição estritamente parlamentar

(oriunda de dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) e dissociada dos movimentos sociais, as visões expressas pelo partido quanto ao papel do Estado no campo econômico - notáveis no período em que o mesmo esteve à frente do Executivo nacional, sob a Presidência de Fernando Henrique Cardoso - tornariam bastante razoável a alocação deste no campo da direita (ROMA, 2002).

Concordando com o argumento levantado por Mendonça (2011, 2010), Carreirão (2008), tal como por Melo e Anastasia (2005), sobre a necessidade de se reconsiderar as classificações vigentes tendo em conta as alterações ocorridas na conjuntura política a partir de 2003, nossa proposta centra-se no aprofundamento desta investigação, em um contexto de transição de poder, ocasionado pela conquista da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores.

Considerando o exposto, a temática eleita tem por objetivo analisar o(s) posicionamento(s) ideológico(s) dos deputados do Partido da Social Democracia Brasileira, no que diz respeito às políticas sociais, durante o primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores à frente da Presidência da República (2003-2006). Por tratar-se de um momento peculiar, no qual, pela primeira vez na história da democracia brasileira um partido reconhecidamente pertencente à esquerda assumiu o poder, pretendemos observar as manifestações ideológicas do PSDB, enquanto oposição, no referido campo.

A opção por tal partido como alvo do estudo no mencionado período se deu por dois fatores principais. O primeiro deles foi o fato de este ter sido o partido da situação nos oito anos que precederam a chegada do PT na Presidência, período em que implementou políticas sociais consideradas inovadoras (Programa Comunidade Solidária¹, 1995; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil², 1996; Programa Bolsa Escola³, 1999; Programa de Garantia de Renda Mínima⁴, 1997; Programa Auxílio-Gás⁵, 2000; Bolsa Alimentação⁶, 2001; Programa Bolsa Renda⁷, 2001).

¹ Decreto 1366, 12 de janeiro de 1995.

² Transformado em lei através da Portaria-MPAS nº 2917/2000.

³ Transformado em lei a partir de 2001 (Lei 10219/2001).

⁴ Lei 9533/1997, regulamentada pelo Decreto 2609/1998.

⁵ Criado pelo governo federal em 2001, em conjunto com o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

⁶ MP 2206/2001.

⁷ MP 2.203/2001, regulamentado pela Lei 10.458/ 2002.

O segundo fator a motivar a nossa escolha deve-se a constatação da imprecisão com a qual a ideologia do partido é tratada dentro do campo político. Com dois mandatos presidenciais marcados pela adoção de políticas econômicas de cunho liberal, tornou-se lugar comum a atribuição do papel de direita ao PSDB, ainda que este não seja um posicionamento assumido retoricamente pelo partido.

Essa aparente “ambiguidade” da sigla parece escapar às análises realizadas, de modo que a atribuição de um ou de outro posicionamento ideológico traz a impressão de incompatibilidade para com o real. Tal lacuna se explicaria, em nossa visão, pelo tratamento da ideologia de maneira muito superficial, como algo necessariamente coeso e homogêneo. Nosso entendimento é de que a atual configuração do cenário político-ideológico brasileiro não mais permite esse tipo de interpretação essencialista.

Calcados em uma visão pós-estruturalista da ideologia, sustentamos que não seria adequado tratarmos os partidos políticos como unidades ideológicas coesas, mas sim como portadores de distintas posturas ideológicas. Deste modo, um posicionamento liberal na economia não necessariamente seria inconsistente com um posicionamento pautado pela adoção de políticas mais à esquerda no campo social. Isto não significa afirmar que as diferenças entre os posicionamentos ideológicos se tenham esvaído, nem tampouco consiste na defesa de que estaria havendo um processo de desideologização. Em nossa visão, as mudanças paulatinas que se introduzem no tecido social estão adstritas às condições de emergência de determinados discursos e de suas articulações. Assim sendo, o campo político, permeado e influenciado por estas mudanças, incorpora esses movimentos, o que acarreta a alteração do *status*.

Deste modo, tendo que a maior parte das análises ideológico-partidárias se centra na coesão partidária - inferindo o posicionamento ideológico do partido com base na maneira como este vota na Câmara dos Deputados (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; FERNANDES, 1995), ou através de pesquisas de autopercepção (POWER e ZUCCO, 2009; KINZO, 2007), a proposta aqui feita se diferencia das demais por considerar a ideologia a partir de uma perspectiva discursiva, a qual será melhor explanada ao longo do trabalho.

A escolha pelo campo social⁸ como foco da investigação do posicionamento ideológico do PSDB enquanto oposição ampara-se na ênfase que o Partido dos Trabalhadores deu aos projetos sociais durante seu primeiro governo. Tomando a aceitação destas políticas por parte do eleitorado como questão pragmática, consideramos a possível influência deste fator no discurso adotado pelos adversários.

Cabe ainda destacar que pesou, na escolha de nosso objeto, a asserção feita por Figueiredo e Limongi (2006) sobre a alteração do papel do Legislativo na proposição de leis após a Constituição de 1988. Traçando um paralelo com o período democrático de 1946-1964, estes autores afirmam que a participação do Legislativo no primeiro período democrático era bastante próxima à do Executivo na iniciativa de leis em todas as áreas de políticas. No período atual, porém, a situação alterou-se, sendo observável uma preponderância clara da atuação do Executivo nas leis econômicas e administrativas, enquanto o Legislativo teria um papel importante apenas na área social (FIGUEIREDO E LIMONGI, 2006, p. 265).

Além disso, afirmam que é perceptível uma mudança na natureza das leis formuladas para esta área. De acordo com suas análises, no primeiro período democrático, as leis sociais possuíam predominantemente um caráter particularista (leis referentes a regulamentações de atividades, benefícios ou serviços para grupos específicos, concessão de pensão para viúvas de certas autoridades ou personalidades e leis honoríficas, por exemplo); já no período recente, as leis produzidas seriam quase inteiramente voltadas às regulamentações e concessão de benefícios universais – como ampliação do alcance dos direitos do consumidor e de acesso à justiça, proteção ao meio ambiente, aplicação de sanções legais a práticas discriminatórias, etc. (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2006).

Com base nisso, o período estabelecido para investigação mostra-se duplamente relevante para a análise da temática elegida. Primeiramente, pelo já mencionado rearranjo do quadro político que se apresenta, ocasionado pela inédita ascensão à Presidência da República de um partido gestado na esquerda. Adicionalmente, pelo fato de que foi durante o primeiro mandato do ex-Presidente Lula que foi realizada a unificação dos antigos programas de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e

⁸ “Para os fins deste trabalho, os termos “campo social”, “área social” e “política social” são utilizados como sinônimos.

Auxílio-Gás), também chamados Programas Remanescentes – que passaram a integrar o Programa Bolsa Família.

Isto posto, a presente pesquisa pretende responder, através da investigação a ser desenvolvida, o seguinte problema de pesquisa: como se caracteriza a ideologia do discurso dos deputados federais do PSDB no que tange aos projetos de lei que visam implementar políticas sociais ao longo do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006)?

Motivados pelas observações realizadas no decurso da elaboração de nossa metodologia, durante a etapa de análise dos pronunciamentos dos deputados federais, partimos do pressuposto de que a experiência do PT no Executivo nacional influenciou a retórica assumida pelo PSDB no que tange às políticas sociais, que ganham maior dimensão no discurso do partido⁹. Apoiando-se nesta percepção, sustentamos a seguinte hipótese: apesar da aproximação ideológica entre os dois partidos no campo retórico, onde ambos assumem um discurso social de esquerda, no “plano prático”, as propostas apresentadas pelos deputados do PSDB para o campo social mantêm um caráter predominantemente econômico, vinculado à redução de impostos e geração de empregos. Deste modo, o discurso do partido concernente às políticas sociais, no período analisado, estaria mais próximo de um posicionamento ideológico convencionalmente associado ao da direita.

Para o alcance do objetivo proposto e verificação da hipótese levantada, optamos ainda por considerar, no estudo do entendimento de política social adotado pelo partido, os sentidos correlacionados à alguns aspectos econômicos, pois entendemos que a visão social do PSDB guarda estreita relação com esta área. O percurso por nós explorado será apresentado agora, a partir da descrição da estrutura do trabalho, que se divide, a partir desta introdução, em cinco capítulos, além das considerações finais.

Iniciamos por apresentar, no capítulo 2, a matriz teórica a partir da qual operacionalizamos a nossa análise. Neste, fazemos uma recapitulação de conceitos-chave presentes nas formulações de Marx & Engels, assim como em Althusser, para demonstrar, posteriormente, sua reconfiguração no conceito contemporâneo de ideologia que utilizamos na pesquisa. Apresentando brevemente as influências de

⁹ Os resultados acerca deste conteúdo podem ser encontrados em “O combate à desigualdade como baliza ideológica no debate parlamentar durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)”, de nossa autoria.

Žižek e Laclau, partimos para a elucidação do conceito de ideologia como discurso, por nós empregado. Na sequência, fazemos também um apanhado sobre o pós-estruturalismo e a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, destacando os conceitos de articulação, antagonismo e hegemonia, que são fundamentais em nossa proposta metodológica.

No capítulo seguinte, nos dedicamos a explicar a metodologia adotada, bem como as razões para tanto, visto a necessidade por nós apontada de se investigar a ideologia a partir de elementos e ações concretas dos sujeitos políticos, o que, em nosso entendimento, requer que se dispense a devida atenção à produção de sentidos de um discurso.

Após, no capítulo 4, organizamos uma síntese histórica sobre a formação do PSDB, sobretudo com vistas a mais bem compreender os alicerces conceituais da ideologia do partido, a partir da formação e dos conceitos clássicos da social-democracia, das políticas sociais do país vigentes à época da constituição do partido e, ainda, a partir de seus próprios manifestos de fundação.

No capítulo 5, realizamos uma análise do conteúdo dos projetos de lei considerados em nosso recorte, com vistas a demonstrar as temáticas mais constantes nas proposições do partido para o período estudado, alocando-os conforme os significantes a eles correspondentes. Neste capítulo fazemos também uma primeira aproximação do discurso ideológico do PSDB, ao fazermos sua classificação inicial nas áreas Social e Economia.

O capítulo 6 se propõe a promover a classificação ideológica propriamente dita, a partir da verificação das recorrências encontradas na produção de sentidos para os significantes que constituem o discurso do partido no período em questão.

Por fim, nas Considerações Finais, dedicamos nossa atenção na discussão dos resultados encontrados e na pertinência da metodologia de investigação por nós utilizada.

2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS PARA UMA CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA

Neste capítulo, serão apresentados os pressupostos teóricos que embasam a análise proposta na presente pesquisa. Composto por quatro seções, compreende a explicação das principais categorias empregadas na análise dos discursos dos parlamentares do PSDB, que serão, posteriormente, a base da classificação ideológica dos projetos de lei que versam sobre a política social do partido.

Na primeira seção, defendemos a importância do aprofundamento da discussão sobre o entendimento de ideologia utilizado nas propostas de classificação ideológico-partidárias, algo que, em nossa percepção, tem sido realizado de maneira muito superficial. Ao fazê-lo, indicamos nossa aquiescência para com o conceito de ideologia laclauniano.

Na segunda seção, remontamos às origens do conceito contemporâneo no qual nos apoiamos, iniciando pelas noções de ideologia como falsa consciência e totalidade social, defendidas por Marx & Engels. Em seguida, chegamos à formulação althusseriana sobre a materialidade da ideologia e sua função estruturante, que é outra base da elaboração laclauniana do conceito. Trazendo de modo sintético a noção de razão cínica, explicada por Žižek como uma falsa consciência esclarecida, temos uma primeira abordagem contemporânea da ideologia, para, finalmente, adentrarmos na visão de ideologia que sustenta nossa pesquisa, a formulação de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a qual foi fundamental na criação de nossa metodologia.

Para facilitar a compreensão desta, na terceira seção apresentamos sucintamente algumas das origens da matriz teórica pós-estruturalista e o conceito de discurso a ela conexo, destacando-se características centrais desta linha teórica, como as noções de precariedade e de contingência. Complementando esta explicação, inserimos alguns conceitos “chave” da teoria do discurso, quais sejam: articulação, antagonismo e hegemonia.

Ao final, fazemos algumas considerações sobre as distintas perspectivas teóricas pelas quais a ideologia pode ser tomada, salientando como a opção por nós adotada adéqua-se aos nossos objetivos de investigação.

2.1 Trazendo a ideologia ao debate

A discussão sobre o papel da ideologia na literatura que trata da classificação ideológica dos partidos brasileiros é bastante limitada. Via de regra, as investigações tratam-na como algo cujo entendimento é mutuamente compartilhado, ou seja, de forma consensual. Como afirmam Linhares e Mendonça (2016), a ideologia é um termo que parece ter sentido auto-evidente em distintas análises, nas quais geralmente é tratada como um “sistema de ideias, de crenças, de projeções” ou de “ideais não conectados com as práticas dos sujeitos políticos”. Nestes casos, parece natural considerar o conteúdo ideológico autodeclarado como legítimo e suficiente para uma classificação no espectro ideológico partidário.

Ainda nesta perspectiva, seria igualmente aceitável pressupor que, ao agir de modo destoante daquele enunciado, o sujeito estaria a assumir um posicionamento “não ideológico”. Por exemplo, declarar-se de esquerda e contrário às privatizações e, em determinada ocasião, votar em favor de projetos de privatização de empresas públicas sob a justificativa de que isto seria necessário para o ajuste das contas do governo. Em uma visão convencional e pouco preocupada com a questão ideológica “de fato”, ao agir dessa forma, o sujeito estaria se colocando momentaneamente “fora” da ideologia. Esta interpretação, no entanto, só é possível se concebemos a ideologia como um horizonte a ser alcançado em um futuro distante, mediante ações paulatinas (como uma sociedade socialista, por exemplo), e que pode ser prescindida, se necessário.

Atentos à carência de um tratamento mais adequado da ideologia por parte da literatura política nacional que trata da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros, em nossa proposta, empregamos uma visão diferenciada, que entende a ideologia em sua materialidade. Baseada principalmente em estudos contemporâneos da teoria da ideologia (Žižek, 1992, 1996; Laclau, 1993, 2013), o conceito de ideologia que empregamos não a considera como algo que possa ser dissociado da prática do sujeito, concepção que ficará mais clara no decorrer deste capítulo.

Antes de chegarmos à noção à qual nos filiamos, entretanto, convém apropriarmo-nos de alguns pressupostos teóricos que motivaram sua formulação.

Não é nossa finalidade aqui traçar uma genealogia do conceito¹⁰. Nosso propósito, na seção seguinte, reside em demonstrar as principais premissas das noções advindas de autores como Karl Marx & Friedrich Engels, assim como de Louis Althusser, para posteriormente, desenvolver uma explanação dos conceitos a partir dos quais formou-se a visão de ideologia à qual nos vinculamos neste trabalho, pertencente à teoria do discurso.

Neste sentido, interessam-nos, sobretudo, as noções de falsa consciência, de Marx & Engels (1986), e, mais ainda, a de materialidade da ideologia, cunhada por Althusser (1974). Como veremos mais à frente, a reformulação destes pressupostos no conceito de ideologia elaborado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987) guarda estreita relação com a própria natureza do pós-estruturalismo, linha teórica que fundamenta a análise realizada neste trabalho.

2.2 A ideologia em Marx & Engels, Althusser, Žižek e Laclau

O conceito de ideologia elaborado por Marx e Engels atribuiu ao “processo de vida real” (histórico) o desenvolvimento dos reflexos ideológicos nos seres. Fazendo uma crítica aos neo-hegelianos, assinalando o fato de estes não calcarem-se na realidade existente, mas sim nos “produtos da consciência por eles tornada autônoma” (Marx & Engels, 1986, p. 25), os autores pontuam que estes filósofos continuamente desconsideraram a objetividade enquanto caráter terreno do pensamento humano, pois viam nas ideias o princípio determinante do mundo material.

Afirmando, ao invés disso, que “toda vida social é essencialmente prática” (MARX e ENGELS, 1986, p. 14), condenavam o “materialismo intuitivo”, por eles também chamado de “velho materialismo”, julgando que este só seria capaz de interpretar o mundo, o que para eles representava um limite. Sustentando, ao contrário, que a produção de “ideias, de representações e da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material” (Marx & Engels, 1986, p. 36), os autores afirmam que são os próprios homens que produzem as ideias, e não o inverso, como no postulado neo-hegeliano:

¹⁰ Um histórico sobre a origem e evolução do termo ideologia pode ser encontrado em “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado” (Althusser, 1974).

Até o presente, os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos, sobre o que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função de representações que faziam de Deus, do homem normal, etc. Os produtos de sua cabeça acabaram por se impor à sua própria cabeça. Eles, os criadores, renderam-se às suas próprias criações. Libertemo-los, pois, das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais definham. Revoltemo-nos contra este predomínio dos pensamentos. Ensinemos os homens a substituir estas fantasias por pensamentos que correspondam à essência do homem [...] e a realidade existente cairá por terra (MARX & ENGELS, 1986, p. 17).

Como se vê, existe uma consciência, mas essa consciência não é uma consciência “pura”, pois consiste em um produto social, resultante da relação do homem com o ambiente que ele habita, sendo assim, exterior ao indivíduo. Deste modo, ela “é condicionada pela forma de sociedade, e vice-versa” (MARX & ENGELS, 1986, p. 43-44). Com base nisso, concebem a ideologia como um sistema das ideias, ou das representações, que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social e cujo papel seria o de mascarar a realidade:

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX & ENGELS, 1986, p. 37).

Simplificando, se existe uma falsa consciência, é porque existe uma verdade a ser alcançada. Esta verdade, no entanto, não é acessível aos homens, devido à ideologia, que encobre a verdade como um véu. A falsa consciência, opera, assim, um processo de distorção da realidade, cuja função é a de alienar a classe trabalhadora, fazendo com que o interesse comum pareça valer como um interesse “estranho” aos dos indivíduos (MARX & ENGELS, 1986, p. 49). O caminho a ser percorrido para o “desvelamento” da relação do homem com o ambiente que ele habita (as relações sociais e de produção), se daria somente pela instituição de um novo fundamento social, que lhes permitisse ir além da ideologia.

Desta forma, este viés teórico concebe a sociedade como uma “totalidade social”, na qual os sentidos estão plenamente fixados. Para se conhecer a verdade, bastaria então, desvendar seu fundamento, porque ele é único e fixo. No caso da

sociedade industrial capitalista, essa verdade, ou fundamento, consistiria nas relações econômicas.

Propondo uma discussão a partir da conceituação feita por Marx & Engels (1986), Althusser retoma como ponto de partida a noção de que a ideologia consiste em uma espécie de sistema das ideias e representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social. Este autor aduz a esta concepção que a ideologia é também desprovida de história e eterna, sendo assim, onipresente sob sua forma imutável, em toda a história. Desta forma, não há uma realidade da qual a ideologia esteja ausente (ALTHUSSER, 1974, p. 74). A principal diferença na concepção de ideologia cunhada por Althusser diz respeito à introdução da materialidade desta, entendida na forma de práticas que a materializam.

[...] a verificação ideológica da ideologia é obrigada a reconhecer que todo o sujeito, dotado de uma consciência e crendo nas idéias que sua consciência lhe inspira e que aceita livremente, deve agir segundo as suas idéias, deve portanto inscrever nos atos de sua prática material as suas próprias idéias de sujeito livre [...] a ideologia da ideologia reconhece portanto, apesar de sua deformação imaginária, que as idéias de um sujeito humano existem nos seus atos, ou devem existir nos seus atos, e se isso não acontece, empresta-lhe outras idéias correspondentes aos atos (mesmo perversos) que ele realiza (ALTHUSSER, 1974, p. 86-87).

Estes atos mencionados pelo autor são por ele abordados como práticas, as quais, segundo defende, “são reguladas por rituais em que elas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico” (ALTHUSSER, 1974, p. 87). Conforme explana, a crença do indivíduo é material porque as suas ideias são “atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as idéias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1974, p. 89).

Althusser afirma também que só existe prática através e sob uma ideologia, e que a ideologia só existe através do sujeito e para sujeitos, de modo que a ideologia é sempre determinada pela infraestrutura, da qual o sujeito é tornado parte reprodutora. Sendo o homem um animal por natureza ideológico, é próprio da ideologia a constituição de indivíduos concretos em sujeitos. Neste sentido, todos nós somos sempre já sujeitos, praticando ininterruptamente rituais de reconhecimento ideológico, que nos garantem efetivamente que somos sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e insubstituíveis (Althusser, 1974, p. 97).

Esses rituais funcionam, assim, como a própria ideologia, que age de tal forma que recruta sujeitos entre indivíduos, ou, dito de outra forma, transforma os indivíduos em sujeitos pela interpelação (ALTHUSSER, 1974, p. 99).

A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos como sujeitos são uma única e mesma coisa. [...] o que assim parece passar-se fora da ideologia (muito precisamente, na rua) passa-se de fato na ideologia. O que se passa de fato na ideologia parece passar-se fora dela. É por isso que aqueles que estão na ideologia se julgam por definição fora dela, um dos efeitos da ideologia é a negação prática do caráter ideológico da ideologia, pela ideologia: a ideologia nunca diz “sou ideológica” (ALTHUSSER, 1974, p. 101).

Se para Marx e Engels a falsa consciência é passível de ser desvelada através do descortinamento da fundamentação do social, para Althusser, não há como “vencer” a ideologia, pois somos seres sempre “já ideológicos, já sujeitos”. Enquanto indivíduos, somos interpelados como sujeitos em diferentes momentos da vida, por diferentes ideologias, as quais estão sempre representando a realidade, nunca a descrevendo. Então, antes de uma falsa consciência que limita a percepção da realidade, a ideologia, nesta visão, funciona como uma espécie de cimento que a estrutura.

Outra formulação acerca do conceito de ideologia que teve significativa influência na formulação laclauniana, por nós utilizada, é a elaborada por Slavoj Žižek. Este autor analisa o conceito de ideologia primordialmente pela expressão marxiana, cuja formulação seria “disso eles não sabem, mas o fazem”. Posteriormente, apresenta a tese defendida por Peter Sloterdijk (1988), segundo a qual “a ideologia funciona cada vez mais de maneira cínica”. A definição que Žižek faz desta razão cínica seria: “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem” (ŽIŽEK, 1992, p 59).

Para este autor, a razão cínica poderia ser traduzida como uma “falsa consciência esclarecida”. O cinismo, por sua vez, seria a resposta cultural vigente à subversão cínica, através da qual “reconhecemos o interesse particular por trás da máscara ideológica, mas mesmo assim conservamos a máscara” (ŽIŽEK, 1992, p. 60), ou seja, estamos perfeitamente cômicos da falsidade, mas ainda assim, não renunciamos a ela.

O ponto a ser destacado aqui, por relacionar-se com a visão que adotamos, é que, conforme salienta Žižek, ao adotar uma consciência cínica, o sujeito não se coloca fora do campo ideológico ou em um universo pós-ideológico, pois é a própria fantasia ideológica que estrutura a realidade social desta consciência cínica. Desta forma, o cinismo nada mais é do que um efeito da ideologia.

O paradoxo desta razão cínica só aparece se identificada a ilusão atuante na própria realidade: “eles sabem muito bem que, em sua atividade real, pautam-se por uma ilusão, mas, mesmo assim, continuam a fazê-lo”. Assim, a ideologia é nossa relação espontânea com o mundo e, por isso, não há como viver fora dela: “quando pensamo-nos fora da ideologia, é neste momento que estamos na ideologia” (THE PERVERT’S GUIDE, 2012, 6,47 min).

Finalmente, a contribuição de Ernesto Laclau para definição de um conceito de ideologia inicia por romper qualquer percepção da mesma como totalidade social. Ao rejeitar a assunção de leis invariáveis que governam as estruturas, o autor acaba por evidenciar também, os limites da visão de falsa consciência empregada pela teoria marxiana. Para tanto, aponta a crise dos pressupostos em que se fundavam suas premissas - uma visão de sociedade concebida como uma totalidade inteligível e a existência de sujeitos sociais que lhes atribuíam uma homogeneidade essencial, cujo desconhecimento era postulado como fonte da ideologia (LACLAU, 1993, p. 103).

Como afirma, a noção de falsa consciência só pode ter sentido caso a identidade do agente social possa ser fixada, e somente reconhecendo sua verdadeira identidade que podemos afirmar que sua consciência é “falsa”. Por isto, aceitar a infinitude do social, ou seja, aceitar que todo sistema estrutural é limitado e sempre cercado por um “excesso de sentidos”, o qual é incapaz de dominar (LACLAU e MOUFFE, 2015), implica um rompimento com toda uma corrente teórica e sua forma de conceber o mundo. Por esta razão, para Laclau, nas sociedades atuais, a identidade e homogeneidade dos sujeitos sociais é uma ilusão, uma vez que todo sujeito social é essencialmente descentrado e sua identidade consiste em uma incessante articulação de posições (de sujeito), constantemente alteráveis. A ideologia é então, caracterizada por Laclau nas seguintes palavras:

O ideológico consistiria naquelas formas discursivas através das quais a sociedade trata de instituir-se sobre a base do fechamento, da fixação de

sentido, do não reconhecimento do jogo infinito das diferenças. O ideológico seria a vontade de “totalidade” de todo discurso totalizante. E na medida em que o social é impossível sem certa fixação de sentido, sem o discurso do fechamento, o ideológico deve ser visto como constitutivo do social. O social só existe como o intento vão de instituir esse objeto impossível: a sociedade (LACLAU, 1993, p. 106).

Por esta ótica, a ideologia assume um lugar fundamental em um cenário contingente e de disputa entre diferentes discursos, pois “a ideologia é a vontade de totalidade de todo discurso totalizante” (LACLAU, 1993, p. 106). Dito de outra forma, a ideologia tem a função de fundamentar o não fundamento da realidade social, de dar sustentação à precariedade dos discursos (verdades) parciais. Esta noção será mais claramente explicada na próxima seção.

2.3 Pós-estruturalismo e Discurso

A categoria de discurso que fazemos uso advém da teoria do discurso, linha teórica fundada pelos filósofos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987)¹¹, seus principais expoentes. Trazendo em sua origem um rompimento com a matriz teórica estruturalista, esta vertente analítica incorpora conceitos de diferentes áreas em sua formulação, sobretudo, a filosofia (Martin Heidegger, Ludwig Wittgenstein, Jacques Derrida, Michel Foucault), a linguística (Ferdinand de Saussure) e a psicanálise (Sigmund Freud e Jacques Lacan). Esta multiplicidade de influências não só expressa a complexidade inerente à sua formulação como faz da teoria do discurso uma ferramenta pertinente em diversos campos do conhecimento.

Vinculada à corrente pós-estruturalista, vertente teórica que critica as visões essencialistas da sociedade, o pensamento laclauniano, pelo qual nos guiamos, pode ser mais bem caracterizado como um “pensamento pós-estruturalista de matriz pós-fundacional” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p. 38). Esta matriz pós-fundacionalista à qual Mendonça e Rodrigues fazem menção diz respeito principalmente à incorporação das noções da *falta* e de *descentramento*, trazidas do pensamento de Jacques Derrida. A influência destas noções pode ser percebida na afirmação do caráter contingente e precário que a teoria do discurso atribui às identidades e, conseqüentemente, ao próprio social.

¹¹ Difundida, sobretudo, a partir da obra *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (1987).

É elementar ressaltar que quando falamos em discurso, não estamos nos referindo apenas aos atos de fala e escrita, pois segundo a visão por nós utilizada “todo objeto é constituído como objeto de discurso, e sua especificidade como tal se dá em virtude das condições discursivas de emergência que o estruturam” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 181). Além disso, há de se ter em mente o caráter material de toda estrutura discursiva, que Laclau descreve da seguinte forma:

O discurso constitui o território primário da construção da objetividade enquanto tal, Por discurso, como tentei esclarecer várias vezes, não tenho em mente algo que é essencialmente relativo às áreas da fala e da escrita, mas quaisquer conjuntos de elementos nos quais as relações desempenham o papel constitutivo (LACLAU, 2013, p. 116).

Esta noção de discurso pressupõe também duas características fundamentais, que são a contingência e a precariedade. Tais características permitem entender o discurso enquanto uma prática articulatória, na qual a fixação ou o deslocamento de diferenças atravessa toda uma estrutura, materializada nas instituições, práticas e rituais de uma formação discursiva (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 183). Desta forma, a teoria do discurso concebe o social como um espaço discursivo, permeado pela disputa, pela contingência e pela precariedade dos fundamentos.

Daí procede o argumento dos autores sobre a inviabilidade da abordagem dos sujeitos e sociedades atuais, cada vez mais fragmentados, por vieses interpretativos essencialistas, em sua visão, incapazes de capturar a complexidade dessas identidades. Para eles, as relações sociais constituem-se em torno de uma assimetria fundamental, que decorre da crescente proliferação das diferenças. Não sendo possível tratar de uma sociedade homogênea e “fundante de seus processos parciais”, os autores abdicam desta terminologia e empregam, em seu lugar, “o social”:

A abertura do social, portanto, deve ser entendida como “o fundamento constitutivo ou a ‘essência negativa’ da existência, e as diversas ‘ordens sociais’ como precárias e, em última instância, tentativas fracassadas de domesticar o campo das diferenças [...]. Não existe espaço suturado correspondente à ‘sociedade’, uma vez que o social em si não possui essência (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 166).

Este social desprovido de essência deve ser entendido em termos discursivos, ou como uma “estrutura discursiva”, que consiste em uma *prática articulatória*, que constitui e organiza as relações sociais (LACLAU e MOUFFE,

2015, p 167). A “não-essência”, por sua vez, não se restringe ao social como um espaço amplo dentro do qual os indivíduos ou sujeitos “totais” relacionam-se, pois as identidades são também formadas por fixações parciais, sempre incapazes de fixar-se totalmente:

Da mesma forma que o social não pode ser reduzido à interioridade de um sistema de diferenças fixas, a pura exterioridade também é impossível. Para que fossem totalmente externos uns aos outros, os entes teriam que ser totalmente internos a si mesmos: isto é, possuírem uma identidade plenamente constituída, que não fosse subvertida por nenhum exterior [...] Nem a absoluta fixação, nem a absoluta não-fixação são possíveis (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 185).

Essa impossibilidade de uma fixação última de sentido não deve, contudo, ser interpretada como uma não fundamentação. A não fixação última é o que torna possível haver fixações parciais, do contrário, o fluxo das diferenças seria impossível. À seu turno, para que haja fixações parciais de sentidos, faz-se necessário que estes articulem-se na construção de um discurso hegemônico. Em seguida, explicaremos esta construção através de suas categorias principais, a articulação, a hegemonia e o antagonismo.

A categoria de articulação fornece o ponto de partida para a elaboração que os autores fazem do conceito de hegemonia. Conforme Laclau e Mouffe, a construção teórica desta categoria exige a consecução de duas tarefas, quais sejam: o estabelecimento da possibilidade de especificar os elementos que compõem a relação articulatória e a determinação do momento relacional específico que abrange dada articulação (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 167). Assim como no caso da ideologia, os conceitos de articulação e hegemonia¹² elaborados por Laclau e Mouffe têm influência da formulação althusseriana destas categorias, perceptível principalmente pela afirmação do caráter incompleto, aberto e politicamente negociável das identidades. Como já mencionado, são as práticas articulatórias que constituem o discurso, ou, o social. Para elucidar a maneira como essa articulação “age” na formação das estruturas discursivas, destacamos o seguinte trecho:

¹² O conceito de Hegemonia tem uma longa história. Sua elaboração pode ser encontrada já em Marx e Lênin e, posteriormente, Gramsci, de quem Laclau toma o conceito como base para, depois, reformulá-lo (PINTO, 2009, p. 102).

Chamaremos de articulação qualquer prática que estabeleça uma relação tal entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos **discurso**. As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos **momentos**. Por contraste, chamaremos **elemento** toda diferença não discursivamente articulada (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.178, grifos do autor).

Como podemos notar, as noções de momento e elemento dizem respeito aos sentidos passíveis de serem articulados em um discurso. Sendo, como afirmado, toda identidade relacional e todo discurso subvertido (por um campo de discursividade que lhe excede), a transição de “elementos” para “momentos” nunca pode ser completa. Assim sendo, os “elementos” atuam, dentro do campo da discursividade como *significantes flutuantes*. Tais significantes são assim denominados por serem impossíveis de ser totalmente articulados em uma cadeia discursiva (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188). Dada a infinidade de sentidos existentes no social, tem-se que a desarticulação de uma estrutura discursiva não deriva da pobreza de significados, mas justamente seu oposto: a polissemia.

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade. Toda prática social é, portanto, em uma de suas dimensões, articulatória (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188).

De modo mais claro, por este princípio, qualquer discurso político é sempre contingente e precário, é sempre um produto da articulação, a qual não se dá de modo automático ou pré-concebido, visto que não há necessidade prévia para que ela aconteça. Portanto, o social é tomado por discursos que disputam entre si o caráter de verdade. Assim, não havendo uma verdade final a ser alcançada, não havendo uma “essência” propriamente dita, a essência, logo, a verdade, torna-se contingente. Como cada formação social tem suas próprias formas de determinação e autonomia relativa, sempre instituídas através de um complexo processo de sobre-determinação, não podendo, assim, ser estabelecida *a priori*, a ideologia apresenta-se, na formulação laclauniana, como um nível necessário de toda formação social.

A não possibilidade de sutura final de uma identidade não implica, contudo, que esta não possa ser fixada parcialmente. Como afirmado, as práticas parciais se dão mediante a disputa pelos diferentes sentidos pertencentes ao campo discursivo, e, neste sentido, a fixação parcial destes faz-se necessária para que haja modificação no social. Isso torna-se possível pela existência do que os autores chamam de “pontos nodais”, que consistiriam pontos privilegiados que determinam essa significação parcial (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.187).

Aceitar a infinitude do social, que consiste em aceitar que todo sistema estrutural é limitado e sempre cercado por um “excesso de sentido” que é incapaz de dominar, permite-nos aceitar que “a sociedade como um objeto unitário e inteligível que funda seus processos parciais, é uma impossibilidade” (LACLAU, 1993, P. 104). A ideologia, neste contexto, cumpre o papel de um discurso que intenciona constituir o social como fechado, produzindo significados e ocultando esse jogo infinito das diferenças.

O antagonismo, categoria, os autores abordam centralmente a constituição das identidades, é por eles definido como o limite de toda objetividade (LACLAU e MOUFFE, 2015). Conforme esclarecem, antagonismo não se trata de uma oposição real, tampouco pode uma contradição ser considerada uma relação antagônica, pois em ambos os casos, estamos falando identidades plenas. Já uma relação antagônica seria aquela na qual a constituição plena de uma identidade não acontece, onde a presença “Outro” me impede de ser plenamente eu mesmo:

Na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma presença plena pra mim mesmo. Nem a força que antagoniza comigo é tal presença: seu ser objetivo é um símbolo do meu não-ser e, desta maneira, é excedido por uma pluralidade de sentidos que impedem que ele se fixe como uma positividade plena (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 202).

A melhor compreensão da categoria de antagonismo na teoria do discurso requer a apresentação de duas lógicas à ela inerentes: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Começamos pela lógica da diferença. Laclau e Mouffe afirmam que os sujeitos ocupam posições diferenciais nos discursos, o que possibilita que os caracterizemos como particularidades. Entretanto, a existência de antagonismos sociais cria fronteiras internas na sociedade. Enquanto não articulada

com outras identidades, essa particularidade mantém-se como uma identidade positiva.

Existindo um antagonismo interno que estabeleça uma barreira para mais de uma destas particularidades, como, por exemplo, um regime opressor, as diferentes particularidades passam a estabelecer uma relação de equivalência entre si, pois unem-se em oposição a um “inimigo” comum (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 40). Nisto consiste o antagonismo: é o limite das relações de articulação dentro de uma prática articulatória. Neste processo, as identidades resultam modificadas, porém, uma parte de seu sentido original permanece intacta, pois a lógica da equivalência não anula totalmente a identidade quando a modifica. Esta manutenção do sentido original é o que permite determinada identidade participe de qualquer outro discurso no tecido social.

Frente ao discurso que estabelece a lógica da equivalência, como no exemplo que é dado pelos autores, a existência de um regime opressor, torna-se necessário que alguém represente a totalidade da cadeia (de equivalência), para além dos particularismos diferenciais ligados pelos laços de equivalência. Em dada situação, somente uma particularidade cujo corpo esteja “dividido”, sem deixar de ser sua própria particularidade, pode transformar seu “corpo” na representação de uma universalidade que a transcende (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 40).

O aspecto de emergência da hegemonia é a dimensão de indecibilidade estrutural do campo discursivo, pois é isso que permite a rearticulação hegemônica dos elementos: “é porque a hegemonia supõe o caráter aberto e incompleto do social, que ela só pode ter lugar num campo dominado por práticas articulatórias” (LALCAU e MOUFFE, 2015, p. 213). Disso depreende-se que, pelo próprio caráter do social, o anseio de todo discurso é o de constituir uma hegemonia.

2.4 Considerações

Como demonstramos, o conceito de ideologia é teoricamente elusivo e abrangente, variando de acordo com a perspectiva adotada. Embora sua existência esteja intrínseca à qualquer discussão que verse sobre as classificações partidárias, o que se observa na literatura é que as investigações que se propõem a categorizar ideologicamente os partidos políticos não exploram satisfatoriamente o papel da ideologia na estruturação dessa organização.

Discorrendo sumariamente sobre as formulações de ideologia elaboradas por Marx e Engels, tal como pela noção cunhada por Althusser, demonstramos como as concepções por eles formuladas culminaram nas visões contemporâneas do conceito. Nesta demonstração, nossa intenção foi a de destacar a inadequação da aplicação de tais fundamentações teóricas para o entendimento da sociedade atual, mais complexa e fragmentada do que as existentes ao tempo das formuladas pelos autores clássicos.

É a partir das críticas feitas Žižek e Laclau sobre a forma essencialista das referidas compreensões do social, que chegamos às novas perspectivas interpretativas que estes autores propõem para o fenômeno da ideologia. Adotando a visão laclauniana, segundo a qual o caráter constitutivo do social deve ser levado em conta na interpretação deste, entendemos que os sentidos socialmente produzidos não integram um discurso *a priori*. E é neste processo de disputa pelo preenchimento dos significantes, no qual os significados de um discurso são a ele fixados - sempre que logram articular-se -, que nossa metodologia se assenta. Mais ainda, na aceitação de que este preenchimento dá-se sempre de forma precária e contingente.

3 OPÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo, serão explicados os procedimentos metodológicos que norteiam este estudo. De início, faremos um apanhado sobre as principais metodologias utilizadas para as classificações ideológico-partidárias na literatura política, atentando para o lugar ocupado pelo PSDB. Fazendo alusão às lacunas identificadas, pontuamos algumas das motivações para a proposição, de nossa parte, de uma nova metodologia para a classificação do posicionamento ideológico dos partidos brasileiros.

Após, trazemos algumas ponderações sobre nossa proposta, ressaltando sua fundamentação teórica, advinda da teoria do discurso laclauiana e a distinção entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. Na seção subsequente, passamos a descrever o processo de elaboração da metodologia que embasa este trabalho, o qual se inicia pela compilação das classificações ideológicas e da abordagem da ideologia na literatura nacional, seguido pela explanação do primeiro nível de análise ideológica, composto pelo processo de coleta e análise de pronunciamentos, elaboração do Glossário Temático e também do Quadro de Sentidos Ideológicos.

Em seguida, explicamos a maneira como foram realizadas as coletas e análises dos Projetos de Lei propostos pelos parlamentares do PSDB durante a 52ª Legislatura, aclarando as diferentes alternativas e as escolhas assumidas para o alcance dos objetivos estabelecidos. Ao fim, dedicamos algumas linhas às considerações sobre os procedimentos adotados na elaboração da metodologia.

3.1 A classificação ideológica na literatura política nacional e a necessidade de uma nova metodologia

A definição da ideologia de um grupo ou partido político pode ser realizada de diferentes formas. Na literatura nacional, os principais estudos que se propuseram a realizar tal tarefa utilizaram-se de diferentes métodos para este fim. Os mais tradicionais, neste sentido, são a análise de coesão partidária, as pesquisas de autopercepção ideológica incorporadas a *surveys*, e a análise de conteúdo dos manifestos partidários, planos de governo e documentos de fundação.

A análise de coesão partidária habitualmente parte da observação das votações nominais realizadas na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, havendo ainda estudos restritos ao âmbito estadual. A extração do posicionamento ideológico nem sempre é o foco principal destes estudos, de modo que acaba sendo, parte das vezes, um resultado secundário de análises que visam extrair o grau de disciplina partidária, a relação entre Executivo e Legislativo ou ainda questões referentes à migração partidária.

Já as pesquisas de autopercepção são usualmente direcionadas à determinação do posicionamento ideológico dos partidos políticos e costumam ser parte integrante de questionários mais amplos (*surveys*). Comumente, seu recorte se atém à uma amostra dos parlamentares (Câmara e Senado), que são questionados acerca de temas considerados centrais para a distinção ideológica, tais como posicionamentos morais (favorável ou contrário ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, descriminalização de drogas, etc); atuação no campo econômico e social (nível de interferência que o Estado deve ter na economia interna do país, mecanismos mais apropriados para o desenvolvimento nacional, postura ante a implementação de políticas públicas e sociais específicas, etc.); e pelo autoposicionamento dos mesmos em uma escala ideológica que vai da esquerda à direita.

O estudo dos Manifestos partidários, Programas de governo e documentos de fundação dos partidos, por seu turno, regularmente trata de um volume de documentos que compreende toda a história do partido (ou partidos) objeto da análise. Valendo-se da análise de conteúdo, estes trabalhos normalmente objetivam identificar possíveis mudanças na trajetória ideológica destes.

Não raro, estudos que utilizam diferentes metodologias acabam por obter resultados bastante semelhantes em suas classificações. Abaixo, estão dispostas as classificações ideológicas presentes em parte da literatura política nacional, considerada referência para a temática da ideologia, e seus respectivos métodos. Os dados do quadro abaixo foram extraídos da compilação feita pelos pesquisadores Gabriela S. Tarouco e Rafael M. Madeira (2013), aos quais foram incorporados também as classificações de Limongi e Figueiredo (1995), Leoni (2002), Kinzo (2007), Carreirão (2006), Tarouco (2007), Power e Zucco Jr. (2009) e Zucco Jr (2009). Para maior adequação à nossa proposta, as variações

terminológicas para designação da ideologia foram condensadas em Esquerda, Centro e Direita¹³.

Quadro 1 Compilação dos principais métodos e classificações ideológicas

Autor	Método	Esquerda	Centro	Direita
Limongi e Figueiredo (1995)	Votações nominais (Líderes) na Câmara dos Deputados (1989-1994)	PT, PDT,	PMDB, PSDB	PDS, PFL, PTB
Fernandes (1995)	Votações durante a Constituinte analisadas por outros autores	PCB/PPS, PCdoB, PDT	PMDB, PSDB, PTR/PP	PDS/PP, PFL, PL, PRONA, PTB, PRP, PSC, PSD
Coppedge (1997)	Compilações de avaliações anteriores de outros analistas	PCB/PPS, PCdoB, PSDB, PT	PDC/PSDC, PDT, PMDB, PSDB, PSC,	PDS/PP, PTR/PP, PFL, PTB, PL, PST, PRONA, PSD
Mainwaring, Power e Meneguello (2000)	Votações no Congresso e pesquisas de opinião com parlamentares	Não há partidos classificados	PDC/PSDC, PMN, PSC, PSL, PST, PTB, PTR/PP	PDS/PP, PFL, PJ-PRN/PTC, PL, PRONA, PSD

¹³ Na versão original do estudo de Coppedge (1997), são usadas as seguintes designações ideológicas: XC = Partidos cristãos de centro; SR = Partidos seculares de direita; SCR = Partidos seculares de centrodireita; SC = Partidos seculares de centro; SCL = Partidos seculares de centro-esquerda; SL = Partidos seculares de esquerda; P = Partidos personalistas; O = Outros; U = Desconhecido. Para a adaptação das classificações ideológicas de Coppedge (1997) foram desconsideradas as denominações “P: Partidos Personalistas”, “O: Outros” e “U: Desconhecido”. As legendas XC, SCR e SC e SCL foram agrupadas no centro.

Power (2000)	Questionários aplicados com elites partidárias	PT, PDT	PMDB, PSDB	PDC/PSDC, PDS/PP, PFL, PJ/PRN, PTC, PL, PTB
Rodrigues (2002)	Composição social dos partidos	PT, PDT	PMDB, PSDB,	PPB, PFL
Leoni (2002)	Votações nominais na Câmara dos Deputados (1991-1998)	PT, PDT	PMDB, PSDB	PFL-PPB-PTB
Carreirão (2006)	Padrões ideológicos das coligações (1986/2004) em Santa Catarina	PT, PDT, PPS, PCdoB, PSB, PV, PSTU, PCO, PMN	PMDB, PSDB	PPB/PPR/PDS, PP, PFL, PRN, PDC, PL, PTB, PSC, PSP, PRP, PSL, PSD, PRONA
Kinzo, (2007)	Autoposicionamento Ideológico - Deputados estaduais (1999-2002)	PT	PMDB, PSDB, PL, PTB.	PFL
Tarouco (2007)	Conteúdo dos documentos partidários	PT, PDT, PMDB, PSDB, PDS/PPR/PB/PP, PTB	Não há partidos classificados	PFL

Power e Zucco Jr. (2009)	Análise de <i>surveys</i> aplicados aos parlamentares ao longo de 20 anos	PCdoB, PSTU, PSOL, PT, PCB, PSB, PDT,	PMDB, PSDB	PTB, PL, PFL, PDL, PDS, PRN
Zucco Jr. (2009)	Análise de <i>surveys</i> aplicados aos parlamentares ao longo de 20 anos com atualizações	PSOL, PSCdoB, PSB, PT, PDT, PV	PMDB, PPS, PSDB	PTB, PR, PP, DEM

Fonte: Elaboração própria a partir da tabela elaborada por Tarouco e Madeira (2013).

É fundamental mencionar que devem ser guardadas as devidas proporções das classificações aqui agrupadas. Primeiramente, porque algumas destas diferenciam-se profundamente no grau de ramificações dentro do espectro esquerda-direita que utilizam, havendo casos em que a classificação emprega subdivisões do centro, com variações deste para a direita ou para a esquerda. Nestes casos, tanto os partidos classificados como centro-esquerda quanto os de centro-direita foram agrupados na categoria centro.

Há por outro lado, categorizações que utilizam-se de subdivisões ideológicas com denominações mais específicas, como no caso da análise proposta por Coppedge (1997). Para os achados deste autor, similarmente, buscou-se designar os partidos à terminologia mais próxima da originalmente formulada, excluindo-se da compilação aqueles cuja denominação não condizia com um dos três posicionamentos inclusos no quadro.

Do mesmo modo, o número de partidos considerados em cada um dos estudos aqui reunidos difere grandemente e, neste tocante, o recorte temporal das pesquisas surte também influência no debate. Por isso, cumpre elucidar que a opção pela inclusão de análises cujo recorte temporal ultrapassa o de nosso objeto (Carreirão, 2006; Kinzo, 2007; Tarouco, 2007; Power e Zucco Jr., 2009; Zucco Jr, 2009) deve-se à intenção de evidenciar a similaridade de resultados encontrados por diferentes estudiosos. Assim sendo, ainda que para fins de estudo de classificação

ideológica de maior abrangência, tal compilação possa soar grotesca, por focar-se em um único partido (PSDB), nosso estudo não é comprometido pela comparação.

Como é possível observar no Quadro 1, o PSDB foi classificado como ocupando o centro ideológico em praticamente todos os estudos considerados. As exceções foram a análise de Mainwaring et al (2000), na qual o partido não aparece, e a de Tarouco, (2007), onde o partido é classificado como esquerda. A variação do posicionamento do partido entre centro-esquerda e centro-direita, suprimida da tabela, aparece mais como o resultado de uma variação deste posicionamento em uma disposição temporal do que como um posicionamento ideológico originário. Power e Zucco Jr (2009), por exemplo, afirmam que o deslocamento do PSDB em direção à direita se dá a partir de 1997 e tem seu auge em 2001, período em que o partido esteve no Poder Executivo nacional (POWER e ZUCCO JR., 2009, p. 229). O apontamento feito pelos autores é de que a disposição dos partidos seria melhor explicada por meio da clivagem governo-oposição do que pela díade esquerda-direita, pois a atuação dos partidos (votações na Câmara dos Deputados, por exemplo) estaria mais alinhada a uma conjuntura de disputa do que ao teor ideológico dos posicionamentos adotados. Esta interpretação está em consonância com o argumento por nós defendido.

A nosso ver, vem ocorrendo, sobretudo a partir de 2003, uma mudança estrutural no sistema político brasileiro em termos ideológicos. Tal percepção é corroborada por autores como Melo e Anastasia (2005), Carreirão (2008) e Mendonça (2010, 2011), que apontam para mudança ocorrida no cenário político após a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. O aspecto principal desta transmutação alicerça-se em dois fatores principais. O primeiro deles é a própria configuração do sistema político brasileiro, marcado pelo presidencialismo de coalizão. Amplamente debatido (Abranches, 1988; Lijphart, 1994; Amorim Neto, 1995; Mainwaring, 1993; 1997; Meneguello, 1998; Figueiredo e Limongi, 1997, 1995; Diniz, 1997; Santos 1999) este fenômeno peculiar pode ser trivialmente resumido na seguinte forma: decorre do fato de nenhum partido político brasileiro possuir força suficiente para formar maiorias no parlamento sem formar amplas alianças. Portanto, fazem acordos de coalizão que além de sustentar a base de apoio eleitoral durante o pleito, viabilizam posterior governabilidade junto ao Congresso Nacional. Dado o grande número de partidos influentes no caso brasileiro, um partido que intente vencer as eleições majoritárias precisa firmar

alianças com vários deles, de maior e menor porte. O peso destas negociações no efetivo poder do partido vencedor do pleito, uma vez eleito, tem sido alvo de debates. Nossa proposição está, de certo modo, ligada a estes, já que o segundo fator que marca o período apontado como o de uma alteração estrutural deriva diretamente deste jogo institucional, ao questionar a mudança de postura ideológica adotada pelo PT para chegar ao governo e, principalmente, após eleito. Além das coligações com partidos reconhecidamente de direita, como o PP e PTB, quando no poder, o partido brasileiro de mais forte tradição na esquerda adotou, em muitos casos, uma postura incondizente com suas pautas históricas, construídas na oposição.

Não obstante, o aparente desacordo entre a ideologia propagada e a postura assumida não é exclusivo ao PT. O próprio PSDB sofreu críticas no mesmo sentido durante o período em que governou o país. A adoção de políticas econômicas consideradas neoliberais nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) fez com que a oposição circunscrevesse a atuação do partido à reputação de partido de direita. O caso do PT, no entanto, salta aos olhos por contrastar mais nitidamente com sua postura opositora. Como afirma Carreirão (2008), o referido momento político evidenciou a relevância de se considerar a conjuntura política na análise da disposição ideológica dos partidos:

O comportamento parlamentar seria mais bem compreendido a partir da dicotomia governo-oposição do que pelo contínuo direita-esquerda; o custo da inconsistência ideológica seria cada vez menos relevante na análise dos cálculos das decisões partidárias sobre coligações eleitorais e coalizões governamentais; o comportamento eleitoral mais bem compreendido por variáveis como avaliação de desempenho de partidos, governos e candidatos, com base em atributos como competência administrativa, honestidade, ou mesmo a defesa de interesses de certos grupos sociais (como os “pobres”, ou “trabalhadores”), mas mesmo este último atributo teria pouca relação com o posicionamento dos partidos, governos e candidatos em um eixo direita-esquerda (CARREIRÃO, 2008, p. 322).

Concordamos com a perspectiva apresentada por Carreirão concernente à importância de se considerar a influência da posição ocupada pelo partido para a tomada de decisões deste. No entanto, não julgamos que tal viés interpretativo suprima o papel desempenhado pela ideologia. Nossa leitura é que devido às alterações ocorridas ao longo dos últimos anos, seria inadequado estabelecer uma relação automática entre ideologias (esquerda/centro/direita) e partidos políticos

correspondentes de forma homogênea. Por ideologia homogênea estamos nos referindo a uma visão da ideologia partidária como unificada e coesa em todos os campos de atuação. Em contrapartida, sustentamos que embora não consideremos adequado tratar dos partidos como essencialmente de esquerda, de centro ou de direita, entendemos que os mesmos identificam-se com políticas de esquerda, de centro ou de direita. A adoção destas, por sua vez, pode variar de acordo com a posição na qual o partido se encontra (situação ou oposição) em dado período temporal e conjuntura política.

Esta visão acerca da complexidade da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros com base nas metodologias mais recorrentes para tanto foi motivadora da proposição de uma nova forma de classificação que levasse em consideração as nuances do jogo político. Deste modo, surgiu, em 2012, a motivação para a criação do projeto de pesquisa “Ideologia e Partidos Políticos no Brasil: uma nova metodologia de classificação”¹⁴, que passou a ser desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Ideologia e Análise de Discurso (IdAD), sob coordenação dos professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares (PPGCPol/UFPel)¹⁵. O trabalho realizado pelo grupo de forma coletiva resultou na metodologia que embasa esta investigação, a qual será descrita nas próximas seções.

3.2 Ponderações sobre a proposta metodológica

Antes de iniciarmos a descrição do procedimento metodológico a partir do qual a análise foi desenvolvida, é importante pontuar, desde já, uma característica seminal de nossa proposta, que é a distinção entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. Ao propormos uma análise dos discursos parlamentares, estamos indo além do conteúdo expresso nos pronunciamentos que examinamos. Como bem explica Pinto: “análise de conteúdo é um método de análise de texto; análise de discurso é uma teoria dos sentidos, das significações” (PINTO, 2009, p.

¹⁴ Financiado pelo CNPq/CAPES/FAPERGS.

¹⁵ O grupo, à época, contava com quatro integrantes: O professor Dr. Daniel de Mendonça (PPGCPol/UFPel), coordenador e idealizador da pesquisa; Duas estudantes de graduação, bolsistas de iniciação científica (FAPERGS/CNPQ), dentre elas a presente pesquisadora; e uma estudante de mestrado (bolsista FAPERGS/CAPES). Atualmente, o grupo conta com doze colaboradores: dois professores coordenadores (Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares), cinco estudantes de graduação (bolsistas de IC); e cinco estudantes de pós-graduação do PPGCPol.

80). Esta diferenciação é importante não só para a correta compreensão da proposta, como da importância das opções teóricas assumidas.

Como ponderam Lopes, Mendonça e Burity (2015), a análise do discurso trata das condições de fixação de um discurso concreto, o que envolve um complexo articulado de elementos simbólicos e práticos, em um contexto em que múltiplas possibilidades estão em disputa. Nesse processo, a produção de uma “formação hegemônica” exclui outras possibilidades. Deste modo, “a análise do discurso é uma análise de como práticas se tornam simbólica e materialmente hegemônicas, autoevidentes, vinculantes” (LOPES, MENDONÇA e BURITY, 2015, p. 16). Assim sendo, a análise discursiva proposta nesta pesquisa está presente não apenas no momento de análise dos projetos de lei, mas já é parte crucial da elaboração da primeira fase de análise, que consistiu na elaboração do quadro de sentidos ideológicos que norteia as classificações.

Em linhas gerais, a classificação parte do comportamento dos partidos nos poderes Legislativo e Executivo, ou seja, no *campo discursivo* da representação política, em que são consideradas todas as siglas partidárias e sujeitos políticos que estabelecem as relações entre Executivo e Legislativo. O entendimento, na referida proposta metodológica, é de que os sentidos discursivos e ideológicos que permeiam um determinado campo são, em geral, partilhados pelos sujeitos que dele fazem parte, neste caso, pelos representantes políticos. Deste modo, os sentidos políticos assumem uma condição hegemônica, ainda que isso não implique que todos os sujeitos compartilhem os sentidos ideológicos da mesma forma. Em outras palavras, mesmo que os políticos tenham entendimento dessemelhante quanto ao conteúdo valorativo de determinada proposta, há um grau mínimo de concordância quanto a sua natureza mais à esquerda ou à direita, pois os sentidos associados a tais posicionamentos estão, de alguma forma, sedimentados dentro do campo discursivo.

Vale destacar, no entanto, que este mesmo campo discursivo é, primordialmente, um local constituído pela disputa. Assim, a aferição de sentidos para determinado significante por vezes encontra lugar em ambos os pólos ideológicos, o que Laclau (2013) chama de “significantes flutuantes”. Diante de tal postulação teórica, é natural que nos venha o questionamento sobre a relevância de continuarmos a utilizar a díade esquerda-direita em nossas classificações, uma vez que alicerçamos nossa proposta em um aporte teórico que tem por premissa uma

visão não essencialista dos discursos. O próprio cenário político brasileiro da última década, como anteriormente afirmado, incita tal interpretação. A este respeito, entretanto, nosso entendimento é de que, embora se possa facilmente dizer que as fronteiras ideológicas dos partidos no Brasil atualmente sejam bastante nebulosas, esquerda e direita continuam sendo os denominadores que dividem os partidos e a partir dos quais estes se posicionam.

3.3 Ponto de partida: compilação das classificações ideológicas na literatura política nacional

Tendo isto em mente, o ponto inicial do projeto do Grupo de Pesquisa em que a investigação presente nesta dissertação está inserida, ainda em 2012, foi um levantamento de toda a literatura política nacional publicada nos principais periódicos com *Qualis-Periódicos (Capes)* ¹⁶ A1, A2, B1 e B2 que abordassem a temática da ideologia partidária. Neste processo, foram analisados 88 artigos científicos, com a intenção de verificar a forma como estes tratavam a ideologia e a classificação dos partidos no *continuum* esquerda-direita. Os resultados encontrados ratificaram algumas das premissas motivadoras de nossa proposta.

Como esperado, constatou-se que a ideologia é tratada de forma muito superficial na grande maioria dos estudos, sendo concebida geralmente como um conceito de inteligibilidade pressuposta. De modo quase consensual, os textos apresentaram a ideologia como uma visão de mundo que orienta a conduta dos sujeitos. Além disso, observou-se a predominância da categorização ideológico-partidária clássica proposta por Limongi e Figueiredo (1995), segundo a qual os partidos de maior representatividade no Congresso podem ser dispostos na seguinte escala ideológica: à direita PDS/PPR, PFL e PTB, no centro PMDB e PSDB e, à esquerda, PDT e PT (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995). Por isto, esta classificação foi tomada como referência nos casos em que se pretende estabelecer um parâmetro comparativo. Tendo em conta as alterações de algumas das nomenclaturas e cisões ou fusões partidárias ocorridas entre o período analisado e o

¹⁶ Sistema usado no Brasil para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos.

da formulação desta categorização, para fins de comparação, considera-se a adaptação da mesma pela incorporação de siglas surgidas nesse ínterim¹⁷.

Haja vista que o propósito colocado é o de inferir o posicionamento ideológico dos parlamentares a partir de seu comportamento no campo político discursivo da representação política, é indispensável frisar que o campo discursivo aqui mencionado não concerne unicamente ao posicionamento retórico por eles assumido, uma vez que a metodologia fundamenta-se na teoria do discurso e, por conseguinte, considera a ideologia em sua forma material. Isso significa dizer, como argumentado no capítulo teórico, que não é possível fazer distinção entre a ideologia e a prática do sujeito, pois ambas estão sempre interligadas e são indissociáveis.

Assim sendo, não inferimos um dado posicionamento ideológico baseado apenas nas falas dos parlamentares em suas manifestações no Congresso, embora essas tenham também grande relevância para a análise que objetivamos. Essa relevância reside em demonstrar a autopercepção ideológica exteriorizada pelos sujeitos. No entanto, respaldados nos pressupostos da teoria laclauniana, acreditamos que o real posicionamento ideológico dos parlamentares manifesta-se, de fato, na “prática” parlamentar, a qual aqui consideramos a partir dos projetos de lei por eles apresentados¹⁸. Em nosso entendimento, a materialidade destas proposições se expressa na consideração de que, uma vez aprovadas, elas implicarão uma mudança efetiva na realidade.

Para melhor compreensão desta distinção, a metodologia empregada será aqui dividida em dois momentos diferentes, que consistem, também, em dois níveis distintos de análise. O primeiro nível é aqui denominado *nível retórico*, e diz respeito ao conjunto de procedimentos realizados para a elaboração do Quadro de sentidos (anexo A) por nós utilizado como referência para a classificação ideológica do objeto estudado. O segundo nível, que condiz com a etapa posterior, consiste no nível de análise, referente à codificação dos PLs analisados, com base no Quadro de sentidos. Ambas as etapas serão descritas de forma detalhada nas próximas seções.

¹⁷ Estão registrados no TSE atualmente 35 (trinta e cinco) partidos políticos. Até o período compreendido pela análise (31/12/2006), o número de partidos era 27. A tabela com os partidos que elegeram representantes no pleito de 2002 com o respectivo número de deputados por partido pode ser verificada nos apêndices.

¹⁸ Conforme Linhares e Mendonça explicam, essa metodologia é também aplicável na análise de políticas públicas, medidas provisórias, etc.

3.4 Procedimentos de coleta e análise dos pronunciamentos

O primeiro momento que abordaremos será direcionado a descrever sinteticamente o procedimento de coleta e análise dos pronunciamentos dos quais foram extraídos os sentidos ideológicos, ou seja, a significação que o próprio campo político atribui à determinada temática. Este posicionamento retórico dos deputados toma por base seus seus pronunciamentos em distintas sessões na Câmara dos Deputados (Grande Expediente, Pequeno Expediente, Comissões etc.), disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados¹⁹ e de livre acesso.

Para que pudéssemos chegar aos diferentes sentidos existentes no campo político, foi necessário o estabelecimento de termos que nos permitissem acessar os discursos em que os sentidos de direita e esquerda estivessem presentes. Para tanto, fizemos uso do que chamamos de “palavras detonadoras (ideológicas)” dentro dos pronunciamentos. A ideia consistiu em encontrar palavras capazes de captar os sentidos ideológicos produzidos pelo próprio campo, de modo que elas nos levassem a acessar (nos pronunciamentos) uma série de “sentidos aplicados” à elas correlatos. Por “sentidos aplicados”, entendemos a relação possível de ser estabelecida entre determinada palavra detonadora e contextos específicos, tais como uma política pública, uma ação governamental, um projeto de lei, por exemplo.

Partindo deste princípio, na primeira fase, foram definidas *a priori* quinze palavras detonadoras para a operacionalização das buscas de seus sentidos aplicados. O critério para a decisão destas foi o de escolher palavras cujos significados fossem convencionalmente associados a determinadas ideologias ou posicionamentos dentro do campo político. Apoiados neste cânone, as palavras definidas para as primeiras buscas foram: *Capitalismo; Capitalista; Comunismo; Comunista; Conservador; Democracia; Direita; Esquerda; Fascista; Ideologia; Liberal; Neoliberal; Progressista; Socialismo e Socialista*.

O passo seguinte foi a busca pelos sentidos correlatos a estas palavras nos pronunciamentos dos deputados federais durante a 52ª Legislatura. Para tanto, foi utilizado o *Banco de Discursos*, de responsabilidade do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados²⁰, que reúne todas as falas oficiais proferidas pelos parlamentares durante as sessões. Nesta etapa, o

¹⁹ <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>

²⁰ <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas/pesquisa/pesquisa-basica>

recorte temporal adotado foi o do período compreendido entre 01 /01 /2003 e 31/12/2006, durante o qual foram consideradas todas as falas em que a palavra detonadora figurasse no "Texto Integral", independentemente da seção do Diário (Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Breves Comunicações, Comunicações Parlamentares).

Realizada esta tarefa, a sequência do trabalho consistiu na leitura integral dos pronunciamentos encontrados, para compreensão do contexto no qual a palavra detonadora foi empregada e posteriormente, do destaque dos trechos em que fosse possível perceber os "sentidos aplicados" para os termos. Em seguida, a sistematização dos pronunciamentos foi feita em uma planilha do programa Excel, na qual constavam: Nome do Parlamentar, Partido, Estado, Data (da manifestação), Página, Trecho (selecionado) do pronunciamento, Palavra Detonadora e o Sentido a ela relacionado.

Como registrado anteriormente, a partir de 2015, o grupo de pesquisa responsável pelo desenvolvimento da metodologia proposta aumentou consideravelmente de tamanho, o que possibilitou a ampliação do recorte temporal empregado. Contando com maior número de integrantes, o período de análise de pronunciamentos foi expandido para todo o período de governo do ex-Presidente Lula até o final do primeiro mandato da ex-Presidente Dilma Rousseff, ou seja, de 01/01/2003 a 31/12/2014. Esta decisão possibilitou a obtenção de uma gama de pronunciamentos muito mais rica, pois o decorrer dos mandatos e as diferentes temáticas que emergiram nos debates nas diferentes conjunturas trouxeram à tona diferentes significações ideológicas. Tal ampliação, porém, obrigou-nos a adotar algumas delimitações para tornar viável nossa proposta.

Em decorrência do grande número de pronunciamentos associados às palavras detonadoras, a elaboração de um quadro de sentidos fundamentados nestes tornar-se-ia inexecutável. A solução encontrada foi a delimitação de uma amostra para tanto. O desafio, então, era o de encontrar uma amostra que não nos inabilitasse de acessarmos determinados períodos, ao mesmo tempo que não enviasse os sentidos encontrados – situação passível de ocorrer caso tomássemos apenas períodos precedentes ou subsequentes a dados eventos, tais como votações acerca de reformas, períodos eleitorais, etc. O recurso adotado, então, foi a realização da busca inserindo a palavra detonadora na aba “Assunto” da página “Discursos e Notas Taquigráficas”, o que nos possibilitou filtrar os

pronunciamentos dos dias nos quais as palavras por nós definidas figuravam nos sumários, chegando-se, assim, a um número praticável de pronunciamentos²¹. Definida a amostra, procedeu-se, novamente, para as etapas anteriormente descritas, agora para o período incorporado. O número de pronunciamentos analisados e trechos efetivamente utilizados na elaboração de nosso glossário temático encontra-se no quadro a seguir:

Quadro 2 - Palavras detonadoras: arquivos e trechos selecionados.

Palavra detonadora	Arquivos Analisados	Trechos Selecionados
Democracia	1.304	869
Liberal	252	10
Socialista	216	29
Comunista	214	24
Esquerda	198	116
Ideologia	184	116
Progressista	164	13
Socialismo	134	35
Capitalismo	83	24
Neoliberal	69	28
Direita	38	10
Comunismo	27	12
Capitalista	21	10

²¹ O caso da palavra detonadora “Democracia” – incorporada às buscas posteriormente, mas ainda não integrante do quadro de sentidos ideológicos – pode ser tomada como exemplo, neste caso: Quando buscamos por sua recorrência na aba “Texto integral” da página, foram encontrados 17.775 pronunciamentos nos quais esta figurava. Adotando-se nossa delimitação e inserindo-a na aba “Sumário”, o total de arquivos reunidos foi de 1.304. Além desta, estão em fase de incorporação ao glossário os resultados das palavras detonadoras: Desemprego; Imposto; Direitos Trabalhistas; Consumidor; Inclusão social; Importação; Exportação.

Conservador	18	11
Fascista	4	4
Total	2.926	1.311

Fonte: Quadro elaborado pelo Grupo de Pesquisa —Ideologia e análise de discurso.

3.4.1 Busca dos "sentidos aplicados" nos pronunciamentos

Após reunidos e sistematizados todos os pronunciamentos selecionados, procedemos para identificação dos sentidos ideológicos correlatos às palavras detonadoras, os quais denominamos “sentidos aplicados”. Buscamos, primeiramente, identificar o significante ideológico empregado, comumente associado à palavra detonadora, e, em seguida, extrair os significados a ele atribuídos pelo enunciador. Observou-se que comumente, um mesmo pronunciamento trazia mais de um significante, que não necessariamente tinha ligação tão clara com a palavra detonadora usada. Por exemplo, ao se pesquisar por trechos de pronunciamentos com a palavra detonadora “Esquerda” pudemos encontrar os significantes “educação”, “desigualdade” ou “políticas públicas”, dentre outros. A análise aprofundada destes pronunciamentos, por sua vez, tornou passível a extração do significado que era dado para tais significantes nas falas dos congressistas. Não raro, cada um dos significantes encontrados possuía mais de um significado. Sempre que pertinente, foram considerados todos os significados atrelados aos pronunciamentos.

O esforço, nesta fase, residiu na tentativa de compreender como os sujeitos associam significantes genéricos - conforme a categoria laclauniana, vazios - com comportamentos específicos da direita ou da esquerda. Isto não significa que as falas sejam tomadas e consideradas tal qual uma autodenominação ideológica. Se assim o fosse, estaríamos incorrendo no mesmo erro das metodologias que buscamos superar. Para escapar tal armadilha, nossa baliza ideológica firmou-se no campo político discursivo e no entendimento minimamente consensual que este detém acerca de políticas consideradas de esquerda ou de direita. Esta foi uma das principais razões para a ampliação do recorte temporal anteriormente mencionado, pois que a decisão por tomar o campo político discursivo como parâmetro de

classificação exigia o aprofundamento de um número expressivo de pronunciamentos que amparasse esta demarcação.

3.4.2 Elaboração de glossário temático e do Quadro de sentidos ideológicos

De posse dos significantes e respectivos significados, procedemos para a elaboração do Glossário temático, que serve de suporte para a definição do Quadro de sentidos ideológicos. Uma primeira observação por nós feita demonstrou a existência de uma divisão temática inicial, já nas falas dos deputados, entre três grandes áreas: Economia, Estado e Social. Apropriamo-nos desta divisão, estabelecemos alguns limites que possibilitassem a separação entre elas na organização dos significantes ideológicos. Ficou estipulado, assim, que seriam alocados na primeira área (Economia) os significantes referentes a assuntos macro e microeconômicos. Na segunda (Estado), os temas relacionados com a administração pública e com a política internacional. E, na área Social, por fim, assuntos diversos não abrangidos pelas duas primeiras áreas, mais específicas, cujo teor remetesse à atuação do Estado em prol da proteção (ou não) da população em variados segmentos, tais como educação, previdência, relações de trabalho, relações agrárias, etc.

É preciso salientar que ainda que o exercício tenha sido um esforço para demarcar fronteiras entre as três áreas, elas seguidamente são atravessadas por temáticas que não podem ser consideradas em uma delas exclusivamente. Um exemplo disto é o significativo desemprego, cuja significação traz sentidos atinentes tanto à área social, como a necessidade de proteção do seguro-desemprego para garantir o bem-estar da população, quanto à área econômica, na qual o debate sobre o incentivo fiscal à empresas como forma de combate ao desemprego surge de modo proeminente.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de este Glossário e também o Quadro não serem ferramentas de análise estanques, o que foi fundamental para realização da investigação. Como partimos de um universo de significantes muito vasto, a análise de uma determinada temática poderia ser prejudicada pela ausência de abordagem mais aprofundada sobre determinada temática. Esta dificuldade despontou em nossa primeira tentativa de classificação das políticas. Por possuírem uma linguagem muito mais operacional e direcionada, as proposições que buscamos

classificar nem sempre estavam suficientemente contempladas pelo Glossário. A saída que encontramos para tanto foi buscar, nos Projetos de Lei e Medidas Provisórias que compõem objeto de estudo de três componentes do grupo (que escrevem ou que já escreveram suas dissertações de mestrado, caso deste trabalho), os principais assuntos presentes nos documentos. Em seguida, subdividimos os assuntos de maior recorrência, incorporando-os como subcategorias nas três grandes áreas com as quais trabalhamos – Economia, Estado e Social – conforme consta abaixo:

Quadro 3 - Significantes incorporados a partir dos PLs e MPs

ÁREA	SIGNIFICANTES INCORPORADOS
Economia	Desenvolvimento Econômico Desenvolvimento Regional Desenvolvimento Sustentável Incentivo Fiscal Tributação (Impostos)
Estado	Política Externa Privatizações Reformas (trabalhista e previdenciária)
Social	Segurança Cidadania Direitos das Minorias (indígenas) Direitos das Minorias (LGBT) Direitos das Minorias (mulheres) Direitos das Minorias (relações raciais) Dívida Social (Inclusão social) Educação Infância e Juventude Financiamento de Campanhas Eleitorais Meio Ambiente Previdência

	Relações Agrárias Relações de Trabalho
--	--

Fonte: Quadro elaborado pelo Grupo de Pesquisa —Ideologia e análise de discurso (IdAD).

Identificados os significantes específicos sob os quais seria necessário aprofundarmos nossas buscas, repetimos, novamente, as buscas nos pronunciamentos, agora utilizando-os como palavras detonadoras. O processo anteriormente descrito foi também repetido e os sentidos ideológicos encontrados incorporados ao Glossário. Ao fim, como nosso Glossário resultou em uma ferramenta pouco objetiva para classificação, dado o grande volume de informações nele constante, avançamos na elaboração do Quadro de sentidos, que consiste em uma versão resumida do Glossário, no qual agrupamos os sentidos em quatro grupos ideológicos distintos: Esquerda Conservadora, Esquerda Liberal, Direita Liberal e Direita Conservadora. Esta gradação deve-se, mais uma vez, a interpretação de que os posicionamentos ideológicos não podem ser tomados de forma homogênea, o que se aplica também às variações internas nos posicionamentos ideológicos.

Apesar disso, ao elaborarmos o Quadro de sentidos ideológicos, deparamo-nos com dilemas quanto aos limites desta gradação, percebendo que muitas vezes a distinção entre os posicionamentos de um mesmo lado da escala ideológica são mais sutis do que se poderia supor inicialmente. Ademais, muitos dos sentidos ideológicos para dados assuntos simplesmente não aparecem nas falas dos parlamentares, sobretudo no que toca os sentidos da direita. O preenchimento desta lacuna do Quadro está em vias de solução no âmbito do IdAD. Ainda assim, para os

contornos do presente trabalho, a gradação entre as duas esquerdas e as duas direitas não será considerada. Utilizaremos os significantes de ambas as esquerdas e de ambas as direitas como uma cada.

Um último ponto a esclarecermos antes de passarmos à segunda fase de nossa análise é a ausência do centro em nossa proposta. A não incorporação deste “lugar ideológico” em nosso quadro deve-se muito mais a uma necessidade de aprofundamento das nossas análises do que à desconsideração do papel que o mesmo exerce no campo político. Em nosso entendimento, o centro poderia ser considerado, no contexto brasileiro, como o *status quo*. Assim sendo, o estabelecimento de sentidos ideológicos que o definam torna-se bastante delicado e requer maior clareza de nossa parte, o que, todavia, não inviabiliza nossa pesquisa.

Feitas estas ponderações, entramos, finalmente, na segunda fase da investigação, correspondente ao segundo nível ideológico, que é a da análise dos projetos de lei apresentados por deputados do PSDB durante a 52ª Legislatura.

3.5 Procedimentos de coleta e análise dos Projetos de Lei do PSDB na 52ª Legislatura

Consideramos esta segunda etapa metodológica como a análise da ideologia em sua materialidade, por entendermos que nela é possível identificar a articulação de elementos simbólicos e materiais presentes na ideologia. Estes elementos simbólicos aos quais nos referimos são o resultado da relação entre palavras detonadoras ideológicas e políticas ou assuntos específicos. No âmbito de nosso trabalho, os Projetos de Lei propostos pelos parlamentares do PSDB para a área social. Nesta etapa, nossa tarefa é utilizar os sentidos aludidos, organizados no Quadro de sentidos, e confrontá-los com o que estamos chamando de a “materialidade” presente na ideologia.

O primeiro passo para esta etapa foi a seleção dos Projetos de Lei pertencentes à Área Social. Tendo em mente os objetivos propostos para este trabalho, valhemo-nos, nesta seleção, de duas prerrogativas: primeiramente, selecionamos aqueles projetos cuja apresentação se deu exclusivamente por deputados do PSDB, excluindo-se, portanto, os provenientes do Senado Federal e de comissões específicas, ainda que estas possuam em sua composição membros do referido partido. O segundo requisito para seleção dos PLs foi sua possibilidade

de serem considerados pertencentes ao campo social. Para o cumprimento deste segundo requisito, buscamos mantermo-nos atentos à uma visão abrangente da área social, visto que nossa intenção é a de identificar a significação que o partido dá para tal campo discursivo.

O critério, neste caso, foi, a partir da leitura integral dos 804 PLs²² propostos pelo partido no período analisado, tomar da redação destes sua inclinação à solução de problemas sociais que se encaixassem em alguma das subdivisões do Quadro de sentidos. Excetuando-se as proposições apresentadas pelos Senadores e por parte de comissões, restaram então 777²³ Projetos de Lei a serem analisados. Novamente, como o que se busca é depreender como o partido significa as políticas sociais, mantivemos em mente que não podemos delimitar previamente o que é ou não política social. Deste modo, a operacionalização da seleção se deu partindo da exclusão daquilo que não era passível de ser considerado como pertencente ao campo social, ainda que o tomemos de forma bastante vaga. Foram, então, desconsideradas para a análise proposições que diziam respeito, por exemplo, a alterações na ordem administrativa e arrecadação de tributos – salvo quando havia uma justificativa social para tanto-, instituição de datas comemorativas, alterações em nomes de cidades ou instituições, etc.

Como já ponderado, a segmentação das áreas no Quadro de sentidos não equivale a isolar os projetos em uma área exclusiva, pois constantemente os três campos se entrecruzam. Por exemplo, uma proposta de incentivo fiscal à empresas de um determinado segmento ou região do país cuja justificativa seja a geração de empregos não pode ser considerada apenas no campo econômico, tampouco é exclusivamente social. Partindo destes critérios, o total de projetos a serem analisados dentro do campo social ao longo da 52^a Legislatura ficou, inicialmente, assim disposta:

²² Todos os Projetos de Lei são de livre acesso e estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados, onde a busca foi realizada (<http://www.camara.gov.br/internet/sileg/>). Os PLs 3552/2004, 278/2003 e 277/2003 apresentaram problemas para *download* e não foram considerados na contagem.

²³ Não foi feita distinção quanto ao *status* do PL (arquivado, tramitado em conjunto, aguardando designação do relator, etc.).

Tabela 1 - Disposição dos Projetos de Lei do PSDB por ano legislativo (2003-2006) na primeira seleção

Ano	Total de proposições	Proposições consideradas para a área Social
2003	347	92 (26,5%)
2004	165	47 (28,4%)
2005	177	58 (32,7%)
2006	88	35 (39,7%)
Total	777	232 (29,8%)

Fonte: Elaboração própria.

Após a obtenção dos 232 projetos considerados para a análise, os mesmos foram sistematizados em quatro tabelas do excel, cada uma referente a um dos anos legislativos, com informações sobre: o número do PL, Ementa e Deputado proponente. Esta divisão decorreu da intenção de observar as possíveis variações do discurso social do PSDB ao longo da 52ª Legislatura parlamentar.

Devidamente separados, os PLs foram introduzidos no *software* de análise qualitativa Nvivo (versão 11), onde, com base no Quadro de sentidos advindos dos pronunciamentos, foram criados nós (*nodes*) de classificação para cada uma das três áreas de significação, assim como para as sub-áreas que formam o Quadro. Estes nós foram também divididos entre “esquerda” e “direita”. Ao iniciarmos as codificações, deparamo-nos com um novo problema: haviam, dentre os PLs da área social, assuntos não contemplados pelo quadro de sentidos que guiaria a análise.

De forma geral, os assuntos identificados nestes PLs, podem ser reunidos em três categorias temáticas, relacionadas à saúde, direito do consumidor e trâmites burocráticos para redirecionamento de verbas às áreas sociais. De modo resumido, as proposições que versaram sobre estes assuntos dispunham sobre:

- i) **Saúde:** Ampliação do SUS; Unificação das listas de espera por transplantes de órgãos; Atenção integral do Estado no atendimento de portadores de doenças degenerativas; Distribuição de remédios para doenças crônicas; Normas para a conduta de profissionais ligados à área da saúde; Acesso

universal às Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) em todo o território nacional, entre outros;

ii) **Direitos do Consumidor:** Ampliação de isenções tributárias concedidas a determinados segmentos da população; Descontos para o abatimento de dívidas decorrentes de financiamentos viabilizados pela União como forma de incentivo social (decorrente de programas habitacionais ou programas direcionados ao pequeno agricultor, por exemplo);

iii) **Trâmites burocráticos para redirecionamento de receita:** Redirecionamento de receitas decorrentes de multas de trânsito para projetos sociais; Destinação das verbas do DPVAT para o pagamento de indenizações; Alteração dos percentuais destinados aos municípios na gestão da educação e de projetos culturais, etc.

Contabilizando os casos não codificáveis com base em nosso quadro, verificamos que estes totalizavam 34 Projetos de Lei, sendo 14²⁴ no ano de 2003, 9²⁵ no ano de 2004, 5²⁶ no ano de 2005 e 6²⁷ no ano de 2006. Visando mantermos fiéis à metodologia, optamos pela exclusão destes projetos de nosso recorte. A distribuição dos projetos por ano, após estas exclusões, pode ser verificada na Tabela 2:

Tabela 2 – Disposição dos Projetos de Lei por ano Legislativo (2003-2006) com regra de exclusão aplicada.

Ano	Total de proposições	Proposições consideradas para a área Social
2003	347	78 (22,4%)
2004	165	38 (23%)

²⁴ PL 279/2003, PL 687 /2003, PL 826/2003, PL 912/2003, PL 946/2003, PL 947/2003, PL 1269/2003, PL 1300/2003, PL 1436/2003, PL 1472/2003, PL 1545/2003, PL 2018/2003, PL 2092/2003 e PL 2598/2003.

²⁵ PL 3515/2004, PL 3635/2004, PL 3706/2004, PL 3708/2004, PL 3730/2004, PL 4086/2004, PL 4166/2004, PL 4358/2004 e PL 4675/2004.

²⁶ PL 5312/2005, PL 5574/2005, PL 5894/2005, PL 6134/2005 e PL 6234/2005.

²⁷ PL 6710/2006, PL 7314/2006, PL 7394/2006, PL 7437/2006, PL 7440/2006 e PL 7444/2006.

2005	177	53 (29,9%)
2006	88	29 (33,9%)
Total	777	198 (25,7%)

Fonte: Elaboração Própria.

3.5.1 Opções de codificação

Partindo-se para a análise propriamente dita dos PLs, cabia ainda decidir a melhor forma de classificação para estes. Dentre várias possibilidades, estavam a de classificação exclusiva na área social, diferenciando os Projetos conforme sua adequação aos significantes de direita ou de esquerda; a codificação dos projetos concomitantemente em mais de uma área, quando pertinente e, ainda, a codificação em ambos os pólos ideológicos (esquerda e direita) simultaneamente.

Mantendo no horizonte nossa hipótese de pesquisa, que sustenta a preponderância da questão econômica no discurso social do PSDB, optamos pela codificação dos Projetos de lei nos sub-nós das Áreas Social e Econômica de nosso Quadro de sentidos. Sempre que um Projeto de Lei apresentasse sentidos presentes em ambas as áreas, a codificação seria realizada naquela cujo resultado (caso o projeto fosse aprovado) fosse mais imediato. Decidimos, ainda, que cada projeto seria codificado em um único pólo ideológico.

3.6 Considerações

Neste capítulo procuramos demonstrar as principais metodologias empregadas para a classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros, assim como a disposição ideológica destes nos estudos que as utilizam. Nossa intenção principal, ao fazê-lo, foi a de verificar o posicionamento ideológico atribuído ao PSDB mediante diferentes métodos de pesquisa. Como vimos, a maioria dos estudos, independente do método aplicado, posiciona o PSDB ao centro, mais especificamente, à centro-esquerda do espectro ideológico.

Ao apresentarmos nossa proposta metodológica, ponderamos sobre a indispensabilidade de se ter em consideração os pressupostos teóricos que a fundamentam, sem os quais a análise discursiva que propomos não pode ser

compreendida adequadamente. Neste tocante, fizemos ainda uma distinção necessária entre a análise de conteúdo e a análise do discurso, ambas utilizadas em nosso trabalho.

Ao descrevermos o processo de criação de nossa metodologia, fizemos questão de apresentar com minúcia cada uma das etapas e escolhas, como forma e elucidar, além de sua complexidade, a importância que a retomada de algumas etapas tiveram para seu refinamento. Com isto, intentamos ressaltar a confiabilidade de seus resultados, que serão explorados a partir do capítulo cinco.

4 UMA SOCIAL-DEMOCRACIA À BRASILEIRA

Falar em social-democracia no Brasil parece, por vezes, inadequado para referir-se ao partido que traz em sua sigla esta denominação. Tal desajuste entre forma e conteúdo chama a atenção principalmente na observação da origem do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma vez que, diferentemente dos partidos social-democratas europeus nos quais se inspira, o PSDB não advém dos movimentos trabalhistas, mas de uma base parlamentar dissidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo em seus quadros nomes já bastante conhecidos no cenário político.

Neste capítulo, nossa intenção é a de trazer um breve histórico acerca da formação do PSDB e suas principais inspirações ideológicas, assim como da importância que os fatores contextuais e históricos desempenharam em sua composição. Além disso, buscamos demonstrar a forte relação existente, já no discurso de formação do partido, entre o econômico e o social, para sustentar que a visão de política social do partido não pode ser concebida de forma dissociada do discurso econômico que este utiliza.

Dito isto, o capítulo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, faz-se um breve apanhado sobre o surgimento da corrente social-democrata, abordando seus principais pensadores, as divergências existentes no interior das primeiras organizações e os desdobramentos que estas acarretaram. Destacam-se também os princípios básicos desta ideologia e a importância que a teoria keynesiana teve para sua consolidação.

Na segunda seção, são apresentadas as experiências que serviram de inspiração para alguns dos modelos de *welfare state* posteriormente adotados por boa parte dos países europeus no século XX. Fazemos uma distinção entre os principais modelos existentes, com destaque para sua versão mais recente, conhecida como Terceira Via ou, Social-liberalismo, tendência que emerge quase que paralelamente ao nascimento do PSDB.

Na terceira seção, falamos rapidamente das características das políticas sociais brasileiras desde a Era Vargas até a Constituição de 1988, abordando as mudanças ocasionadas com a redemocratização. Nesta seção, falamos também

sobre como o modelo de gestão das políticas sociais existentes no Brasil é criticado pelos fundadores do PSDB e em que pontos suas propostas tentam diferenciar-se delas.

Na quarta seção, trazemos alguns dos documentos de fundação do partido nos quais este expressa sua visão acerca da justiça social e das políticas sociais, a fim de mostrarmos a forte vinculação que existe, desde a fundação, entre as visões econômica e social do partido.

Ao término do capítulo, fazemos algumas considerações sobre a origem e posicionamento ideológico declarado do partido. Como argumentamos, a continuidade de alguns destes posicionamentos no discurso social do partido serão verificados em nossa análise.

4.1 Breve histórico da social-democracia europeia

Tomada no contexto de seu surgimento, ante o “socialismo real”, a social-democracia é uma corrente política a qual não se poderia qualificar como esquerda (CARDOSO, 2010). Tal afirmação se deve principalmente pela relação que esta orientação estabeleceu desde o princípio com a ordem capitalista, algo impensável para a esquerda à época.

A organização dos partidos social-democráticos europeus deu-se a partir de lutas operárias e políticas conflitantes, cujas formulações e motivações ideológicas vão além dos escritos de Marx e Engels. Também tiveram grande influência nessa construção e na elaboração de teorias críticas ao capitalismo, tal como na formação de movimentos sociais concretos, autores como Pierre-Joseph Proudhon, cujo pensamento surtiu grande influência na França, e Ferdinand Lassalle, August Bebel e Wilhelm Liebknecht, cujas ideias repercutiram principalmente na Alemanha.

Do confronto entre as diferentes formulações que pululavam no efervescente século XIX, formaram-se diversas organizações e partidos na Europa. Dentre os primeiros deles estavam a Associação Geral dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores Social-Democratas. As duas agremiações mais tarde fundir-se-iam para formar o Partido Social Democrático da Alemanha (SPD). No interior do SPD, o desentendimento entre as diferentes correntes ideológicas era uma constante, mas, com o passar do tempo e com o arrefecimento da visão mais revolucionária em virtude da derrota da Comuna de Paris, a tendência social-democrática foi se

fortalecendo dentro do partido, posicionamento que ficou evidente a partir da Segunda Internacional, organizada em 1889 (CARDOSO, 2010, p. 14-15). Já no interior da Segunda Internacional, a disputa pela hegemonia ideológica se dava entre os setores inspirados por Lassalle, mais favoráveis ao corporativismo e à ação do Estado (valorizando os meios legais, as liberdades civis e a democracia), e os setores próximos ao marxismo revolucionário, que propunham uma ação proletária mais radical. Divergências que nem mesmo os êxitos eleitorais do SPD conseguiram sanar (CARDOSO, 2010, p. 15).

O século XX foi marcado por muitas transformações que impactaram os rumos da política no mundo todo. Dentre elas, as duas grandes guerras e a crise econômica de 1929 foram as de maior efeito. A Segunda Guerra Mundial, principalmente, marcou o dilema no interior da esquerda entre o posicionamento a favor da pátria, de um lado, e o que privilegiava a classe, de outro. No frígido dos ovos, prevaleceu o primeiro. Assim, ao término da Segunda Guerra Mundial, o SPD foi reconstruído na democracia e perdendo aos poucos seu viés revolucionário:

Progressivamente aceitou o abandono dos métodos revolucionários e da violência como instrumento político. Deixou de aspirar a ser um partido do proletariado para representar “todo o povo”, participar de coalizões governamentais, abandonar as nacionalizações das empresas como base da economia social-democrática, aceitar a liberdade de mercado desde que haja livre concorrência e, sobretudo, opor-se a quaisquer autoritarismos, fazendo arraigada defesa da democracia (CARDOSO, 2010, p. 16).

O SPD alemão não foi o único a seguir a tendência social-democrática. No período pós-II Guerra Mundial, quase todos os países da Europa passaram a adotar em seus governos medidas de seguridade social. O “*welfare state*” ou Estado de bem-estar social, surgia como uma proposta institucional nova, a de um Estado que pudesse implementar e financiar programas e planos de ação destinados a promover os interesses sociais coletivos dos membros de uma determinada sociedade (GOMES, 2006, p. 204). Esses programas visavam, de modo geral, a oferecer um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal por meio do Estado. Como argumenta Gomes, a finalidade destas ações era a de promover certa harmonia entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, pois ao suprir a sociedade com estes benefícios sociais, dava-lhes um mínimo de base material e níveis de padrão de vida para que pudessem enfrentar os

efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (2006, p. 204).

Apesar das diferenças existentes na condução das políticas econômicas e sociais entre os diferentes países que adotaram a social-democracia na Europa, é válido para nossa proposta considerarmos o seu cerne, ou seja, os pontos comuns a todos eles, os quais Soraia Vieira (2012, p. 29) resume em cinco elementos chave²⁸, que seriam:

- 1) O liberalismo político, ou seja, a aceitação das instituições liberais democráticas;
- 2) A economia mista, na defesa da coexistência da propriedade privada dos meios de produção e de um controle público da atividade econômica através da planificação;
- 3) O estado de bem-estar, compreendido como a execução de políticas sociais tendentes a distribuir a riqueza de uma forma mais equitativa atenuando os efeitos do mercado, tal como a promover a justiça social, corrigindo os desequilíbrios econômicos;
- 4) O keynesianismo²⁹, linha de pensamento econômico surgida a partir das teorias de John Maynard Keynes, as quais propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego, salários elevados, estabilidade de preços e aumento do gasto público;
- 5) O compromisso com a igualdade social.

Dentre estes elementos, pode-se afirmar que o pensamento econômico keynesiano foi um marco na definição do posicionamento social-democrata europeu e que perpassa os demais elementos acima elencados, uma vez que, como afirma Adam Przeworski (1988), os social-democratas descobriram nas ideias de Keynes algo que necessitavam urgentemente, isto é, uma política distinta para a administração da economia capitalista. Em suas palavras:

²⁸ Originalmente enunciados por Charles Anthony Raven Crosland (1977), membro do Partido Trabalhista Britânico (VIEIRA, 2012).

²⁹ Maior aprofundamento acerca da Teoria Keynesiana na social-democracia pode ser encontrado em Przeworski (1985, 1988).

A revolução keynesiana [...] munuiu os social-democratas com uma meta e consequentemente com a justificativa do seu papel governamental, e ao mesmo tempo transformou o significado ideológico das políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora (PRZEWORSKI, 1988, p 71).

Para este autor, o êxito desta teoria econômica no seio da social-democracia europeia respaldou-se por justificar a participação socialista no governo e garantir um *status* universal para os interesses dos trabalhadores. Deste modo, encontrava-se uma solução para os projetos de nacionalização que anteriormente constituíam parte do dilema dos partidos trabalhistas, socialistas e social-democratas. Esta consistia na permissão ao Estado que, quando julgar necessário, regule a indústria privada e atenuar os efeitos do jogo das forças de mercado, dissolvendo a necessidade de estatização³⁰. A partir disto, a base filosófica da propriedade pública na visão social-democrata pode ser resumida nas palavras de Przeworski: “comprometidos com a livre empresa sempre que possível, e com a propriedade pública quando necessário” (1988, p. 74).

Embora não seja nosso objetivo aqui discorrer e debater a fundo as vertentes social-democráticas³¹, faremos a seguir uma breve distinção dos principais tipos de *welfare state* para, posteriormente, verificarmos as possíveis inspirações na atuação do Partido da Social Democracia Brasileira. Para este fim, calcamo-nos na divisão apresentada por Gomes (2006), autor que propõe uma aproximação analítica do desenvolvimento social brasileiro a partir do debate sobre as experiências do Estado de bem-estar social europeu.

4.2 *Welfare State*: inspirações e experiências

Como nos aponta Gomes (2006), as primeiras ações estatais voltadas à atenção social em um ambiente de industrialização foram promovidas na Alemanha do século XIX, sob a égide de Otto von Bismarck. Os “programas de serviços sociais” fomentados nesta época tinham como princípio fundamental o estabelecimento de altos níveis de educação ao povo alemão. Através da educação pretendia-se fortalecer a estrutura produtiva e o desenvolvimento nacional de modo

³⁰ Ainda assim, em alguns países o Estado desenvolveu atividades econômicas próprias. Na Itália, França e Grã-Bretanha, por exemplo, as empresas estatais são usadas ocasionalmente como instrumentos de política econômica (PRZEWORSKI, 1988, p.74).

³¹ Um debate mais apurado acerca das abordagens da social-democracia e sua relação com a cidadania pode ser encontrado em Gosta Esping-Andersen (1990).

a tornar o país mais forte que seus concorrentes do ponto de vista econômico e social.

Além da ênfase na educação voltada à industrialização, o sistema de proteção social bismarckiano preconizava a função exclusiva do Estado em determinadas políticas relacionadas ao trabalho, como a criação de empregos para os excluídos da máquina econômica. Mais tarde, o supracitado sistema ampliou-se para incluir em seu bojo leis como a Lei de Seguro-Saúde (1883), a Lei de Seguro-Acidente (1884), a Lei de Pensões por Velhice e Invalidez (1889) e, posteriormente, o seguro-desemprego (1926). Inicialmente, estas leis restringiam-se aos trabalhadores da indústria urbana, essencialmente os da mineração. Conforme foi se desenvolvendo, o sistema de proteção passou a abranger também os trabalhadores rurais, artesãos e demais categorias.

O segundo exemplo de modelo de proteção social destacado por Gomes é o adotado nos Estados Unidos da América após a grande depressão de 1929, conhecido como o “*New deal*”, instituído pelo então Presidente Franklin Roosevelt (1933-1945). Embora o modelo seja destacado por Gomes, o próprio autor enfatiza que este não passou de um conjunto de medidas de políticas econômicas e sociais na tentativa de salvar os EUA da maior crise econômica da sua história, não consistindo, portanto, em um plano de universalização de direitos. As principais iniciativas que datam deste modelo são a criação de um sistema de seguridade social com benefícios para os trabalhadores em termos de aposentadorias; a criação de um sistema de seguro-desemprego e o fornecimento de auxílio financeiro às famílias menos abastadas que tivessem filhos em idade de dependência. A parte estas iniciativas, os EUA nunca abraçaram de fato a idéia de uma proteção social global.

Como mencionado anteriormente, a constituição de um Estado de bem-estar social só se deu plenamente no pós- II Guerra Mundial, sobretudo na Europa. Mishra (1996) apresenta os traços distintivos das principais experiências de seguridade social institucionalizadas no Continente, diferenciando-os em três vertentes: o modelo de mercado (*laissez-faire*), o social-democrata e uma terceira modalidade, posteriormente referenciada pelo autor como Estado de bem-estar social.

O primeiro modelo caracteriza-se por um Estado cujo papel está restrito ao fornecimento de benefícios mínimos, voltados apenas às camadas mais pobres da população. O segundo modelo pode ser descrito como um Estado no qual a

condição de bem-estar social foi instituída para fornecer serviços universais e gerais. Por fim, o terceiro modelo, de Estado de bem-estar social, baseia-se em um grande apoio em termos de extensão de benefícios e intervenção do Estado, no qual a segurança e estabilidade dos indivíduos são colocadas acima da promoção da igualdade econômica e social entre os cidadãos.

Em linhas gerais, no decorrer das décadas, os países europeus apresentaram tendência similar entre si, com vistas a um posicionamento social-democrata mais reformista, como já vinha ocorrendo na Suécia. A Inglaterra, entretanto, divergiu um pouco nesta trajetória. Alguns dos motivos apontados por Cardoso (2010) para que a história do *Labour Party* (Partido Trabalhista) inglês variasse dos demais partidos socialistas ou social-democráticos continentais seriam a força dos sindicatos, o pragmatismo prevalecente nesta sociedade, uma concepção mais igualitária da formação protestante inglesa e a própria luta operária inglesa, quando do início da industrialização. Além disso, diferentemente dos intelectuais continentais, que atuavam dentro do partido e da Internacional Socialista, na Inglaterra os pensadores destas vertentes que possuíam maior influência formavam parte da Sociedade Fabiana³², não se incorporando formalmente ao partido.

A influência externa e arraigada à sociedade colaborou para uma guinada ao gradualismo do partido, possibilitando uma posterior união com os liberais, em 1906. Esta coalizão foi um primeiro passo para o que viria a se tornar, em 1981, o *Social Democratic Party* (SDP), Partido Social-Democrático inglês, formado por uma ala trabalhista que se desprendeu do *Labour Party* e por alguns liberais. Após alguns anos, a união viria a constituir o *Liberal Democrats* (Liberal Democratas). A diferença desta trajetória para com as demais se nota também nas propostas atuais da Social-democracia inglesa, principalmente a partir da década de 1990, quando renovam-se as teses do velho *Labour*, fazendo emergir a proposta que ficou conhecida como Terceira via ou Social-liberalismo.

A distinção na nomenclatura deve-se à existência de duas correntes interpretativas desta ideologia, que divergem quanto à sua origem. A corrente da Terceira Via, divulgada principalmente através dos trabalhos de Anthony Giddens (2001, 2005) defende que o movimento se origina do esgotamento da social-

³² Associação fundada na Inglaterra, em 1884, sem caráter partidário e composta principalmente por intelectuais. Dentre suas principais propostas estava o desenvolvimento da classe operária para torná-la apta a assumir o controle dos meios de produção (RODRIGUES, 2009).

democracia, sustentando que a presença do Estado era necessária, mas sua interferência não deveria ser máxima, como prega o socialismo, nem mínima, como prega o liberalismo, devendo adequar-se à conjuntura de cada país. Esta proposta visaria à adoção de uma atitude positiva em relação à globalização sem identificá-la como um endosso coletivo ao livre mercado, ao passo que propaga uma maior responsabilização do indivíduo.

A outra corrente interpretativa desta ideologia nomeia-a social-liberalismo. Nela situam-se autores como Luiz Carlos Bresser-Pereira (2004, 2007), David Howard (2007) e Richard Grayson (2007). Para esta vertente teórica, o social-liberalismo teve sua origem no liberalismo clássico, consistindo em uma síntese deste e da social-democracia. Da mesma forma que Giddens, os defensores desta proposta advogam que o avanço colhido com esta fusão seria o de uma proposta que reconhece a importância da intervenção estatal na economia, na oferta de serviços de bem estar social com manutenção da competição do mercado. A interferência do Estado é necessária, porque o livre mercado não garante, por conta própria, desenvolvimento econômico e justiça social (BRESSER-PEREIRA, 2004). No decorrer deste trabalho, trataremos as nomenclaturas como sinônimas, por entender a proximidade em suas definições.

De modo geral, tem-se que esta proposta de modelo político-econômico surge como uma forma de resposta às mudanças impostas pelo novo cenário mundial, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, quando boa parte das novas demandas já não encontrava solução nas políticas em voga. As ferrenhas críticas empreendidas pela “reação conservadora” com respeito ao custo elevado das políticas de proteção social e seu conseqüente peso na balança econômica e no refreamento do apetite para a acumulação produtiva na Europa provocaram uma reformulação dentro dos partidos de inspiração social-democrática, fazendo com que a maioria dos países do Velho Continente refizesse seu caminho em direção a políticas menos intervencionistas na economia e ocasionando a retração do papel político dos sindicatos (CARDOSO, 2010).

Neste contexto, ao término da década de 1980, é fundado, no Brasil, o Partido da Social Democracia Brasileira. Com histórico e contextos completamente diferentes daqueles nos quais se originaram os partidos desta vertente na Europa do século XIX e XX, o PSDB traz inspirações de uma social-democracia já reinventada

e adaptada a um ambiente capitalista moderno, no qual a globalização se faz presente.

4.3 Política social e influências na social-democracia do PSDB

O fato de a proposta social-democrata haver chegado com atraso no continente Sul-Americano não significa que as dificuldades para realização de seu ideário estivessem amenizadas. Pelo contrário. As discrepâncias econômicas e sociais existentes nos países Latinos e nossa democracia tardia impuseram desafios de outra natureza, tais como a miséria e a desigualdade, a precariedade das instituições democráticas e a urgência de desenvolvimento econômico. Certamente que as questões da desigualdade social e miséria constituíam parte do problema também na Europa dos séculos XIX e XX. Entretanto, como afirma Cardoso:

As discrepâncias na Europa ocorreram entre classes e setores de classe mais organizados, em uma situação em que o Estado nacional estava constituído e na qual as forças capitalistas haviam dado o molde da economia e da sociedade. No caso dos países latino-americanos, não só esses processos eram incipientes quando se formaram os primeiros partidos comunistas, socialistas e, mais tarde, os social-democráticos, como a pobreza ultrapassava os limites da classe operária para alcançar enorme massa posta à margem do sistema propriamente capitalista-industrial: a massa rural e as periferias urbanas compostas por um sem número de desempregados (CARDOSO, 2010, p. 18).

Para o autor, a história de nosso país (assim como de muitos de nossos vizinhos) é responsável pelo patrimonialismo e clientelismo político que, ao contaminarem também os sindicatos e organizações sociais reivindicativas através do corporativismo, serviram para a criação de uma visão de Estado como instrumento privilegiado da definição de políticas compensatórias. Sônia Draibe (1985) concorda com esta perspectiva ao afirmar que a “estatização da luta de classes” colocou freios no surgimento dos movimentos contestadores da nova ordem. Assim sendo, é plausível afirmar que uma social-democracia efetiva nunca esteve de fato no horizonte dos governos até então existentes no Brasil. Como será discutido mais à frente, nem mesmo o PSDB tinha tal objetivo quando de sua fundação.

Para se falar das perspectivas e influências social-democráticas no Brasil é fundamental que façamos novamente uma rápida visita à história, de modo que possamos conectar a evolução das políticas sociais na Europa e no Brasil com os posicionamentos assumidos pelo Partido da Social Democracia Brasileira, quando de sua formação e, posteriormente, em nossa análise. É importante frisar, porém, que a história das políticas sociais no Brasil não é de fácil delimitação temporal. Tal dificuldade reside no fato de que a própria definição de política social não é unânime na literatura que aborda o tema, o que se reflete também na forma de interpretar sua abrangência.

A este respeito, Werneck Vianna aduz que, de modo geral, a política social é entendida como “modalidade de política pública e, pois, como ação de governo com objetivos específicos” (WERNECK VIANNA, 2002, p. 1). Tal definição, além de bastante vaga, causa dissenso entre estudiosos da área. Como pondera a autora, um olhar mais cauteloso sobre tal enunciação impõe questões como, por exemplo, quais ações seriam passíveis de serem qualificadas como “ações do governo”.

Para Maria Piana (2009), as políticas sociais têm-se constituído como estratégias fundamentais de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista atual. Isto, porém, não significa que estas políticas tenham sido elaboradas de forma espontânea, como meras cessões à população. Enquanto processo social, as políticas sociais devem ser vistas como um efeito das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal durante a ascensão do capitalismo. Pode-se dizer, assim, que sua origem encontra-se nos movimentos de massa socialmente democratas e na formação dos estados-nação na Europa Ocidental no final do século XIX. Sua generalização, entretanto, só ocorre a partir da expansão do capitalismo monopolista, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (Behring e Boschetti, 2006, *apud* PIANA, 2009, p. 22-23).

Os movimentos populares do pós-guerra (com origem na Revolução Industrial de dois séculos antes) contribuíram sobremodo para a promoção de uma consciência política e social com vistas ao acolhimento público e para maior reivindicação de ações governamentais por parte das organizações proletárias, sindicatos e cooperativas. A reação ao aumento destas demandas foi um forte conflito entre o capital e o trabalho, do qual resultaram algumas conquistas para os trabalhadores e que confluíram em uma ampla aceitação da proposta social-democrata em toda a Europa, como visto na seção anterior.

Entretanto, como pondera Evaldo Vieira (1992), historicamente, o Estado assumiu apenas algumas das reivindicações populares, sendo o critério para seleção destas a conveniência das mesmas com relação ao grupo dirigente do momento. Esta visão é compartilhada por Vicente de Paula Faleiros, que tratando do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, afirma:

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (Faleiros, 1991, p.8).

Piana (2009) concorda com esta perspectiva e é categórica ao afirmar que as políticas sociais brasileiras sempre tiveram um caráter assistencialista, paternalista e clientelista, servindo de ferramenta para a manutenção da ordem por parte do Estado, ao implementá-las de forma fragmentada e paliativa. Ambos os autores frisam que a natureza setorial e emergencial das políticas sociais implementadas no país adveio da necessidade de legitimidade que os governos sentiam. Estas políticas serviram, deste modo, como bases de manutenção e legitimação do poder.

Este viés interpretativo remete-nos quase que obrigatoriamente ao período conhecido como a “era Vargas”, denominação utilizada para o governo de Getúlio Vargas, que durou dos anos 1930 até 1945. Frequentemente assinalado como o marco inicial da assunção da gestão das políticas sociais pelo Estado, esta época é referenciada pela literatura especializada (GOMES, 2006; OLIVEIRA, 2001; QUIROGA, 2008) como um divisor de águas na questão social brasileira. Isso se deve a dois pontos principais. Primeiramente, porque neste período, pela primeira vez o Estado toma para si a responsabilidade de atuação no combate às mazelas sociais que até então eram amenizadas pelo trabalho de caridade e filantropia, capitaneado pela Igreja Católica desde o período colonial através das Santas Casas de Misericórdia³³. Em segundo lugar, por estabelecer uma relação bastante clara entre o trabalho (urbano) e a seguridade social.

Quanto ao segundo ponto, Santos (1987) e Gomes (2006) vêem no modelo de política social executado por Getúlio Vargas uma forte inspiração no modelo

³³ No Brasil, a Santa Casa chegou durante o período colonial e as suas unidades foram instaladas em diversos locais do país. A primeira foi em Santos, São Paulo; a segunda, em Olinda, Pernambuco; e a terceira em Salvador, Bahia, no ano de 1549 (SANTA CASA BA, 2010).

bismarckiano, anteriormente mencionado. Isto se deve ao igual intento, no caso brasileiro, de constituir políticas de segurança social que estivessem entrelaçadas com os objetivos de desenvolvimento de um projeto de industrialização nacional-militarista (BRAGA 1999, *apud* GOMES, 2006). Exemplos de políticas neste sentido são a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Seguindo este argumento, pode-se citar também a tentativa de unificação dos aparelhos previdenciários, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e a política de habitação popular, viabilizada pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o Programa de Integração Social (PIS), todos criados durante o Regime Militar (1964 a 1985). Como assinala Gomes, os benefícios sociais de cunho educacional e na área da saúde foram direcionados, em sua maioria, para as demandas das classes médias, que estavam se consolidando no país, excluindo, desta forma, grande parte da massa trabalhadora.

Cardoso (2010) aduz ao debate o caráter populista das políticas sociais forjadas na América Latina. Para este autor, estas experiências contribuíram para o crescimento do burocratismo estatal e para as crescentes restrições à iniciativa privada, aprofundando ainda mais o caráter emergencial e fragmentado das políticas até então existentes:

Os casos paradigmáticos de populismo na Argentina, no Brasil ou no México deram-se em um período de transição para a formação das sociedades urbano-industriais, e isso conta em sua caracterização sociológica. O mercado de trabalho incorporava as massas trabalhadoras e o Estado criava mecanismos institucionais para assegurar maior bem-estar social (CARDOSO, 2010, p. 21).

A referência para a quebra (parcial) deste modelo é o período da redemocratização brasileira. Como visto, entre as décadas de 1930 e 1980, as políticas sociais estiveram fortemente vinculadas ao mercado de trabalho formal, seccionando, dentre a população, as classes por elas atendidas. A partir da paulatina liberalização do Regime Militar em direção à redemocratização, iniciada ao término da década de 1970 e oficializada em 1985, os movimentos sociais e organizações políticas obtiveram espaço reivindicatório para as demandas sociais mais pujantes. Esta abertura teve forte impacto na nova legislação, gravando na nova Constituição (1988) os traços de um Estado com compromisso social mais

abrangente, visando à universalidade dos direitos sociais básicos. Pela primeira vez na história do país, a saúde é colocada como um direito de todos os cidadãos, e a previdência e a assistência social são amparadas de forma mais ampla, como destaca o artigo 194 da Carta Magna:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 1988)

Como se vê, a desvinculação da contribuição como princípio estruturante do sistema e a universalização do acesso evidenciam um maior comprometimento do Estado com o sistema de proteção. A Constituição cidadã, como ficou conhecida a nova Constituição, por seu caráter participativo e voltado à cidadania, gerou grande expectativa de que na esteira da redemocratização, estaria finalmente se abrindo o caminho para uma reforma social mais ampla. Esta expectativa, porém, logo esbarrou nos limites da crise econômica e de seus efeitos sobre o aumento das demandas e diminuição de recursos (DRAIBE, 2003). Em meio a este contexto atravessado por diferentes propostas de desenvolvimento nacional inserido no cenário global, com o recém (re)adquirido *status* de país democrático e em meio a uma profunda crise econômica, são elaboradas as propostas do PSDB. Como será desenvolvido a seguir, este quadro influenciou nas propostas apresentadas nos documentos de fundação do PSDB no que diz respeito ao campo social.

4.4 A visão social nos documentos de fundação do partido

Não é nosso objetivo neste trabalho o aprofundamento do debate acerca da fundação e trajetória do partido³⁴. Tal proposta demandaria uma análise muito mais detalhada do partido como um todo, envolvendo sua estrutura organizacional, programas de governo, votações no Legislativo e a experiência de oito anos à frente do Executivo nacional. Tendo que nossa proposta concentra-se no posicionamento do partido em relação ao campo social em um momento específico de sua história, abordaremos aqui alguns aspectos presentes nos documentos de sua fundação que dizem respeito à sua visão sobre este campo, de modo a possibilitar-nos, mais a frente, uma relação entre estas e os projetos de lei que serão analisados nos próximos capítulos. Antes disso, porém, cabe uma breve abordagem sobre a origem do PSDB.

É consenso na literatura política que o Partido da Social Democracia Brasileira surgiu como uma facção interna do PMDB que era considerada a ala mais progressista e à esquerda do partido. As motivações para esta cisão, no entanto, são alvo de discordância entre pesquisadores. De um lado, há a defesa de que a ruptura foi motivada por questões ideológicas, principalmente pela discordância dos parlamentares da ala progressista sobre a aliança que o PMDB cultivava com a direita, representada pelo PFL. De outro, argumenta-se que a criação do novo partido estaria mais relacionada a objetivos pragmático-eleitorais do que ideológicos.

Como resume Roma (2002) na primeira corrente, as causas apontadas seriam relativas às distensões internas na bancada do PMDB durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte - consoantes ao sistema de governo a ser defendido (presidencialismo ou parlamentarismo) e à prorrogação do mandato presidencial (KINZO, 1993)-; a disputa interna de poder no PMDB, na qual Orestes Quécia havia vencido nomes influentes e lhes tomado espaço de atuação (MELLEN, 1998); e, apontado como o fator derradeiro para a ruptura, a parceria com o PFL na apresentação de João Leiva como candidato à prefeitura de São Paulo (LAMOUNIER, 1989).

³⁴ Sobre Trajetória e ideologia do PSDB ver Marques e Fleisher (1999), Roma (2002) e Vieira (2012).

De outro lado, os defensores do argumento pragmático sustentam que tais interpretações valorizam em demasia o aspecto ideológico, em detrimento da conjuntura que se evidenciava. Dentre os elementos conjecturais que motivariam a decisão estariam o pouco espaço concedido pelo governo Sarney aos parlamentares que mais tarde fundariam o PSDB, a exclusão dos mesmos no processo sucessório à Presidência da República e, ainda, a percepção do descontentamento de parte dos eleitores de centro, constituindo um “mercado eleitoral” a ser conquistado (ROMA, 2002; VIEIRA, 2012).

Seja com motivações ideológicas, pragmáticas, ou, muito provavelmente, com ambas, em 1988, foi fundado o PSDB. Contando com políticos bastante influentes em seu quadro desde a fundação, a composição originária do partido, puramente parlamentar, não guardava nenhuma semelhança com os social-democratas europeus clássicos. Não obstante, como afirmado por um de seus mais notáveis fundadores, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o único partido que talvez pudesse reivindicar com mais propriedade a tradição europeia era o PT, o qual recusava-se veementemente usar o qualificativo social-democrata, por ser contrário à ordem capitalista. Mesmo dentro do partido em formação, a decisão pela ênfase na social-democracia como parte do programa do partido do PSDB e também do nome deste, não se deu por unanimidade. As razões para discordância quanto à denominação variavam desde a preocupação de parte de alguns dos fundadores (de origem democrata-cristã) do novo partido sobre uma possível influência da Internacional Socialista que viesse a marcá-lo demasiadamente, até a discrepância entre as histórias políticas brasileira e europeia (CARDOSO, 2010, p. 14).

Este debate travava-se em um momento no qual a social-democracia europeia reinventava-se para superar as crises econômicas e o avanço dos partidos conservadores e liberais. Some-se a isso um processo de globalização cujo mote era o de que as economias nacionais tornar-se-iam parte da economia global e, ainda, a crescente influência de mecanismos internacionais sobre as regras econômicas dos países em desenvolvimento. Como destaca Vieira, o FMI – que havia sido criado para financiar desequilíbrios temporários – e o Banco Mundial – cuja função era financiar projetos de longo prazo – gradativamente alteraram seu papel, assumindo para si a tarefa de ditar as regras que supostamente

restabeleceriam o equilíbrio econômico das nações em crise (VIEIRA, 2012, p. 51-52).

Como seria de se esperar, uma ideologia de contexto originário tão adverso do cenário no qual se inaugurava a proposta social-democrata no Brasil, não poderia passar incólume por tantas transformações. Isto fica visível tanto no fraco apelo à social-democracia “de raiz” por parte do PSDB já em sua fundação, quanto na observação da origem deveras dessemelhante do partido para com os partidos europeus aos quais se fez análogo. Todavia, os documentos de fundação do partido são bastante claros ao evidenciar que os moldes da social-democracia propostos diferiam bastante dos clássicos:

A social-democracia contemporânea é uma síntese de ideias e experiências históricas que busca superar as injustiças do capitalismo sem incorrer nos aspectos discutíveis do socialismo. [...] A social-democracia brasileira não pode contentar-se, como ocorreu na Europa, em justapor política fiscal e políticas sociais ao livre jogo do mercado. Ela tem que representar um forte movimento contra a desigualdade produzida pelo desemprego, pelo subemprego, pela disparidade salarial e pela concentração da renda e da propriedade. [...] A social-democracia brasileira é ‘desenvolvimentista’, porque sabe que só com desenvolvimento econômico, incorporação do avanço tecnológico à produção e à organização da sociedade, haverá maior igualdade de oportunidades, mais bem-estar e maior segurança para o cidadão. Para o PSDB o crescimento econômico deve ser instrumento para a melhoria da distribuição da renda entre as classes e regiões do país e para o atendimento das necessidades básicas do povo (A proposta da social-democracia brasileira apresentada à sociedade pelo PSDB, 1988, em MARQUES E FLEISCHER, 1999, p 189-190).

Como é notável já no trecho citado, a proposta social do PSDB tem um forte apelo econômico, no qual a reestruturação da economia seria determinante para a promoção da igualdade social no país. Neste tocante, recorreremos ao argumento sustentado por Soraia Vieira de que o partido se aproxima mais do social liberalismo (ou terceira via) que da social-democracia, *stricto sensu*. Conforme argumenta esta autora, embora com algumas tendências social-democratas no que tange às políticas sociais, a política econômica defendida pelo partido é o liberalismo de mercado, o que precisamente o descaracterizaria como social-democrata, pois, como alega, os partidos social-democratas europeus, apesar das mudanças em suas trajetórias, nunca deixaram de promover políticas de bem-estar social, compromisso que o PSDB nunca assumiu de forma específica. Como podemos ver

no trecho destacado a seguir, a política social do partido esteve conjugada à política econômica desde sua fundação:

A política de assistência social do PSDB é comprometida com a perspectiva social integrada à política econômica. Isto exclui a visão paternalista que não consegue sequer atenuar os problemas decorrentes de uma ordem econômica geradora de miséria e desequilíbrios sociais. A assistência social deve incorporar práticas educacionais e técnicas de serviço social, ajudando as pessoas e famílias necessitadas a se integrar ao mercado e ao patamar mínimo de bem-estar possibilitado pelo desenvolvimento econômico. Adicionalmente, ela deve cuidar dos grupos sociais vulneráveis, por circunstâncias pessoais, tais como idosos ou deficientes, ou por serem marginalizados do sistema econômico, pelo desemprego (A Proposta da Social-democracia brasileira apresentada à sociedade pelo PSDB, 1988, em MARQUES E FLEISCHER, 1999, p. 208)³⁵.

Outro ponto frisado nos documentos fundacionais do partido reza pela necessidade de se romper com o legado de políticas sociais de alto gasto social e que não atingiam os mais pobres. Segundo os documentos, esses programas davam preferência no subsídio de ações que serviam às classes médias e aos ricos, como na área de educação, habitação e previdência, havendo pouquíssimo investimento em programas que atingiam os mais pobres, como os de alimentação. Criticando também a “máquina burocrática centralizada, mal paga e ineficiente criada em torno desses programas”, o posicionamento assumido pelo partido indica rejeição à continuidade e aumento dos gastos sociais nestes parâmetros, por entender que tal atitude perpetuaria a desigualdade. A bandeira defendida, neste campo, é a da universalização do atendimento dos diferentes programas sociais, com ênfase nos direitos em contraposição aos privilégios. Em complemento a este posicionamento e ao do desenvolvimento econômico como carro chefe da justiça social, é patente a relevância dada à geração de empregos como saída mais viável para desigualdade social brasileira:

A suprema injustiça social é a miséria. Num país com o grau de desenvolvimento já alcançado pelo Brasil, não é só injusto, é indecente que mais de um terço da população viva na miséria absoluta. Pagar a dívida do País para com esses brasileiros, no horizonte de vida da atual geração, é o objetivo maior do projeto nacional de desenvolvimento defendido pelo PSDB. Justiça social não se confunde com paternalismo. A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo. Por isto o PSDB encara a expansão das oportunidades de trabalho e de emprego produtivo

³⁵ Os documentos fundacionais aqui citados não puderam ser acessados em fontes primárias.

como um objetivo primordial de política econômica, e apoiará a implantação de programas de formação profissional e de um verdadeiro seguro-desemprego (Programa – Introdução e Diretrizes Básicas, em MARQUES E FLEISCHER, 1999, p. 233).

O trecho acima expõe um posicionamento que, novamente, denota a prevalência da questão econômica na visão social do partido. Na senda de modificações que alguns partidos social-democratas e, pouco mais tarde, social-liberais europeus, incorporavam em suas cartilhas como forma de manterem-se de pé frente às modificações econômicas e sociais, as propostas inaugurais do PSDB traziam uma visão social indissociável do econômico. O ponto crucial, neste caso, é a dependência do primeiro com relação ao segundo, caracterizando, como pontuado por Vieira (2012), o viés social-liberal do partido. É importante acentuar que isto não significa que a política social esteja subjugada às demais no partido. Consiste, antes sim, em uma visão de política social que não vê saída sustentável para as gritantes desigualdades nacionais sem que haja real desenvolvimento econômico e, sobretudo, altos níveis de emprego.

Diferentes razões podem ser atribuídas para que a visão social do partido tenha tal caráter. A mais recorrente delas deve-se à formação originária do partido, que além de ser composto exclusivamente por parlamentares, contava, dentre estes, com membros que se identificavam ideologicamente desde a corrente democrata cristã até a liberal progressista. Em meio a estes, havia ainda um grande número de intelectuais cuja afinidade ideológica tendia mais para a esquerda. Talvez a resposta mais razoável para a visão adotada seja realmente a percepção de um mercado eleitoral mais afeito às proposições que figurassem entre a continuidade do PMDB e a “radicalidade” do PT.

O decorrer dos anos não altera esse posicionamento. Para concorrer ao Executivo, em 1994, o partido recorre à aliança com o PFL, o que reforça o argumento da corrente pragmática sobre as razões de sua fundação e indica, para alguns analistas, uma mudança de posicionamento ideológico do partido. Conforme Vieira (2012), ao delinear a agenda de governo em torno da estabilização monetária e das reformas constitucionais, o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso deu clara continuidade ao processo de liberalização da economia, iniciado no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e angariando avanços parciais nas reformas atinentes à seguridade social. Neste período, ainda que com prioridade

alocada na consolidação do plano real, ganharam espaço projetos voltados ao combate da pobreza e à proteção de grupos vulneráveis (DRAIBE, 2003). A influência decorrente da abertura aos mercados por meio da interferência internacional, contudo, não é vista como negativa:

Nem mesmo o PSDB invoca as origens ideológicas social-democráticas para ganhar votos ou para justificar sua ação governamental. [...] Não obstante, para enfrentar o desafio de situações sociais precárias os governos adotam com frequência políticas sociais que poderiam ser classificadas como oriundas do 'patrimônio social-democrático'. Algumas dessas políticas, paradoxalmente, foram difundidas por instituições internacionais e apoiadas localmente por técnicos e setores modernizadores da sociedade, sem qualquer ligação com pensamentos de esquerda. O certo é que obtém resultados positivos para o bem-estar social. O diálogo implícito entre governos, opinião pública consentimento das massas e vitórias eleitorais conta mais na América Latina do que a predominância de partidos e programas ideológicos. Dessa forma, à margem de posições programáticas definidas, formou-se um patrimônio de políticas governamentais que se poderiam classificar sem muito rigor como políticas social-democráticas, embora talvez não resistissem a uma comparação acurada com o que foi sua evolução na Europa (CARDOSO, 2010, p 23).

Como se vê, o ideário social-democrático não consiste no sustentáculo da ideologia proferida pelo partido, obtendo, pelo contrário, papel secundário. Ainda assim, enquanto detentor do Executivo nacional, o PSDB foi responsável pelo que pode ser considerado o germe das políticas sociais posteriormente ampliadas no governo Lula. Ao tornar-se oposição, pelo próprio caráter distinto que cada um dos Poderes possui, este posicionamento altera-se novamente. É justamente esta aparente ambiguidade ideológica que nos interessa, e que iremos analisar nos capítulos seguintes.

4.5 Considerações

O PSDB é um partido cujas origens distanciam-se absolutamente das experimentadas pelos partidos social-democratas europeus. Essa diferença, entretanto, nunca foi suprimida ou ignorada pelo partido. Considerando as alterações de cunho econômico e político no cenário global, o partido sofreu grande influência das novas tendências social-democráticas emergentes à época, traços que podem ser identificados nos documentos fundacionais do partido, dada a ênfase ao crescimento econômico e ao desenvolvimento como propulsores de bem-estar

social. Por estas razões, argumenta-se que sua ideologia estaria mais alinhada ao pensamento social-liberal do que à social-democracia, de fato.

No que concerne às propostas defendidas pelo partido ao campo social, nota-se também um forte apelo à vinculação das políticas sociais ao crescimento econômico como fator de promoção da equidade, de modo a extirpar o modelo viciado e ineficiente de gestão das políticas sociais até então vigentes. É igualmente evidente a relevância dada à geração de empregos, apresentada, já nestes documentos, como a principal das políticas sociais. Como será demonstrado nos próximos capítulos, este posicionamento segue patente nos projetos de lei apresentados pelos parlamentares do PSDB na 52ª Legislatura.

5 ENCONTRANDO O DISCURSO SOCIAL DO PARTIDO: CATEGORIZAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI PROPOSTOS PELOS DEPUTADOS DO PSDB NA ÁREA SOCIAL NA 52ª LEGISLATURA

Neste capítulo, serão apresentadas as características principais dos projetos de lei protocolados pelos deputados federais do PSDB ao longo da 52ª Legislatura. Nosso objetivo, nesta etapa, é demonstrarmos alguns traços e recorrências da bancada eleita do partido e sua atuação na área Social, a partir dos projetos de lei propostos. Conforme exposto no capítulo anterior, foram considerados 198 PLs, classificados como pertencentes à referida área com base em seu conteúdo propositivo. Para tanto, organizamos o capítulo da seguinte forma:

A primeira seção aborda a representação geográfica dos parlamentares do PSDB eleitos para a 52ª Legislatura, tanto em números absolutos, como em relativos. Neste momento, consideramos a bancada como um todo, independentemente do teor de suas propostas. Nossa intenção, neste momento, é de verificar se a estrutura fundacional do partido, centralizada no Sudeste, mantém-se no período analisado. Em seguida, abordamos brevemente as proposições individuais, a fim de identificarmos os parlamentares mais atuantes na área Social. Neste processo, foram considerados apenas os deputados que inscreveram ao menos um projeto para a área Social.

Na segunda seção, tendo em vista os dados apresentados na seção 1, buscamos testar, no recorte que adotamos, a premissa elaborada por Figueiredo e Limongi (2006) acerca da preponderância do conteúdo universalista na atuação do Legislativo inerente às políticas sociais. Também nesta parte do trabalho identificamos as principais temáticas que compõem a política social do partido.

Na terceira seção deste capítulo, entramos na análise do conteúdo das proposições tendo por guia os significantes presentes no Quadro de Sentidos que balizará, no próximo capítulo, a classificação ideológica dos PLs. Seleccionando os cinco significantes de maior recorrência, expomos os principais assuntos que integram os projetos neles agrupados. Neste processo, atentamos ainda para a variação que estas temáticas sofrem ao longo do período analisado.

Na quarta e também na quinta seções, repetimos o processo realizado com os significantes de maior recorrência, abordando, desta vez, os projetos com baixa

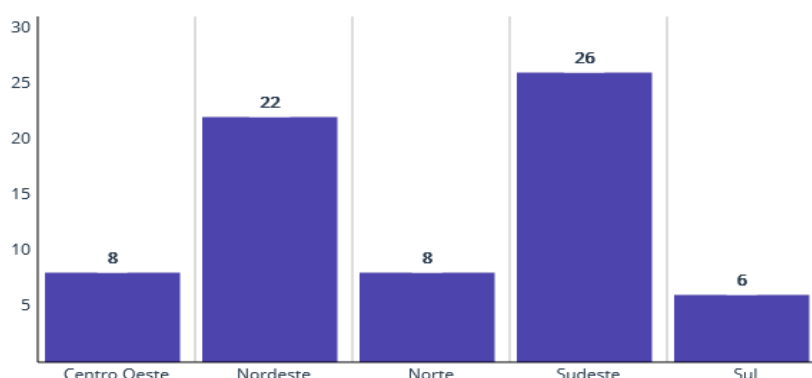
incidência de codificação na área Social e a totalidade dos significantes da área Econômica, nesta ordem. Ao final, fazemos algumas considerações sobre o conteúdo investigado.

5.1 Representação geográfica do PSDB na Câmara dos Deputados (2003-2007)³⁶

Nas eleições de 2002, o Partido da Social Democracia Brasileira elegeu 70 deputados federais titulares, conseguindo a quarta maior bancada da Câmara dos Deputados neste pleito³⁷. À sua frente, ficaram o Partido dos Trabalhadores (91 Deputados), o Partido da Frente Liberal (84 Deputados) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (75 Deputados).

Dentre as 26 Unidades Federativas, apenas 6 (Acre, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima e Santa Catarina), mais o Distrito Federal, não elegeram representantes do partido. Apesar disso, ao examinarmos a distribuição das cadeiras que o PSDB conquistou por estados e regiões, chama a atenção a forte concentração de representantes em duas regiões principais, a Sudeste e a Nordeste, como evidencia o gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1 – Representação Regional do PSDB Deputados eleitos para a 52ª Legislatura (2003-2007)



Fonte: Elaboração própria.

³⁶ A 52ª Legislatura compreende o período de 1º de fevereiro de 2003 a 31 de janeiro de 2007. Em nosso recorte, não foi encontrado nenhum PL social no ano de 2007.

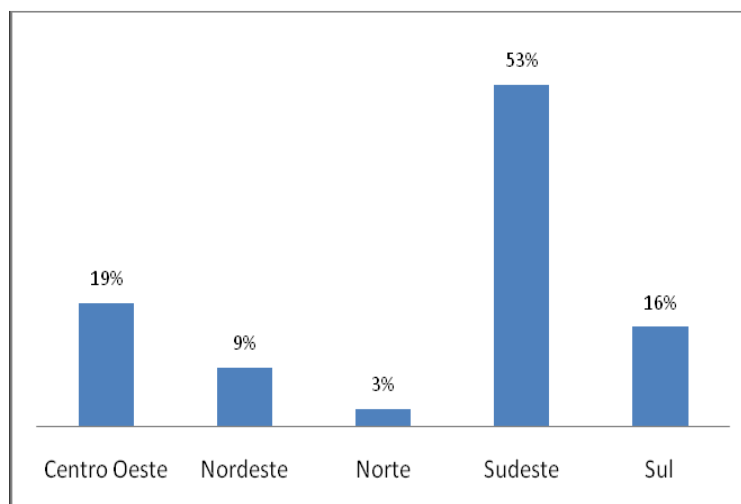
³⁷ A Tabela com o número total de Deputados Eleitos encontra-se nos apêndices.

Como se vê, a região Nordeste possui, sozinha, o mesmo número de deputados federais pelo PSDB que as regiões Centro-Oeste, Norte e Sul juntas. A região Sudeste, por sua vez, supera este número. Ao tomarmos os estados destas duas últimas regiões individualmente, percebemos que a região Sudeste tem maior concentração em dois estados principais, que são: São Paulo, com 11 deputados e Minas Gerais, com 8 representantes. Rio de Janeiro e Espírito Santo elegeram, respectivamente, 5 e 2 representantes do partido.

Esta característica sugere certa continuidade no que diz respeito ao perfil de atuação do partido, cujo processo de formação se deu de forma bastante centralizada, por iniciativa de parlamentares e intelectuais com trajetórias já consolidadas nesta região do país. Como sublinha Vieira, “[...] embora tenha sido formado por representantes de 17 estados da federação sua principal força vem do Sudeste: 24 dos 88 fundadores eram oriundos de São Paulo, 16 do Distrito Federal, 10 de Minas Gerais e 9 do Rio de Janeiro” (VIEIRA, 2012, p. 75).

Ao nos debruçarmos sobre os dados da segunda maior região em número de representantes, a região Nordeste, percebemos que nesta há maior dispersão entre as Unidades Federativas. A distribuição das cadeiras entre os estados que a compõe ficou assim organizada: O estado do Ceará elegeu 8 representantes, Paraíba e Pernambuco conquistaram 3 vagas cada, Bahia, Maranhão e Piauí garantiram 2 representantes em suas bancadas e os estados de Sergipe e Alagoas lograram eleger 1 parlamentar cada.

Neste ponto, constata-se grande crescimento do partido na referida região, uma vez que, à época de sua fundação, apenas 9% dos integrantes de seu quadro eram dela oriundos. O gráfico 2, elaborado por Vieira (2012), mostra a representação nacional do partido em 1988.

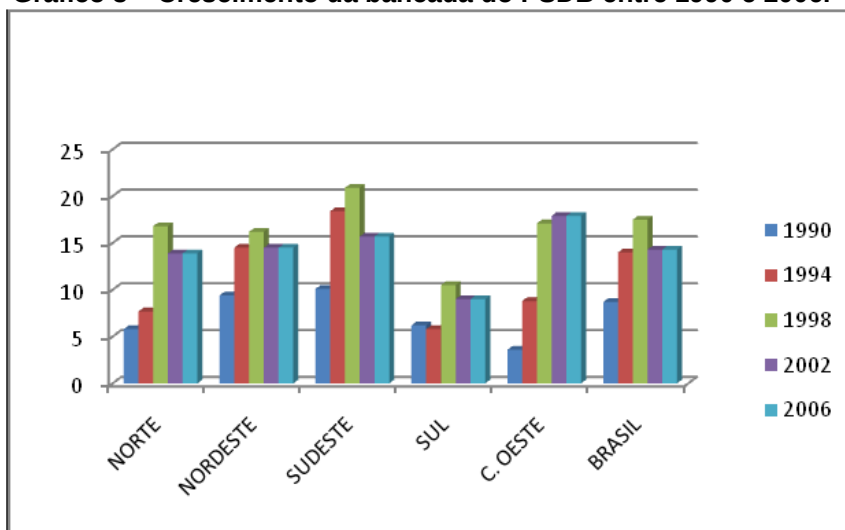
Gráfico 2 – Fundadores do PSDB/Região

Fonte: VIEIRA (2012, p. 76).

Para a autora, o crescimento do partido no Nordeste chama a atenção pelo fato de esta ser uma região na qual o número de Diretórios é historicamente muito inferior aos das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Tanto no Nordeste quanto no Norte, a presença do PSDB sempre esteve marcada pela existência de Comissões Provisórias, que são órgãos menos institucionalizados e autônomos do que os Diretórios. Em sua visão, esta organização mais precária no eixo Norte-Nordeste garante maior poder da organização central, sobretudo no Sudeste, e aparece como justificativa para a aliança firmada com o PFL³⁸ em 1994 (VIEIRA, 2012).

Não entraremos, neste momento, no debate ideológico acerca da aliança, visto que, como sustentamos anteriormente, nosso objetivo é o de depreender o posicionamento ideológico do partido a partir de seu discurso no campo social, o que faremos de modo mais aprofundado no capítulo seguinte. O que queremos mostrar com estes dados é que é inegável que a parceria com o PFL surtiu efeitos positivos para o PSDB em termos numéricos. Como explicita o gráfico 3, a seguir, nas eleições de 1994, o número de deputados federais eleitos pelo PSDB na região Nordeste aumentou exponencialmente em relação ao pleito anterior.

³⁸ Atualmente, DEM.

Gráfico 3 – Crescimento da bancada do PSDB entre 1990 e 2006.

Fonte: VIEIRA (2012, p. 113).

Os dados do gráfico, explícitos em porcentagem, referem-se aos seguintes números de parlamentares eleitos em cada uma das eleições: Em 1990, 38 deputados; em 1994, 63 deputados; em 1998, 99 deputados, em 2002, 70 deputados e em 2006, 66 deputados. A interpretação destes números deve considerar outros fatores para além do acordo realizado com o PFL. Elementos como a ainda recente organização do PSDB nas eleições de 1989, primeiro pleito no qual concorreu como partido, não podem ser ignorados. Ainda que contando com políticos conhecidos e com carreiras públicas consolidadas, que incluía nomes como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, José Richa e Pimenta da Veiga (dentre outros), o partido possuía, na ocasião, pouco histórico de atuação como tal, apoiando-se predominantemente no capital político de seus integrantes

Em 1994, além de mais estruturado, o partido tinha a seu favor o reconhecimento da atuação de Fernando Henrique Cardoso no plano econômico. Ex-ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco (1992-1994), o então Ministro da Fazenda (1993-1994) lançou o Plano Real, com a justificativa de estabilização econômica e combate à hiperinflação sem congelamento de preços ou salários. Como argumentam Vieira (2012) e Souza (2012), o êxito do Plano Real foi decisivo para o sucesso eleitoral do PSDB neste ano.

Uma vez que este sucesso se repetiu nas eleições subsequentes (1998), sendo ainda mais evidente na Câmara dos Deputados, é ajustado o argumento de Vieira sobre a influência da aliança com o PFL para garantir maior penetração na

região Nordeste. A favor desta premissa, pesa a ampliação não só do número de deputados eleitos na região, mas o número de estados que nomeou ao menos um representante do partido. No ano, 24 dos 26 estados da Federação e o Distrito Federal elegeram representantes do PSDB. As exceções foram o Acre e o Rio Grande do Norte.

Se tomarmos o número de deputados eleitos pelo partido apenas na região Nordeste para a verificação desta asserção, temos mais um indício de sua plausibilidade. Em 1990, a bancada eleita pelo PSDB não contava com nenhum congressista de quatro estados: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Em 1994, este número cai para três: Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Já nos anos de 1998 e 2002, o PSDB elegeu deputados federais em todos os estados na região Nordeste.

Ainda que a estratégia dê indícios de haver se sagrado exitosa na manutenção do crescimento na região Nordeste, o avanço “tucano” não se prolongou nas eleições de 2002, quando o partido vivenciou uma queda drástica no seu número de cadeiras na Câmara dos Deputados. De segunda maior bancada em 1998 (com 99 deputados), o partido passou a ocupar a quarta posição na Casa, perdendo 29 cadeiras. Isto ocorre logo após a ruptura da até então fecunda aliança com o PFL, ocorrida em março de 2002, após seguidos episódios de discordância entre FHC e Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), líder do partido no Senado Federal³⁹.

Outro ponto que indica a descentralização do partido e sua investida no Nordeste é a proporção que o número de deputados eleitos nos estados nesta região representa em cada estado. Ao considerarmos o número de deputados eleitos pelo PSDB em relação às bancadas totais de cada um dos estados, a representatividade do partido mostra-se mais difusa do que aparenta. Na tabela 3, temos um demonstrativo do percentual que a bancada de cada um dos sete estados com maior número de deputados eleitos para a 52^a Legislatura representa em sua respectiva UF:

³⁹ A cronologia da aliança entre PFL e PSDB pode ser conferida em matéria especial da Folha de São Paulo, do dia 07/03/2002, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u29909.shtml>.

Tabela 3 - Maiores bancadas do PSDB (%) em 2002

UF	Bancada Total	Bancada PSDB	%
CE	22	8	36,3
GO	17	5	29,4
MG	53	8	15
MT	8	3	37,5
PA	17	4	23,5
PB	12	3	25
SP	70	11	15,7

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE⁴⁰.

Dos sete estados com maior número de parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados no ano de 2002, a maior representatividade, em percentual, concentra-se nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. Os dois estados do Sudeste, onde o partido tem tradição, alcançaram a menor porcentagem.

Estes dados apontam para uma alteração no perfil de atuação do partido desde a sua fundação, o que não é suficiente para afirmar que a ideologia do mesmo tenha se alterado. Todavia, as observações apresentadas reforçam nosso argumento sobre a necessidade de um olhar não homogeneizante sobre os partidos no que toca as suas ideologias. Feitas estas ponderações, trazemos, na seção seguinte, uma primeira aproximação com nosso objeto de investigação: as proposições apresentadas pelos deputados do PSDB para a área Social entre os anos de 2003 e 2006.

5.1.1 Proposições individuais

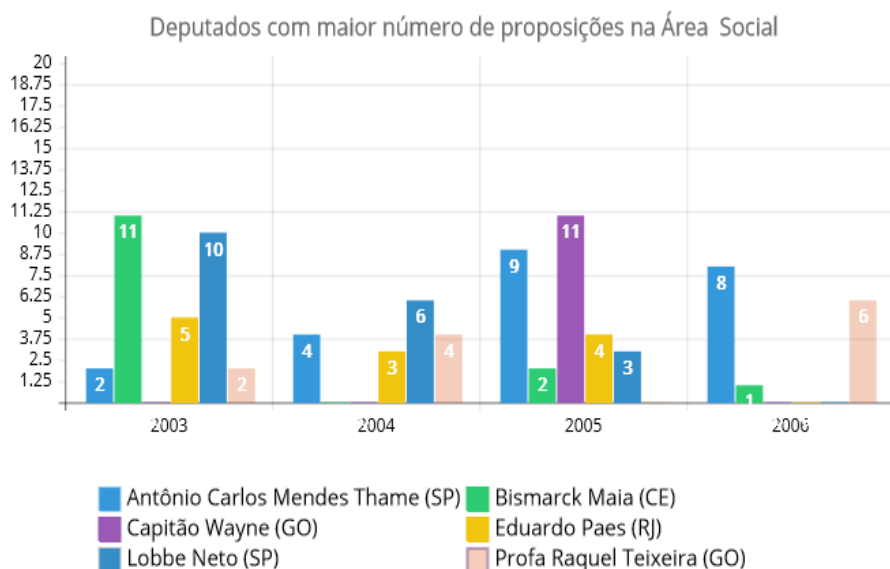
Em nosso levantamento inicial, constatamos que dos 70 Deputados Federais eleitos em 2002, 46 apresentaram, ao menos, uma proposta referente ao campo social⁴¹. Dentre estes, mantém-se uma média de proposição de 3 PLs cada, no decorrer do exercício legislativo considerado. Atentamos também ao fato de alguns deputados do partido mostrarem-se mais assíduos nesta área, despontando dentre

⁴⁰ Foram considerados os estados cujas bancadas do partido representassem 15% ou mais do total.

⁴¹ A lista com todas as proposições para a área social está nos apêndices.

os demais pelo grande número de proposições. No gráfico 4, estão ordenados os seis deputados com o maior número de projetos sociais protocolados, em toda a Legislatura.

Gráfico 4 - Número de proposições na área Social por Deputado (2003-2007)⁴²



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE⁴³.

O deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) é o congressista com o maior número de propostas para a área social, totalizando 23 projetos de lei ao longo dos quatro anos de mandato. Thame é também o deputado que apresenta maior regularidade de proposições, sendo o único a apresentar projetos para a área em todos os anos da Legislatura. Logo em seguida, está o deputado Lobbe Neto (PSDB/SP), com 19 proposições no período, divididas entre os três primeiros anos. Os parlamentares, Bismarck Maia (PSDB/CE), Eduardo Paes (PSDB/RJ), Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO) tiveram uma atuação bastante similar, apresentando entre 12 e 14 PLs cada um, divididos entre três, dos quatro anos de mandato. O caso que foge do convencional é o do deputado Capitão Wayne (PSDB/GO), que apresentou 11 Projetos de Lei na área Social, todos no ano de 2005.

⁴² Foram considerados todos os Deputados Federais do PSDB com apresentação de mais de 10 PLs na área.

⁴³ Segundo o site do TSE, o parlamentar Eduardo Paes consta como pertencente ao PFL no período. Ainda assim, seus projetos foram considerados, uma vez que estavam assinados pelo PSDB.

5.2 Representatividade regional e caráter das propostas

Em estudo realizado em 2006, Figueiredo e Limongi afirmam que a Constituição de 1988 inseriu, dentre tantas outras mudanças, uma transformação na atuação do Legislativo brasileiro. Esta afirmação ancora-se no estudo realizado pelos autores sobre a agenda do Legislativo e o conteúdo das proposições nos dois períodos democráticos brasileiros (1946-1964/pós 1988). Com base na comparação das proposições destas duas épocas, os autores afirmam que a dinâmica entre o Executivo e Legislativo alterou-se no último período, exercendo influência sobre a natureza das propostas dos dois poderes.

De acordo com os autores, a participação do Legislativo no primeiro período democrático era bastante próxima à do Executivo na iniciativa de leis em todas as áreas de políticas (administrativas, econômicas e sociais). Após a redemocratização e a promulgação da nova Carta Magna, essa relação é alterada, havendo uma reorganização das agendas. Os resultados da pesquisa indicam para uma preponderância do Executivo na apresentação de leis econômicas e administrativas, de modo que o Legislativo assume maior relevância na área social. Além disso, o estudo conclui que há também mudança na natureza das leis formuladas para esta área (FIGUEIREDO E LIMONGI, 2006).

Quanto ao conteúdo destas, constataram que, no primeiro período democrático, aproximadamente 70% das leis sociais eram de cunho particularista (referentes a regulamentações de atividades, benefícios ou serviços para grupos específicos, concessão de pensão para viúvas de certas autoridades ou personalidades e leis honoríficas, por exemplo). Em contrapartida, após 1988, o conteúdo das leis produzidas concentrou-se quase inteiramente na regulamentação e concessão de benefícios universais – como a ampliação do alcance dos direitos do consumidor e de acesso à justiça, a proteção ao meio ambiente, a aplicação de sanções legais a práticas discriminatórias, etc. (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2006).

Partindo das conclusões destes autores, buscamos verificar, em nosso recorte, a confirmação ou não destes resultados. Intentamos, assim, distinguir se há dentre os PLs analisados, predominância de proposições com caráter universalista ou focalizado. Intentamos ainda averiguar, nesta seção, se a maior representação regional de Sudeste e Nordeste tem efeito no conteúdo das propostas, isto é, se a

presença de maior número de parlamentares destas regiões influi para que o teor das PLs seja direcionado aos interesses locais.

Para tanto, optamos por agrupá-los em dois segmentos: 1) Projetos Regionais; 2) Projetos Universalistas. No primeiro grupo, foram colocados os projetos cujo conteúdo aludia às questões com foco regional. No segundo, aqueles que tinham natureza menos direcionada geograficamente.

Realizada a análise de conteúdo, ratificamos, em nosso recorte, o enunciado de Figueiredo e Limongi. Dos 198 PLs considerados, apenas 15 (7,5%) tinham por desígnio o fomento à uma região específica do país. Em sua maioria, as propostas reunidas por este teor versavam sobre a implementação de Universidades Federais ou Escolas técnicas nas regiões das quais o parlamentar procedia. As regiões com maior número de propostas foram a Centro-Oeste⁴⁴, com 5 PLs, a Nordeste⁴⁵, também com 5, seguida pela região Norte⁴⁶, com 2 projetos a ela direcionados. Sudeste⁴⁷ e Sul⁴⁸ tiveram 1 proposição cada. Houve ainda uma proposta interregional (Norte-Nordeste e Centro-Oeste)⁴⁹. A proposição referente à região Sul destoa das demais por ser a única que não está relacionada à educação, já que seu conteúdo concerne à criação de um Parque Nacional.

Dentre os 183 Projetos restantes, reunidos no grupo “universalistas”, o teor variou entre diferentes focos. Três deles despontaram com maior clareza: o desemprego (18 PLs), as pessoas com deficiência⁵⁰ (17 PLs) e as populações carentes (13 PLs). Todas estas propostas, no entanto, diferiram bastante em seus conteúdos. As propostas agregadas no subgrupo “desemprego” iam desde a execução de ações para a geração de novos postos de trabalho até a criação ou ampliação de subsídios para desempregados. No subgrupo “pessoas com deficiência”, não foi diferente. A alternância dos temas foi da acessibilidade em locais públicos à redução de impostos para aquisição de veículos adaptados. Da mesma forma, no subgrupo “populações carentes”, a natureza dos projetos abarcou

⁴⁴ PL 4662-2004; PL 4663-2004; PL 5202/2005; PL 5380/2005; PL 5381/2005.

⁴⁵ PL 1320-2003; PL 3113-2004; PL 3144-2004; PL 3673-2004; PL 7596/2006.

⁴⁶ PL 5700/2005; 5782/2005.

⁴⁷ PL 4599-2004.

⁴⁸ PL 5358/2005.

⁴⁹ PL 85-2003.

⁵⁰ Os PLs utilizam o termo “pessoas portadoras de deficiência”. Em conformidade com a Portaria 2.344/2010 do Governo Federal, que retirou o termo “portador”, usamos o termo “pessoas com deficiência”.

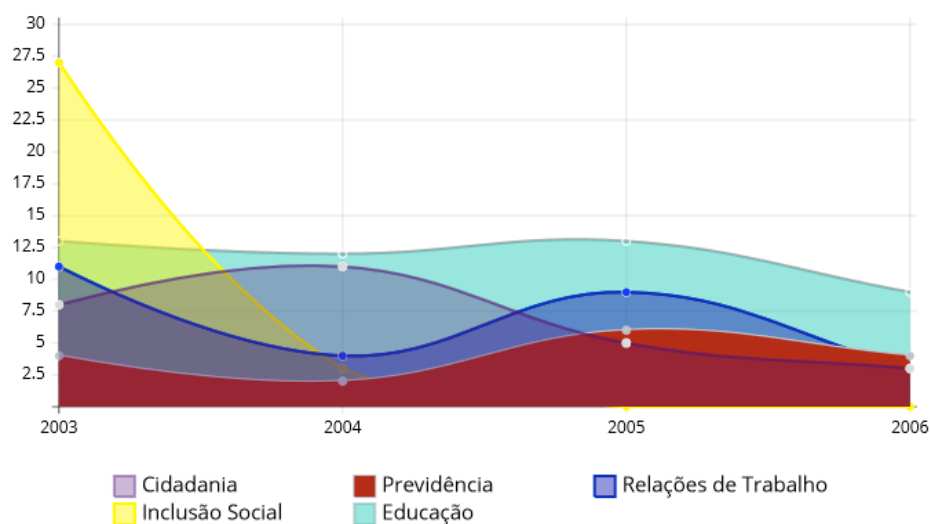
iniciativas que variaram desde o acesso à educação até a redução da tributação de alimentos considerados essenciais.

Esta difusão temática dentro de cada um dos subgrupos reforça a necessidade do estabelecimento de critérios de classificação mais específicos, como salientado no capítulo metodológico. Por isso, nosso passo seguinte foi o de distribuir os projetos de acordo com as categorias de codificação por nós adotadas, orientando-se pelos significantes que integram o Quadro de Sentidos no qual nos apoiamos para a classificação. Neste primeiro momento, no entanto, não atribuiremos a distinção ideológica, a qual será debatida no próximo capítulo.

5.3 Proposições para a área Social

Seguindo a clivagem estipulada pelo Quadro de Sentidos presente em nossa metodologia (apêndice), propusemo-nos a verificar a disposição temporal das matérias de maior recorrência nos PLs considerados para a área Social. O resultado pode ser conferido abaixo:

Gráfico 5: Distribuição temática dos PLs com maior recorrência (2003-2007)



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

O principal objeto das proposições do PSDB na área social foi o significante “Educação”, conteúdo constante das propostas no período, totalizando 47 PLs, o que representa 23,7% dos projetos da área em toda a Legislatura. O conteúdo destas proposições está relacionado a vários temas, dentro dos quais destacamos: a

criação de Universidades Públicas; a valorização do magistério; a aquisição de livros para Universidades Públicas; a reserva de vagas em Universidades Públicas para professores dos níveis fundamental e médio; a concessão de descontos para estudantes em redes privadas de educação; a isenção de taxas aos estudantes; o acompanhamento psicológico dos estudantes da rede pública e ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O segundo significativo mais recorrente, “Inclusão Social”, foi tema de 27 PLs no ano de 2003, o que quer dizer 29,3% do total de proposições no campo Social neste ano. Um número bastante expressivo, mas que perde força no ano seguinte, quando apenas 3 projetos versando sobre o assunto foram protocolados pelo partido, não havendo incidência nos anos seguintes. Nestes, os principais assuntos foram: a proibição de cobrança de taxas ou interrupção de fornecimento de serviços considerados essenciais (água, luz e telefonia); a concessão de benefícios monetários para desempregados; a garantia de acesso à justiça para pessoas de baixa renda; a criação de políticas direcionadas a pessoas com de algum tipo de deficiência; a ampliação dos direitos dos idosos e o incentivo ao esporte como forma de inclusão de crianças e adolescentes de baixa renda.

Os projetos categorizados como pertencentes ao significativo “Cidadania”, em contrapartida, mantiveram regularidade nos quatro anos analisados, com leve aumento em 2004. Figuraram dentre as proposições neste tema: a gratuidade da emissão de documentos; a adequação do transporte público para pessoas com necessidades especiais; iniciativas de acesso à cultura; o incentivo à contribuição social de empresas; a distribuição da Constituição Federal em escolas públicas; a isenção de IR para portadores de determinados tipos de doença; o estabelecimento de normas de proteção dos usuários de serviços públicos e ações com vistas ao fortalecimento da sociedade civil.

Com igual número de proposições no período, os PLs categorizados como “Relações de Trabalho” versaram predominantemente sobre: ajustes na legislação regulamentadora da contribuição sindical rural; a utilização do saldo do FGTS para custeio de cursos e treinamentos de funcionários das empresas; a permissão de tratamento tributário, previdenciário e trabalhista diferenciado para benefícios concedidos em virtude de alcance de metas de qualidade e produtividade de funcionários; a obrigatoriedade de um profissional pedagogo em empresas com mais de 50 funcionários; o aumento do salário mínimo; a redução de alíquotas em

contratos de aprendizagem para jovens; a extensão do seguro desemprego aos trabalhadores informais; a criação de um Cadastro Nacional de Captação e Colocação de mão de obra para facilitar a empregabilidade; o incentivo à contratação de mães solteiras; políticas de redução da informalidade; o direito de greve; a legislação de estágio e a extensão de direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais.

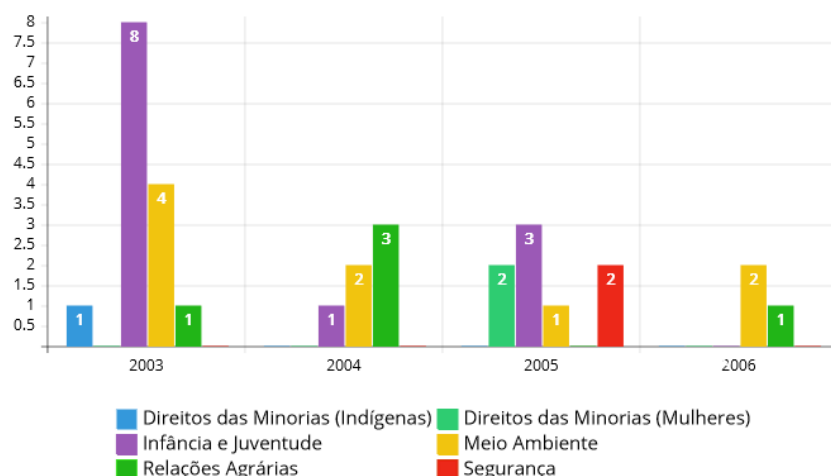
Por fim, o significante “Previdência”, que foi tema de 17 proposições entre 2002 e 2006, manteve periodicidade similar à do significante “Relações de Trabalho”, em menor número de registros. As formulações dos projetos aqui classificados versam sobre: assegurar aos beneficiários da Previdência Social os mesmos reajustes do salário mínimo; permitir a movimentação do saldo quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de enfermidade irreversível e incapacitante; ampliar o alcance do benefício de prestação continuada da Assistência Social para incluir como beneficiário o portador de doenças degenerativas; a liberação total do saldo do PIS/PASEP em caso de desemprego acima dos 45 anos; a redução da carência para concessão do auxílio-doença; a manutenção do direito à aposentadoria sem extinção do vínculo trabalhista; e a regulação para concessão de empréstimos a aposentados e pensionistas.

Juntos, os projetos agrupados nestes cinco significantes somaram 147 PLs, o que corresponde a 74,2% de todas as propostas da Área Social na 52ª Legislatura. A codificação dos outros 51 projetos considerados para a área está dividida entre 11 significantes, 6 deles relacionados na Área Social e 5 da Área Econômica, como será demonstrado nas próximas seções.

5.4 Outros significantes da Área Social

Em um total de 198 projetos de lei, 178 foram codificados como pertencentes aos significantes da área Social. Destes, 31 não foram inclusos nos significantes de maior frequência, descritos na seção anterior. Sua disposição temporal é demonstrada no gráfico 6:

Gráfico 6 - Projetos categorizados em significantes de menor recorrência.



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Neste grupo de significantes, que chamaremos de “secundário”, por não expressarem o cerne da atuação social do partido, estão reunidos projetos que podemos considerar focalizados, pois, em sua maioria, destinam-se a parcelas específicas da população. Eles correspondem a 15,6% do total de projetos analisados e tem maior concentração no primeiro e terceiro anos legislativos.

Em meio a esses, o de maior frequência (12 PLs) é o significativo “Infância e Juventude”, que compreende propostas atinentes às seguintes questões: o atendimento especializado para adolescentes gestantes; a efetividade de medidas de proteção à crianças e adolescentes; o agravamento de penas para aliciadores e corruptores de menores; a limitação da veiculação de conteúdo impróprio em determinados locais ou horários; ajustes ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); o incentivo à profissionalização; a privação de liberdade (sem caráter penal) em caso de infração cometida por jovem menor de 18 anos de idade; e ações de proteção via orientação sobre exploração sexual e efeito de drogas.

Em segundo lugar no número de proposições do grupo secundário, está o significativo “Meio Ambiente” (9 PLs), com periodicidade regular e no qual encerram-se projetos alusivos a: adequações nas normas de saneamento básico; a obrigatoriedade da realização de análise de risco ambiental para empreendimentos potencialmente poluidores; o controle de natalidade de animais de rua; a instituição de benefícios fiscais para pessoas físicas ou jurídicas que invistam em projetos que gerem reduções certificadas de emissões de poluentes; a criação de parques e áreas de proteção ambiental; a obrigatoriedade da instalação e uso de

equipamentos economizadores de consumo de água em novas construções; e a incorporação de sistemas de captação e utilização de energia solar em edificações.

Na sequência, temos o significante “Relações Agrárias” (4 PLs), que englobou proposições respectivas aos seguintes temas: o incentivo à inserção do produtor rural no sistema orgânico de produção via financiamento de projetos de conversão a este sistema; a concessão de bônus para renegociação de operações de crédito rural; a ampliação de prazos para alongamentos de dívidas a produtores rurais atingidos por excesso de chuvas ou seca; e a modificação do método de avaliação dos índices de produtividade agrários.

O significante “Segurança” foi alvo de apenas duas proposições, ambas no ano de 2005. O conteúdo destas resume-se à redução dos valores das taxas para porte de armas, em um dos projetos, e à instituição de um Fundo para socorro de vítimas de crimes praticados com arma de fogo, no outro.

Com igual número de propostas (2PLs) e concentração temporal, no significante “Direitos das minorias (mulheres)”, constaram uma iniciativa de proibição da veiculação de propagandas que utilizem a imagem da mulher de forma “objetificada” para a promoção de produtos e serviços de qualquer natureza; e a disponibilização, por parte do Estado, de cirurgias plásticas para mulheres vítimas de violência, quando sofrerem lesões que comprometam sua aparência física.

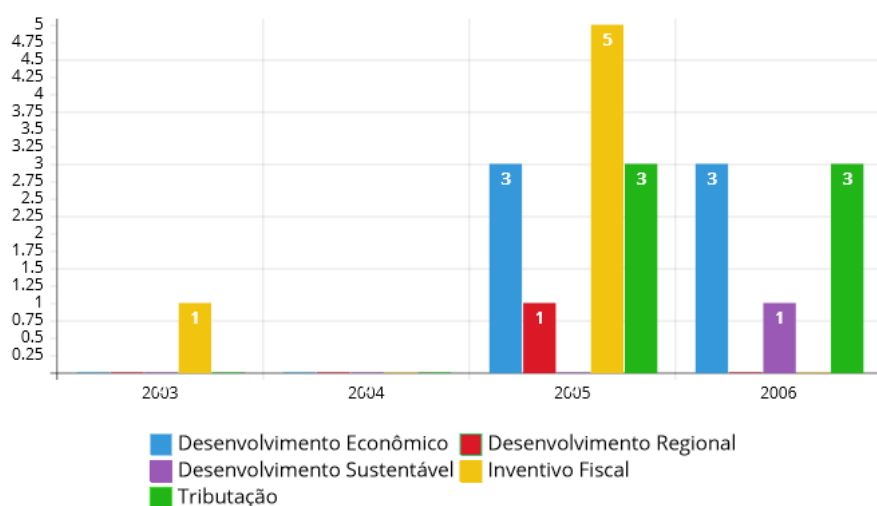
Por fim, o significante destinado aos “Direitos das minorias (indígenas)” esteve presente em apenas um projeto. A dita proposição visava assegurar aos indígenas os privilégios processuais garantidos às pessoas assistidas pela defensoria pública.

Sintetizados os 178 projetos agregados à Área Social de nosso Quadro de Sentidos, resta lançarmos um olhar sobre aqueles codificados na Área Econômica. Como argumentado no capítulo 3, estes PLs foram considerados como parte do recorte de nosso objeto por possuírem natureza social, expressa via aplicação de instrumentos econômicos para tal fim, o que, em nossa visão, adequa-se à concepção de política social a qual o Partido da Social Democracia Brasileira adere.

5.5 Significantes categorizados na Área Econômica

Nesta área, foram categorizados 20 PLs, o que representa menos de 10% do número total de projetos desta pesquisa. Abaixo, temos um demonstrativo do arranjo destes no transcorrer do período de análise:

Gráfico 7 – Distribuição dos significantes codificados na área Econômica



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Dos cinco significantes que integram o quadro, distinguem-se dois grupos em termos de paridade no número de codificações. O primeiro deles é composto pelos significantes “Desenvolvimento Econômico”, “Incentivo Fiscal” e “Tributação”, cada um deles contando com 6 PLs. Somados, representam 90% dos projetos desta área. O segundo grupo é considerado residual, uma vez que os dois significantes que abarca, “Desenvolvimento Regional” e “Desenvolvimento Sustentável” contemplam apenas um projeto cada. Trataremos de suas especificidades a seguir.

Iniciando pelo significativo “Desenvolvimento Econômico”, verificamos que os projetos nele rotulados estendem-se a: permitir que depósitos de parcelas provenientes de caixa do Estado, Municípios e Distrito Federal sejam realizados em cooperativas de crédito, como forma de incentivar a consolidação e a expansão do cooperativismo de crédito e reduzir a taxa de juros; estabelecer, via BACEN, uma taxa de juros que adote como diretriz o combate ao desemprego; a compensação por parte das empresas fumagistas dos valores gastos pelo Estado no tratamento de pacientes portadores de doenças associadas ao tabagismo; e estabelecer diretrizes

gerais para a atuação da União Federal em programas, projetos e ações de geração de empregos.

Em “Incentivo Fiscal”, foram considerados projetos que visam: a extensão da redução das alíquotas de contribuição que incidem sobre determinados produtos alimentícios para alimentos que não contém glúten; medidas de incentivo fiscal à produção, à industrialização, e à pesquisa e inovação tecnológicas em equipamentos e aparelhos que supram ou amenizem as restrições locomotoras de pessoas com deficiência; a permissão de transferência de parcela do Imposto sobre a Renda para o desenvolvimento de projetos de organizações não-governamentais; e a desoneração de tributos sobre o transporte coletivo.

No último dos significantes do primeiro grupo, “Tributação”, foram agregados projetos que trataram sobre: a dedutibilidade dos gastos com medicamentos na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas; a extensão do benefício de dedução de gastos com prática de desportos com chancela de atividade ocupacional; a permissão para que pessoas jurídicas deduzam dos impostos os gastos com ensino fundamental, médio ou superior realizados em favor de seus empregados e a inclusão de doenças à lista de patologias que justificam a isenção do imposto de renda.

No grupo residual de significantes, o projeto considerado no significativo “Desenvolvimento Regional” versa sobre a ampliação do bônus de adimplência dos tomadores de empréstimos dos Fundos Constitucionais de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por sua vez, o projeto filiado ao significativo “Desenvolvimento Sustentável” sugere a adesão a medidas de incentivo fiscal para a reciclagem.

5.6 Considerações

Analizados os conteúdos dos Projetos de Lei que constituem o objeto da investigação aqui desenvolvida, verificamos que algumas das premissas existentes sobre o partido devem ser reconsideradas. É o caso do argumento sobre a manutenção da centralização na região Sudeste. Como vimos, em números relativos, a representatividade do PSDB é maior nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. O que se reflete timidamente nas poucas propostas com interesse local protocoladas pela sigla. Ainda nestas, não se pode negar a existência de cunho

universalista, visto que, conforme frisamos, em sua grande maioria, versam sobre a instalação de Universidades Públicas.

Percebemos ainda que há proeminência de proposições advindas de um pequeno grupo de parlamentares, cuja atuação mostra-se bem superior à média dos colegas, no campo social. Via de regra, suas atuações mantêm uma constante ao longo do mandato. Salvo a exceção do deputado Capitão Wayne.

Ao operarmos a codificação entre as áreas Social e Economia, tivemos um primeiro indício relativo à nossa hipótese. Contrariamente às nossas suposições, os projetos sociais do partido foram majoritariamente codificados na área Social, o que sinaliza que o discurso social do partido não tem a forte relação com o econômico que esperávamos encontrar.

No que diz respeito ao conteúdo das propostas, constatamos que três temáticas adquirem maior evidência no campo social, quais sejam: Educação, Desemprego e Pessoas com Deficiência. Apesar disso, a natureza dos projetos que versam sobre estes assuntos difere grandemente, o que corrobora com nosso argumento sobre a validade da metodologia por nós empregada, amparada em um Quadro de sentidos mais específicos.

A pertinência de tal especificidade mostra-se mais clara nas três últimas seções apresentadas, onde, ao pormenorizarmos a pluralidade do conteúdo dos projetos codificados em cada um dos significantes, pode-se captar a estrutura multifacetada desses.

6 A CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DO PSDB ATRAVÉS DE SEU POSICIONAMENTO NO CAMPO SOCIAL

No capítulo anterior, nos dedicamos à investigação do conteúdo dos projetos de lei para demonstrar a relevância de sua alocação nos significantes que formam nosso Quadro de Sentidos ideológicos. Neste capítulo, vamos mais a fundo, adentrando na análise discursiva dos projetos, ao passo que realizamos a classificação ideológica das propostas.

Atentos ao nosso objetivo, ou seja, de caracterizar a ideologia do discurso social dos deputados do PSDB durante o primeiro Governo Lula (2003-2007), no decorrer deste capítulo buscamos apurar, a partir de nossos resultados, a possibilidade de comprovação de nossa hipótese de pesquisa. Como afirmado na introdução deste trabalho, a motivação de nosso prognóstico surgiu das observações realizadas no decurso da elaboração de nossa metodologia, durante a etapa de análise dos pronunciamentos dos deputados federais, com base nos quais produzimos nosso Glossário Temático e, posteriormente, o Quadro de Sentidos.

Adotando, então, como pressuposto, que a experiência do PT no Executivo nacional influenciou a retórica assumida pelo PSDB no que tange às políticas sociais, pretendemos, finalmente, testar a veracidade de nossa hipótese, a qual consiste na presunção de que, apesar da aproximação entre os dois partidos no campo retórico, onde ambos os partidos apresentam uma postura à esquerda, no “plano prático”, as propostas apresentadas pelos deputados do PSDB para o campo social mantêm um caráter predominantemente econômico, vinculado à redução de impostos e à geração de empregos. Deste modo, o discurso do partido concernente às políticas sociais, no período analisado, estaria mais próximo de um posicionamento ideológico convencionalmente associado à direita.

Com vistas ao alcance de tal objetivo, este capítulo está estruturado em quatro seções. Na primeira delas, recapitulamos brevemente alguns aspectos de nossa metodologia para aduzir alguns detalhes importantes do processo de classificação. Na sequência, adentramos na exposição dos resultados da análise empírica, a qual, assim como no capítulo anterior, iniciamos pela exposição dos significantes de maior recorrência dentro da área Social, demonstrando o arranjo

destes em nossa classificação. Logo após, passamos a esmiuçar estas classificações, demonstrando sua variação temporal e explicando os sentidos que foram utilizados para a alocação dos PLs em um ou outro polo ideológico. Após, abordamos da mesma forma os significantes menos recorrentes dentro desta área.

A segunda seção segue a mesma estrutura, desta vez focando nos significantes da área Econômica. Dado o baixo número de significantes que compõem esta área em nosso recorte, definimos pela segmentação desses em dois grupos, nos quais os significantes foram organizados conforme a proximidade de seu teor. Tal qual na seção anterior, a classificação destes foi descrita de modo a conectá-los aos sentidos que induziram suas designações ideológicas.

Na terceira seção deste capítulo, nossa atenção volta-se aos sentidos e significantes não abarcados pelo discurso social do PSDB. Tal exercício é realizado com o fito de identificar, no discurso social da referida sigla, os sentidos por ele desconsiderados. Ao fim do capítulo, tecemos ainda algumas considerações acerca dos resultados encontrados da relação destes com nossa hipótese.

6.1 Aspectos da classificação ideológica

Antes de adentrarmos na discussão sobre os achados de nossa pesquisa, retomaremos rapidamente alguns aspectos de nossa classificação. O primeiro deles diz respeito à estrutura dos projetos de lei e ao procedimento de classificação destes. Todos os PLs são compostos por duas partes, que são: 1) o texto legal; e 2) a justificativa. A primeira, como o nome diz, é a lei que se pretende sancionar, a segunda, como também se pode deduzir, consiste na exposição dos motivos pelos quais o parlamentar intenta aprovar tal medida. Em nosso processo de classificação, consideramos apenas o texto legal do PL, por entendermos que a justificativa está mais próxima do primeiro nível ideológico de nossa pesquisa, o qual chamamos de “nível retórico”. Assim sendo, esta pode não condizer necessariamente com a materialidade que buscamos classificar.

O segundo ponto a ser ressaltado é o estilo multifacetário de muitos dos projetos. No curso de nossa classificação, deparamo-nos seguidamente com projetos que seriam passíveis de classificação em mais de um significante e, por vezes, até mesmo em mais e um pólo ideológico. O parâmetro por nós adotado, nestes casos, foi o de verificar o teor sobressalente no PL, considerando seus

efeitos na situação hipotética de sua aprovação. O PL 5566/2005 (Dep. Capitão Wayne - PSDB/GO) pode ser tomado como exemplo de um destes casos.

Em sua ementa, o aludido projeto traz o seguinte texto: “Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para Mulheres vítimas de violência e dá outras providências”. Por tratar de regulamentação atinente à saúde, ponto ainda não incorporado ao nosso Glossário temático e, por esta razão, retirado de nosso universo de análise, o PL em questão poderia facilmente ter sido excluído de nosso recorte. Mas, ao examinarmos seus Artigos 1º e 2º, verificamos que o mesmo se adequa ao significante “Direitos de Minorias (mulheres)”:

Art. 2º O Poder Executivo, por meio do SUS, deverá autorizar a realização gratuita de cirurgia plástica para correção de lesões em mulheres vítimas de violência.

Art. 3º Os hospitais e centros de saúde do SUS, ao receberem vítimas de violência, deverão informá-las, no atendimento, da possibilidade de acesso gratuito à cirurgia plástica para reparação e as providências necessárias para sua realização, tão-somente das lesões ou seqüelas da agressão comprovada (PL 5566/2005, p. 1).

Ao lermos as linhas acima, nossa interpretação é a de que o projeto propõe, efetivamente, medidas de proteção à mulher vítima de violência. Por esta razão, o consideramos como parte do recorte e, com base em nosso Quadro de sentidos, o classificamos como um projeto da área Social, à esquerda do significante “Direitos das Minorias (Mulheres)”.

Um último ponto a ser apreciado, uma vez que o abordamos muito concisamente em nosso capítulo metodológico, é a escolha da classificação em esquerda e direita não reproduzindo as divisões internas (liberal/conservadora) de cada uma delas, presente no Quadro de Sentidos. Isto se deve, sobretudo, à não incidência de PLs com sentidos classificáveis exclusivamente nos extremos (conservador) de nenhum dos lados da ramificação. Assim sendo, ao invés de usar a nomenclatura “direita liberal” e “esquerda liberal”, optamos por empregar apenas os termos “direita” e “esquerda”.

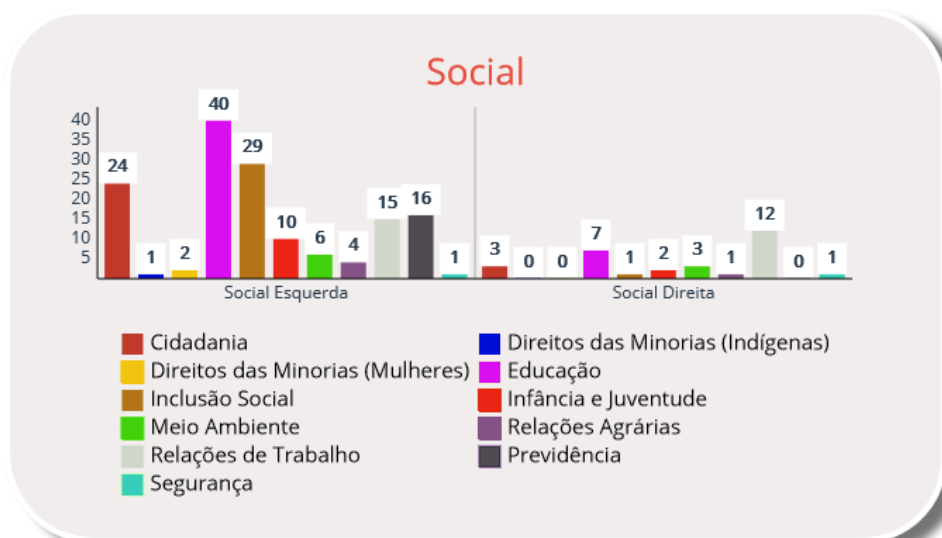
Ao decidirmos por esta simplificação da nomenclatura não estamos descartando a validade das graduações existentes em cada um dos lados, a qual continuamos considerando necessária para a captura dos reais matizes de um discurso, sempre que aplicável. Todavia, este não foi o caso de nosso objeto.

Ressalvados estes pontos, passaremos agora às classificações ideológicas realizadas nos projetos de lei codificados na área Social.

6.2 Classificação ideológica da área Social na díade esquerda-direita

Em nossa classificação ideológica, o “guia” para a alocação dos PLs à direita ou à esquerda foi a identificação de nexos entre o discurso neles presente e os sentidos estabelecidos para cada um dos significantes, nos quais eles já haviam sido separados preliminarmente entre as áreas Social e Economia. Como pudemos ver no capítulo anterior, há, nas proposições de políticas sociais do PSDB, a prevalência de temas pertencentes à área Social, que configuram 90% do total dos projetos analisados. Esta constatação vai de encontro à hipótese por nós sustentada, a qual presumia que a atuação do partido no que tange às políticas sociais teria um caráter predominantemente econômico. Antes de negarmos totalmente nossa suposição, resta analisarmos, dentre os significantes das áreas Social e Economia, o discurso ideológico neles presente. A fim de aproximarmo-nos destes resultados, separamos abaixo os onze significantes da área Social conforme a disposição ideológica dos PLs neles contidos.

Gráfico 8 - Distribuição dos significantes por classificação ideológica – Área Social



Fonte: Elaboração própria.

Ao compararmos o número de classificações para direita e esquerda na área Social, de imediato, percebemos a proeminência de proposições alocadas à

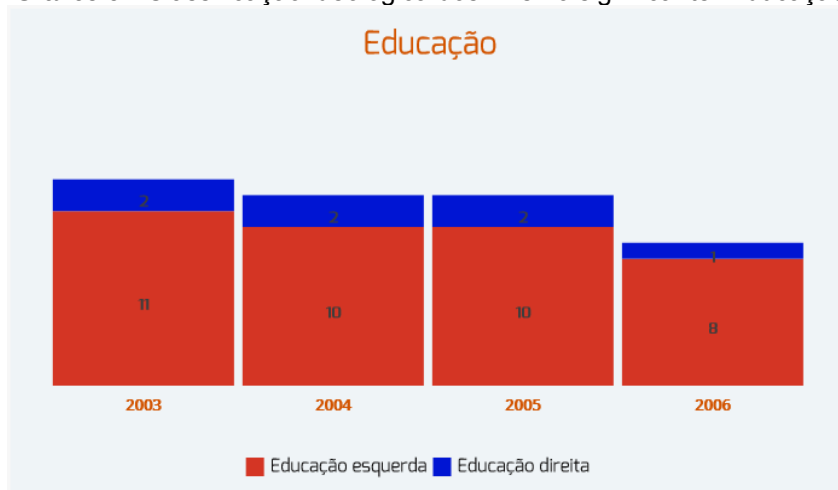
esquerda do espectro. Isto, no entanto, não é suficiente para conhecermos o discurso do partido, o que requer maior aprofundamento quanto aos sentidos que motivaram tais classificações.

A este respeito, vale reiterar que a fundamentação teórica de nossa proposta concebe a ideologia enquanto discurso, isto é, como uma forma de significação da realidade, o que pode ser traduzido como uma atribuição de sentidos à realidade. Em nossa metodologia, esta realidade é expressa por meio dos significantes, aos quais o campo discursivo – no caso de nosso recorte, representado pelo campo político - tenta “preencher” com os sentidos que entende como verdade. Desse modo, o discurso que buscamos depreender se expressa muito mais pelos sentidos de direita e esquerda aos quais as propostas estão conectadas do que pelos significantes, que são por excelência, vazios.

Por este motivo, abordaremos, a partir de agora, os sentidos que determinaram o posicionamento ideológico do Partido da Social Democracia Brasileira, dentro da área Social. Assim como no capítulo anterior, iniciaremos pelos significantes de maior recorrência.

Como visto, o assunto principal das propostas sociais durante todo o período analisado foi a Educação, alvo de 23,7% do total de PLs. O ordenamento ideológico destes pode ser conferido no gráfico abaixo:

Gráfico 9 - Classificação ideológica dos PLs no significante “Educação”



Fonte: Elaboração própria.

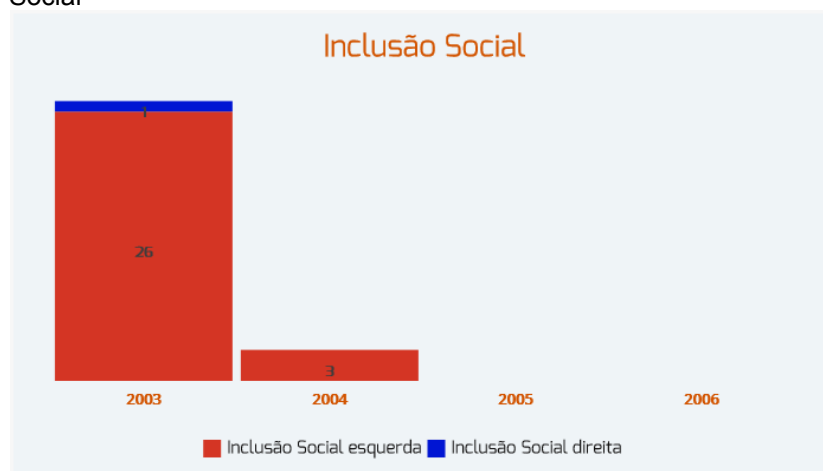
Dos 47 projetos codificados neste significante, 40 (85%) foram classificados na esquerda e 7 (15%) na direita. A demarcação entre os dois pólos amparou-se majoritariamente nos seguintes sentidos de nosso Quadro: à esquerda,

predominaram projetos cujo teor expressava sentidos favoráveis ao financiamento de estudantes pobres no ensino superior privado; à abertura de vagas para estudantes pobres em universidades públicas; à ampliação e investimento em universidades públicas, à defesa do passe livre estudantil e à defesa da assistência estudantil alunos pobres.

Já os projetos considerados como direita foram todos classificados neste lado da baliza em virtude de um único sentido de nosso Quadro, que foi o de reforçar o ensino clássico (tradicional), pois, segundo esta concepção, o trabalhador com maior grau de instrução formal é mais produtivo

Ao passarmos para o próximo significativo, “Inclusão Social”, percebemos que neste a classificação ideológica é ainda mais discrepante, como mostra o gráfico 10, abaixo:

Gráfico 10: Classificação ideológica dos PLs no significativo “Inclusão Social”



Fonte: Elaboração própria.

Das 30 propostas contidas neste significativo, 29 foram classificadas como pertencentes à esquerda e apenas 1 à direita. Os temas responsáveis por esta divisão tão díspar giraram em torno de 10 sentidos principais, que foram: a instituição de políticas públicas sociais; a adoção de ações contra a desigualdade social; a inclusão social pelo consumo; a promoção do acesso dos mais pobres ao poder judiciário; a defesa do salário desemprego e do bolsa família; a defesa dos pobres e excluídos; o esporte como política de inclusão social e desvinculada da imagem de prática competitiva; a defesa de políticas de inclusão e de igualdade social; as reformas urbana e agrária; e o incentivo à políticas habitacionais voltadas aos mais pobres.

O único projeto de lei considerado de direita, neste significativo, requereu uma adaptação em nossa classificação. Em sua temática, o PL 140/2003 (Dep. Bismarck Maia – PSDB/CE), versa sobre o estímulo ao desenvolvimento desportivo e seu impacto social e econômico, razão pela qual foi adicionado ao nosso recorte. Em um primeiro olhar, a proposta poderia ter sido classificada como esquerda. No entanto, em um exame mais minucioso, verificou-se que o fim da proposta era o de estímulo ao desenvolvimento desportivo de alto rendimento, sendo o desporto de base um aspecto secundário da proposição.

Por não possuímos sentidos à direita neste significativo, e percebermos que o projeto em questão não se encaixava apropriadamente nos sentidos de esquerda, fizemos uso da lógica de equivalência para sua classificação. Amparando-nos no rol de sentidos do significativo “educação”, no qual a linha divisória entre direita e esquerda aprofunda-se na questão da profissionalização, decidimos pela classificação do projeto à direita do aludido significativo. Além disso, consideramos a incompatibilidade da proposta com a significação dada pela esquerda, expressa no sentido “Esporte como política de inclusão social e desvinculada da imagem de prática competitiva”. O próximo significativo a ser analisado, “Cidadania”, seguiu a mesma tendência dos dois anteriores:

Gráfico 11 - Classificação ideológica dos PLs no significativo “Cidadania”



Fonte: Elaboração própria.

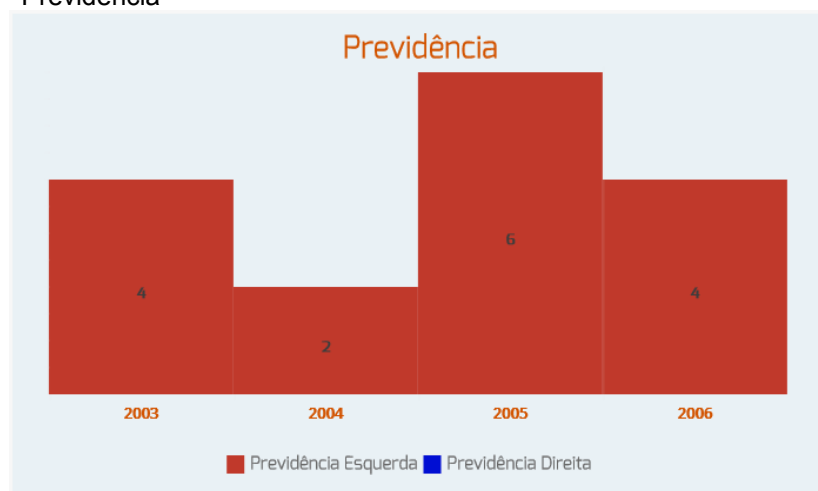
Dos 27 projetos, 24 (88%) foram alocados na esquerda e apenas 3 (12%) na direita. À esquerda, os sentidos que nortearam a classificação dos PLs foram: a igualdade social; a defesa da democracia (em ambos os sentidos: como soberania popular e também como Estado democrático de direito); a ampliação de recursos

para os programas sociais; o incentivo a políticas de acessibilidade; a defesa dos direitos dos idosos; e a defesa do Estado de bem-estar.

A totalidade dos projetos classificados na direita (12%), assim o foi, por trazer em seu conteúdo discurso atinente a um único sentido deste lado da divisão, que foi o da defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito).

No próximo significativo de nossa análise, “Previdência”, a totalidade dos projetos foi enquadrada exclusivamente em sentidos de esquerda, nos quatro anos analisados:

Gráfico 12 - Classificação ideológica dos PLs no significativo “Previdência”

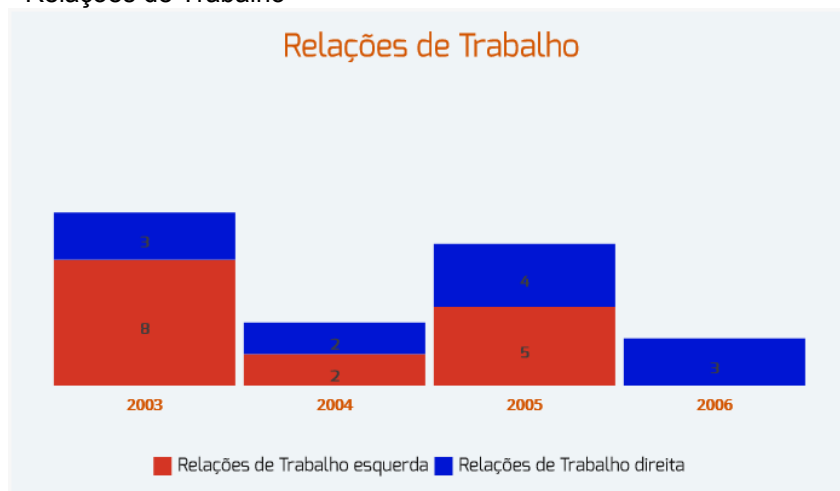


Fonte: Elaboração própria.

Somando 18 PLs, este significativo foi ainda o único à esquerda no qual todas as classificações foram motivadas pela constatação do mesmo sentido, que foi o da ampliação da Previdência. Esta ampliação referiu-se predominantemente à desempregados e pessoas com algum tipo de deficiência.

Fugindo à regra dos significantes anteriores, o significativo “Relações de Trabalho” (27 PLs) foi o único da área Social no qual houve maior paridade entre os dois lados:

Gráfico 13 - Classificação ideológica dos PLs no signifiante “Relações de Trabalho”



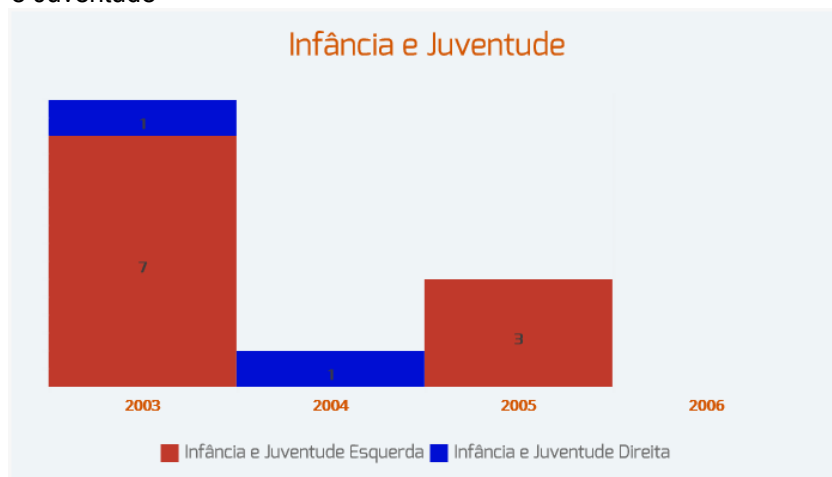
Fonte: Elaboração própria.

A proximidade expressou-se também temporalmente, dado que o número de proposições à direita e à esquerda mantiveram certa assiduidade, alterando-se apenas em 2006, quando os projetos foram classificados unicamente na direita. Os sentidos que permearam o discurso de esquerda nos 15 projetos (55%) assim classificados versaram sobre: os investimentos e empréstimos públicos condicionados à contrapartida de manutenção de empregos e de renda dos trabalhadores; a garantia e ampliação dos direitos da classe trabalhadora; a defesa das greves dos trabalhadores; o aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos; a regulamentação de profissões informais; as melhorias das condições de trabalho da classe trabalhadora; e a regulamentação estágios.

Já nas classificações feitas à direita, os sentidos manifestos nos 12 PLs (45%) desta clivagem discorreram sobre: a modernização da legislação trabalhista; a flexibilização das relações de trabalho; e a desoneração de impostos na folha de pagamentos para geração de novas vagas de emprego.

As classificações da temática “Infância e Juventude” mostram, novamente, o predomínio dos sentidos de esquerda no discurso tucano:

Gráfico 14: Classificação ideológica dos PLs no significante “Infância e Juventude”



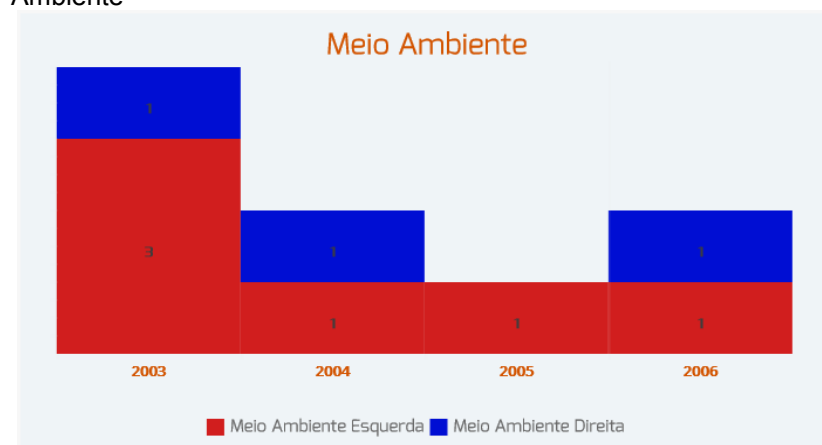
Fonte: Elaboração própria.

Nos 10 projetos de lei (83%) classificados como esquerda, dois foram os sentidos que figuraram nas proposições, quais sejam: a necessidade de direcionamento de políticas específicas para a juventude; e a indispensabilidade de moções que visem combater a violência infantil.

Os dois projetos classificados como direita (17%) assim o foram por conta de um único sentido, que foi a defesa da redução da maioria penal. Deve ser mencionado, a este respeito, que a redução em questão previa condições de tratamento diferenciadas para a responsabilização de menores infratores, razão pela qual, o consideramos pertencente ao discurso da “direita liberal” e não da “direita conservadora”.

Bem como ocorreu com os demais significantes da área social, o discurso dos projetos categorizados no significante “Meio ambiente” pendeu a favor da esquerda:

Gráfico 15 - Classificação ideológica dos PLs no significante “Meio Ambiente”

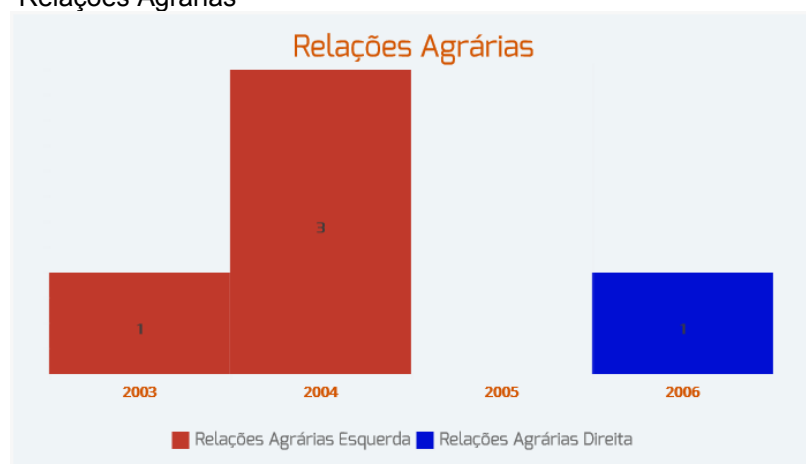


Fonte: Elaboração própria.

Os principais sentidos identificados nos 6 projetos (66%) classificados como esquerda foram: o estímulo a investimentos em fontes renováveis e limpas de energia; e o apoio às ideias que promovam o bem-estar coletivo em consonância com a sustentabilidade socioambiental.

Já nos 3 projetos classificados à direita, os sentidos diziam respeito à percepção de que: o desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente. Encerrando as classificações de maior recorrência na área Social, temos o significativo “Relações Agrárias”, que foi a razão de cinco proposições ao longo do período analisado. O discurso do partido no que toca a este tópico ficou assim ordenado:

Gráfico 16 - Classificação ideológica dos PLs no significativo “Relações Agrárias”



Fonte: Elaboração própria.

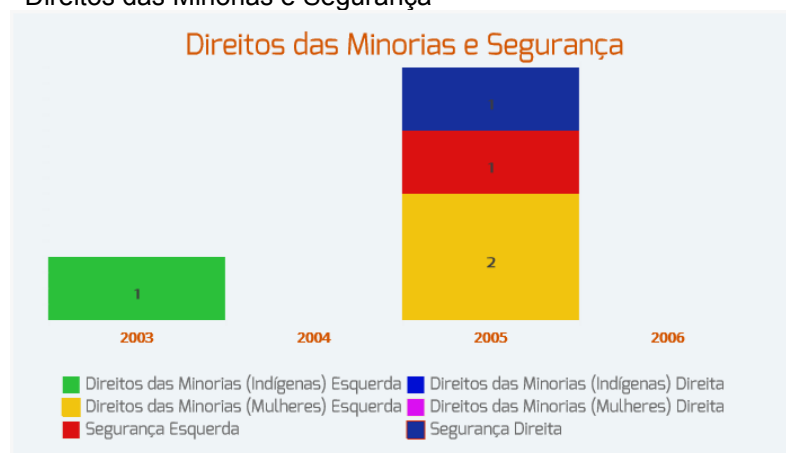
Das cinco propostas que integram este significativo, 4 foram classificadas como esquerda, todas a partir do mesmo sentido: o posicionamento contrário ao latifúndio e a concentração de terras. Cientes de que este sentido pode denotar a ideia de que tais proposições sejam concernentes a políticas de endosso ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vale esclarecer que os 4 PLs em questão versavam sobre o incentivo à pequenos produtores, teor igualmente próprio de ser associado ao referido sentido.

O único projeto classificado como pertencente à direita aludia ao sentido que expressa a contrariedade à invasão de terras. Aqui também há de se aclarar que o projeto não guarda relação tão direta com o grande latifúndio, como se poderia conjecturar. A definição por classificar o projeto em questão neste escopo se deu por

entendermos que seu discurso, ao propor a modificação do método de avaliação dos os índices de produtividade agrários, visa proteger produtores cujas propriedades estariam propensas a serem invadidas com base no método vigente.

Como enunciado no início deste capítulo, os três significantes de menor recorrência, que são “Direitos das Minorias (Indígenas)”, “Direitos das Minorias (Mulheres)” e “Segurança”, foram agrupados em um único gráfico, por possuírem um número muito baixo de propostas neles classificadas. A disposição destas classificações pode ser observada no gráfico 17, abaixo:

Gráfico 17 - Classificação ideológica dos PLs nos significantes “Direitos das Minorias e Segurança”



Fonte: Elaboração própria.

Iniciando pelo signifiicante “Direitos das Minorias (Mulheres)” que esteve presente em 2 PLs, ambos apresentados no ano de 2005 e classificados na esquerda, temos que o conteúdo destas propostas diziam respeito aos sentidos: o fim da violência contra a mulher e a defesa de pautas feministas, que no caso da proposta classificada, versava sobre a proibição de comerciais que promovam a “objetificação” feminina.

O signifiicante “Segurança”, também contemplado por 2 projetos que foram, igualmente, protocolados em 2005, foi classificado tanto na esquerda como na direita. O sentido atinente à primeira foi o da alegação de que armas fora de circulação reduzem a violência no país. O referente à segunda, foi o argumento da defesa pessoal e do patrimônio.

Por último, o signifiicante “Direitos das Minorias (indígenas)”, que apareceu apenas uma vez em meio a 198 propostas analisadas, e que foi classificado como esquerda, por referir-se aos avanços nos direitos dos povos indígenas.

Como ficou evidente, as propostas da área Social foram classificadas majoritariamente na esquerda em todos os significantes. A divisão numérica das classificações demonstra que 148 projetos foram assim alocados, o que significa 83% do total de proposições da área. Os sentidos de esquerda foram identificados em todos os significantes considerados, ainda que com maior concentração – 73% - em alguns deles (Educação, Inclusão Social, Cidadania e Previdência).

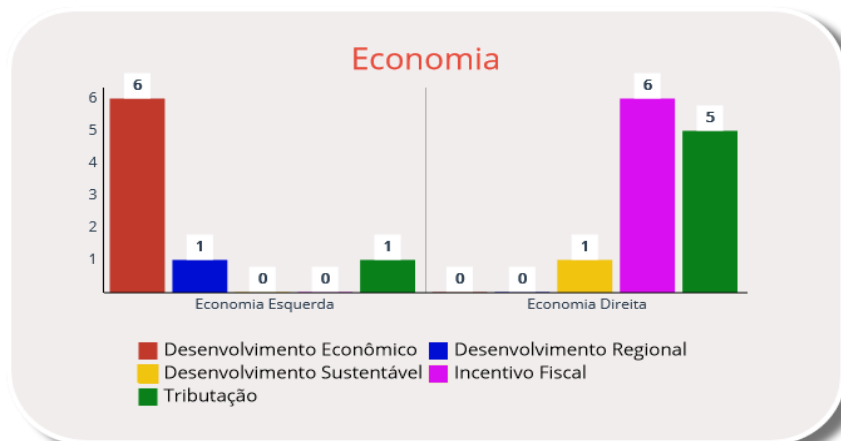
Por outro lado, ao examinarmos os 30 projetos classificados como direita (17%), percebemos que a maior parte deles (40%) está concentrada no significativo “Relações de Trabalho”. Na próxima seção, apuraremos se esta tendência se confirma nos dados resultantes das classificações ideológicas feitas nos PLS codificados como pertencentes à área “Economia”.

6.3 Classificação ideológica da área Economia na díade esquerda-direita

Conforme indicamos no capítulo anterior, do conjunto de projetos de lei por nós considerados como expoentes da visão social do PSDB, 20 mostraram-se melhor alocados na área Economia. Representando menos de 10% de nosso universo de análise, este número revelou-se relativamente baixo para nossas expectativas.

Bem como fizemos na seção anterior, examinaremos, a partir de agora, a disposição ideológica destes projetos. O gráfico abaixo dá-nos uma representação espacial destas classificações.

Gráfico 18: Distribuição dos significantes por classificação ideológica – Área Economia

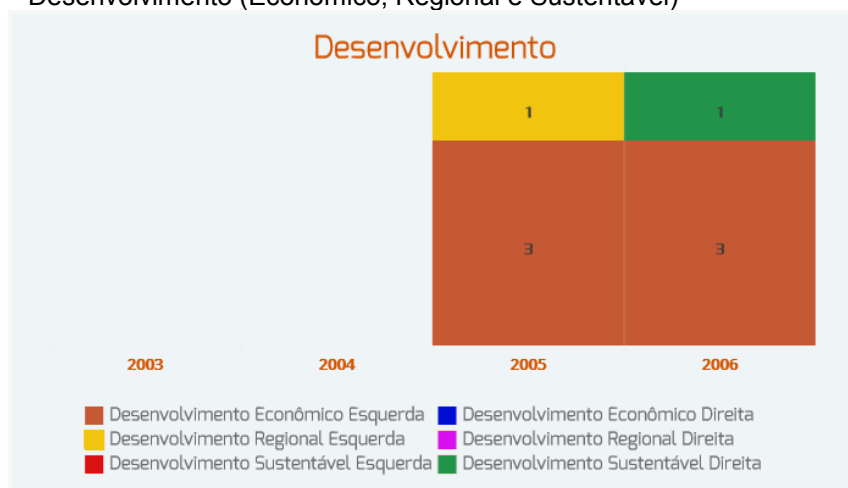


Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente do ocorrido com os projetos classificados na área Social, os PLs designados à área “Economia” tiveram seu discurso classificado principalmente na direita de nossa escala. A proporção, neste caso, foi de 60% para a direita e 40% para a esquerda. Posto que o número de significantes codificados nesta área é bastante reduzido, a exposição longitudinal destas classificações será apresentada em dois grupos. No primeiro, reunimos os significantes de “desenvolvimento” e, no segundo, os significantes “fiscais”.

O primeiro grupo que comentaremos será o “desenvolvimento”, no qual foram reunidas as classificações dos significantes “Desenvolvimento Econômico”, “Desenvolvimento Regional” e “Desenvolvimento Sustentável”, conforme o gráfico 19 nos mostra:

Gráfico 19 - Classificação ideológica dos PLs nos significantes “Desenvolvimento (Econômico, Regional e Sustentável)”



Fonte: Elaboração própria.

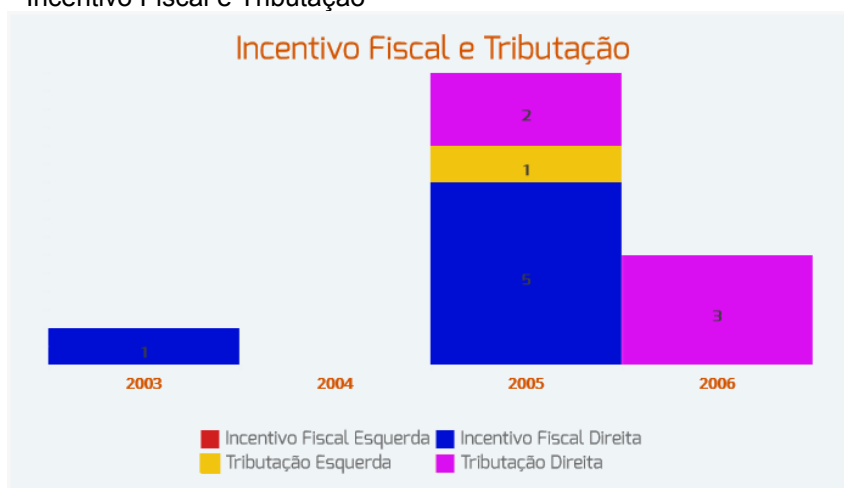
Também neste grupo de significantes, o discurso dos projetos é classificado quase que em sua totalidade à esquerda. Nos 6 projetos organizados dentro do significante “Desenvolvimento econômico”, os sentidos de esquerda dos quais seguiu-se a classificação foram: a redução dos juros e do superávit primário para garantir mais recursos a investimentos e à geração de empregos; a afirmativa de que a economia deve estar voltada para políticas de inclusão e à afirmação social; e as propostas de fortalecimento do Estado de bem-estar social.

Já o projeto classificado no significante “Desenvolvimento Regional” teve seu posicionamento determinado à esquerda por conceber que o desenvolvimento regional deve ser incentivado a partir da intervenção do Estado, com políticas

específicas. Em contrapartida, o significante “Desenvolvimento sustentável” foi classificado à direita por exprimir a noção de que o desenvolvimento deve envolver empreendimentos que tenham por horizonte o manejo sustentável do meio ambiente.

Analisaremos agora as classificações ideológicas do segundo grupo da área “Economia”, onde reunimos os significantes por nós chamados de “fiscais”, que compreende os projetos codificados nos significantes “Incentivo Fiscal” e “Tributação”. Sua disposição ideológica e temporal ficou assim organizada:

Gráfico 20 - Classificação ideológica dos PLs nos significantes “Incentivo Fiscal e Tributação”



Fonte: Elaboração própria.

Este grupo sintetiza os dois únicos casos de significantes nos quais a orientação ideológica do partido pendeu mais à direita, sendo que em um deles, “Incentivo Fiscal”, a totalidade das propostas foi classificada neste lado da segmentação. Além disso, todas elas foram também classificadas desde um único sentido referencial, que foi o da redução da carga tributária.

As três classificações do significante “Tributação” no pólo da direita também decorreram de um mesmo sentido, que foi o de se ser favorável à desoneração de impostos nas folhas de pagamento para geração de novas vagas de emprego. Por último, com apenas um projeto classificado, o sentido de esquerda atinente à “Tributação” foi o da defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres.

De posse destes resultados, verificamos que embora na área Economia haja predominância dos sentidos de direita, esses se centralizam no grupo designado

“fiscal”, que detém 55% das classificações da área. No que tange ao desenvolvimento, a ótica do partido segue a tendência evidenciada nas classificações feitas na área social, inclinando-se à esquerda. Não obstante, esta conclusão não rescinde a negação de nossa hipótese de pesquisa.

Averiguados os significantes e os sentidos que compõe o discurso social do PSDB, resta ainda um ponto que desejamos explorar, que é o “não discurso” social do partido, ou seja, os significantes e sentidos não inclusos na compreensão de política social do partido.

6.4 Significantes não abarcados pelo discurso Social do PSDB

Ao aprofundarmos a investigação do conteúdo e do discurso do PSDB em seus PLs, pudemos extrair algumas conclusões sobre os mesmos. Dentre elas, a de que o discurso social do partido está mais adstrito ao “universal” do que a grupos específicos, de orientação identitária ou organizacional. Esta constatação pode ser facilmente relacionada ao argumento de autores como Vieira (2012) e Roma (2002), de que o surgimento do partido, afastado dos movimentos sociais, marca sua atuação política.

Neste sentido, chamou-nos a atenção a não abordagem de questões atinentes aos significantes “Direitos das Minorias (Relações raciais)” e “Direitos das Minorias (LGBT)”, visto que estes significantes não figuraram em nenhuma das 198 proposições avaliadas. Além disso, pudemos inferir também a forte presença no discurso de questões como a educação, o combate ao desemprego, o auxílio e proteção aos idosos e aos deficientes físicos. Notadamente, em todas essas matérias, o ideário do partido tendeu à esquerda. Ainda assim, observamos que, mesmo no trato destas questões, alguns dos sentidos de nosso Quadro (apêndice) também escaparam à visão social do partido. Quanto a esses, o que se pode denotar é que, em todos os casos, os sentidos que poderiam ser considerados mais “radicais” dentro de cada significante não adentram o discurso do partido. Este entendimento corrobora com o posicionamento comumente atribuído ao partido pela literatura, na Centro-Esquerda.

6.5 Considerações

Contrariamente ao que sustentamos em nossa hipótese, os resultados obtidos indicaram a proximidade entre o discurso proferido pelo Partido da Social Democracia Brasileira no nível retórico e no plano prático. Em ambos os casos, a posição firmada pelo partido foi hegemonicamente de esquerda.

Os temas que supúnhamos ser os sustentáculos do discurso social do partido, quais sejam, a geração de empregos e a redução de impostos, demonstraram, de fato, expressão dentro deste. Todavia, não se pode atribuir a eles toda a magnitude que presumimos. Além disso, a própria classificação ideológica destes não respondeu às nossas estimativas no caso das propostas concernentes à geração de empregos. Embora os projetos que versaram sobre esta temática tenham apresentado maior proximidade entre direita e esquerda do que todos os outros significantes da área social, ainda assim, o número de classificações à esquerda foi maior.

Como visto, outras matérias, de igual ou maior vulto nas proposições, devem ser levadas em conta quando da abordagem do discurso social do partido. É o caso da educação, da cidadania e da inclusão social. Dentre estas, é salutar destacarmos que, no caso da educação, trata-se de um discurso de defesa da educação pública. No que diz respeito à cidadania, evidenciamos um discurso que prioriza a garantia de direitos básicos mediante propostas de acessibilidade, sobretudo às pessoas com deficiência e idosos. Quando falamos, por fim, do discurso de inclusão social proferido pelo partido, estamos fazendo alusão a um posicionamento de combate à desigualdade mediante políticas que visem amparar os mais pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movidos por inquietações suscitadas durante o processo de elaboração de nossa metodologia, a intenção de aprofundar o conhecimento acerca do discurso social do Partido da Social Democracia Brasileira foi, aos poucos, delineando-se como nosso objetivo de investigação. Estas inquietações provinham, sobretudo, da percepção de determinados sentidos proferidos pelos parlamentares tucanos nas sessões legislativas. Nessas oportunidades, o posicionamento retórico assumido por eles mostrava-se claramente de esquerda.

Além disso, chamou-nos a atenção o fato de a ideologia do partido não ser suficientemente explorada nos estudos que tratam da classificação ideológico-partidária tidos como hegemônicos pela ciência política nacional. Amparando-nos no argumento de autores que sustentam a necessidade de se considerar as mudanças ocorridas no quadro ideológico “clássico”, sobretudo após a ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência, voltamos nosso olhar para o período no qual acreditamos ser mais perceptível tal variação, o primeiro termo do PT no Executivo nacional (2003-2006).

Circunscrevendo-nos a este momento distinto na história política brasileira, marcado pelo rearranjo das posições de poder, propusemo-nos a investigar a ótica do PSDB, agora na oposição, com relação a uma temática específica, as políticas sociais. Para tanto, indagamos a seguinte questão: como se caracteriza a ideologia do discurso dos deputados federais do PSDB no que tange aos projetos de lei que visam implementar políticas sociais ao longo do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006)?

Partindo do pressuposto de que a experiência do PT no Executivo nacional influenciou a retórica assumida pelo PSDB no que tange às políticas sociais, que ganharam maior dimensão no discurso do partido, nossa hipótese sustentou que apesar da aproximação ideológica entre os dois partidos no campo retórico, onde ambos assumem um discurso social à esquerda, no “plano prático”, as propostas apresentadas pelos deputados do PSDB para o campo social manteriam um caráter predominantemente econômico, vinculado à redução de impostos e à geração de empregos. Deste modo, o discurso do partido concernente às políticas sociais, no

período analisado, estaria mais próximo de um posicionamento ideológico convencionalmente associado ao da direita.

Para a verificação de tal hipótese, empregamos uma metodologia orientada epistemologicamente pelo pós-estruturalismo, em geral, e para teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em particular, a qual nos permitiu uma percepção fina dos sentidos de maior recorrência no discurso social do PSDB. Como os dados nos mostraram, nossa hipótese não se confirmou em nenhum de seus aspectos, uma vez que o discurso social do PSDB não pôde ser classificado majoritariamente como econômico, nem tampouco como de direita.

Quando observamos a distribuição das propostas apresentadas ao longo do mandato, percebemos variação na frequência das proposições encaminhadas. Nota-se grande concentração no ano de 2003, quando foram apresentadas 39,3% dos 198 projetos sociais. Em 2004, esta porcentagem cai para 19,3%, subindo novamente em 2005, quando 26,7% do total de projetos são protocolados. Em 2006, este percentual reduz-se novamente, registrando a menor proporção do período, concentrando apenas 14,7% dos PLs.

Todavia, esta oscilação na frequência das propostas não surtiu influência no discurso, dado que a proporcionalidade das classificações para os dois lados da escala ideológica manteve certa estabilidade no decorrer da 52ª legislatura. As únicas variações identificadas só assumem relevância se isolarmos os significantes. Caso de “Inclusão Social”, cujas propostas condensaram-se nos anos de 2003 e 2004, à esquerda, e também dos significantes por nós denominados “fiscais” (Incentivo Fiscal e Tributação), cujas classificações concentraram-se nos anos de 2005 e 2006, à direita.

Ao nos determos com maior atenção ao conteúdo das propostas, constatamos que três temáticas principais sobressaem no discurso do partido, que são a educação, o combate ao desemprego e as políticas de inclusão para pessoas com deficiência. Este resultado confirma apenas uma parte de nossas expectativas, qual seja, a presunção de que o discurso social do PSDB estaria estreitamente ligado à geração de empregos. Os projetos concernentes à redução de impostos, ao contrário do esperado, foram alvo de apenas 6% das proposições. Mesmo que, se consideradas em conjunto, as propostas alusivas a estas duas temáticas tenham apresentado frequência não desprezível em nosso universo de análise,

correspondendo a 23,8% do total das proposições consideradas, apenas 11,6% delas reproduziam sentidos considerados de direita.

Comparando estes resultados com o discurso presente nos documentos fundacionais do partido, nos quais é clara a ênfase dada ao crescimento econômico e ao desenvolvimento como propulsores de bem-estar social, bem como a vinculação destes à promoção de equidade, inferimos que, no período por nós analisado, este discurso perde força. A relevância dada à geração de empregos, também indicada nestes documentos como a principal medida das políticas sociais, continua visível no discurso tucano, mas em menor grau.

Ademais, bandeiras defendidas pelo partido de maneira menos enfática quando de sua formação mostram-se parte essencial do discurso social por ele sustentado na 52^a Legislatura. Dentre estas, a preocupação com grupos sociais vulneráveis por circunstâncias pessoais, tais como idosos ou deficientes, ou ainda, por serem marginalizados do sistema econômico, situação na qual inserem também os desempregados. Estas constatações, por sua vez, reforçam a validade do pressuposto de que a experiência do PT no Executivo nacional influenciou a retórica assumida pelo PSDB no que tange às políticas sociais.

Estes temas, no entanto, não podem ser tomados como uníssonos. Como assinalamos no capítulo 5, a pluralidade de conteúdo dos projetos expôs a estrutura multifacetada desses, o que, em nossa opinião, é positivo, pois reforça a validade da proposta metodológica por nós utilizada. Destarte, permite-nos apurar não apenas que o discurso social do partido é permeado pela preocupação com a inclusão social, mas que essa inclusão refere-se, materialmente, à instituição de políticas públicas sociais contra a desigualdade, à promoção do acesso dos mais pobres ao poder judiciário, à defesa do salário desemprego e do bolsa família, ao apoio ao esporte como política de inclusão social, a defesa da necessidade de reformas urbana e agrária, assim como ao incentivo a políticas habitacionais voltadas aos mais pobres.

Considerados estes aspectos, mesmo não confirmando nossas expectativas, a investigação realizada mostrou-se profícua. Ao possibilitar-nos o aprofundamento no discurso do partido, através do reconhecimento dos sentidos que se articulam para formá-lo, esta metodologia mostrou-se um instrumento válido tanto como ferramenta de análise quanto por confirmar a validade dos conceitos

contemporâneos de ideologia, sob os quais não se admite uma visão fechada da mesma, sobretudo no âmbito político-partidário.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. —Presidencialismo de coalisão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Revista de *Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-32, 1988. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>> Acessado em: 10 de Janeiro. 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa, Editorial Presença, 1974.

AMORIM NETO, Otávio. "Cabinet formation and party politics in Brazil", In XIX CONGRESSO DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 1995, Atlanta. **Anais**...Atlanta: nome da universidade, 1995. X p.

BRAGA, Maria do Socorro Souza. PIMENTEL, Jairo Jr. Os partidos políticos brasileiros realmente importam? **Opinião Pública**, Campinas, vol 17, n 02, 2011, p. 271-303.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 08 Ago. 2016.

_____. **Portal da Câmara Federal**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. **PORTARIA SEDH Nº 2.344, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010** DOU 05.11.2010. Disponível em: <http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf> Acesso em: 10 de Janeiro de 2017.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>> Acesso em: 15 abr. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O processo histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo:2007. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.21.ProcessoHistoricoDoDesenvolvEconomico-Agosto23.pdf>> Acesso em: 3 dez. 2016.

_____. **Democracy and Public Management Reform**: building the republican state. New York:Oxford University Press, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e social-democracia**. Paz e Terra: São Paulo. 2010, 224 p.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº2, p.319-351, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/03.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. "Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina". **Opinião Pública**. Campinas, vol.12, nº 1, p. 136-163, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29401.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2015.

COPPEDGE, Michael. **A Classification of Latin American Political Parties**. In: Kollege Education, n 244... 1997, Notre Dame. Working Paper, Notre Dame: The Helen Kellogg Institute for International Studies, 1997. Disponível em: <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/244.pdf>>. Acesso em: 13 Nov. 2016.

DINIZ, Eli. **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade – Brasil 1985/1995**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997, 228 p.

DRAIBE, Sônia M. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. Tempo Social. **Revista da Sociologia da USP**, São Paulo, vol. 15, n. 2, p.63-101, 2003.

_____. **Rumos e Metamorfoses**. Paz e Terra: São Paulo, 1985. 370 p.
ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Three Worlds of Welfare Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1990, 260 p.

FALEIROS, Vicente de P. **O que é política social**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, 83 p.

FERNANDES, Luís. "Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994". **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, n1, p. 107-144, 1995.

FIGUEIREDO, Argelina. LIMONGI, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. In: Soares; Rennó. (Org.). **Reforma Política - Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 249-280.

_____. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. v. 1. 108p.

_____. "Executive-Legislative relations and legal output, 1988-95". 7th ANNUAL CONFERENCE AT THE INSTITUTE OF LATIN AMERICAN STUDIES (ILAS), Power Structure, Interest Intermediation and Policy Making: Prospects for Reforming the State in Brazil, 1997, Londres, 13-14 de fevereiro. **Anais.**: Institute of Latin American Studies: Londres, 1997.

_____. Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 38, nº 3, p 497-525, 1995.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 176 p.

_____. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 190 p.

GOMES. Fábio Guedes. Conflito social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, vol.40, nº2, p. 201-234.

Mar./Apr. 2006. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200003> Acesso em: 13 set. 2016.

GRAYSON, Richard. Social Democracy or Social Liberalism? Ideological sources of liberal democrat policy. **The Political Quarterly**. Londres, vol 78, nº1, p.32-39, 2007.

HOWARD. David. **What is social liberalism**. In Duncan, Brack; Richard S. Grayson and David Howar (Eds). **Reinventing the state: social Liberalism for the 21st century**. Londres: Político"s Publishing, 2007.288 p.

KINZO, M D'Alva. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: KINZO, M. D'Alva; BRAGA, M. S. (Orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007.

_____. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993, 122p.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal, C. **Hegemonia e estratégia Socialista: Por uma política democrática radical**, Brasília: Editora Intermeios, 2015. 287 p.

_____. **Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987. 328p.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. 383 p.

_____. La impossibilidad de la sociedad. In: LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993. 187 p.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Edições Loyola. 1989, 178 p.

LEONI, Eduardo. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). **Dados**, São Paulo, vol. 45, nº 3, p. 361-386, 2002.

LIJPHART, Arend. **Democracies: Forms, performance, and constitutional engineering**. European Journal of Political Research. Vol 25, n1, p1-17, 1994.

LIMONGI, Fernando. CORTEZ, Rafael. **As eleições de 2010 e o quadro partidário**. Novos Estudos CEBRAP, nº 88, p.21-37, 2010.

LIMONGI, Fernando. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Partidos políticos na Câmara dos deputados: 1989-1994. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol 38, n 3, 1995, p 497-525.

LINHARES, Bianca de Freitas; MENDONÇA, Daniel. Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: 10º Encontro da ABCP:2016, Belo Horizonte. **Anais** da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte: Hotel Ouro Minas, 2016. 30 p.

LOPES, Alice C; MENDONÇA, Daniel; BURITY, Joanildo. **Apresentação**. In: Hegemonia e Estratégia Socialista : por uma política democrática radical. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Ed. Intermeios, São Paulo, 1ª Ed. 2015, 288p.

LUZ, Michele D. O combate à desigualdade como baliza ideológica no debate parlamentar durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). In: 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu. **Anais** do 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu – MG, de 24 a 28 de outubro de 2016.

MAINWARING, Scott. **Multipartism, Robust Federalism, and Presidentialism in Brazil**, in S. Mainwaring e M. S. Shugart (orgs.), *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 493p.

_____. **Presidentialism, Multiparty Systems and Democracy: The Difficult Equation.** *Comparative Political Studies*. vol. 26, nº 2, p. 198-228, 1993.

MARQUES, Jales Ramos; FLEISCHER, David. **PSDB & de facção a partido.** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, Editora Positiva. 1999, 335p.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã** (I – Feuerbach). 5. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1986. 160 p.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel & POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MELLEN, C. S. **Política de botina amarelas: o MDB/PMDB paulista de 1965-1988.** São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política/USP, 1998.

MELO, Carlos Ranulfo; ANASTASIA, Fátima. A Reforma da Previdência em Dois Tempos. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. v. 48, n. 2, p. 301-332, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a03v48n2.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2016.

MENDONÇA, Daniel. O programa fome zero nos pronunciamentos dos deputados conservadores. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**. Santa Maria, ano 1, nº 1, p. 24-43, jan/jun 2011.

_____. A reforma da previdência de 2003 e a direita brasileira. In: SCHULZ, Rosângela. **Ensaio de Sociologia e Política**. Pelotas: Ed. da UFPel, p. 51-94, 2010.

MENDONÇA, Daniel. RODRIGUES, Léo Peixoto. In: MENDONÇA, Daniel. RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ed - Porto Alegre: EdUPUCRS, 2014, 212p.

MENEGUELLO, Raquel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997).** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MISHRA, Ramesh. **The Welfare State in Capitalist Society: Policies of Rentrenchment and Maintenance.** In: Europe, North America and Australia, Studies in International Social Policy and Welfare, Harvester/Wheatsheaf: London, 1996.

OLIVEIRA, Nelson. Véus da intransparência nas transições brasileiras. In: SANTOS, R. S. **Políticas sociais e transição democrática**. São Paulo: Mandacaru; Salvador: Cetead, 2001. p. 19-52.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; 2009. 233 p.

PINTO, Céli R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, nº 24, p. 78 - 109, 2009.

POWER, Timothy. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil**: Elites, institutions, and democratization. University Park: Pennsylvania State University, 2000.

_____. e ZUCCO, César. **Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005**. In *Latin American Research Review*, v. 1, nº 44, p. 218–246, 2009.

PRZEWORSKI, Adam. **A social-democracia como fenômeno histórico**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 1, nº 15, p. 41-81. 1988.

_____. **Capitalism and Social Democracy**. Cambridge University Press. 1985, 269 p.

QUIROGA, Ana Maria. **Assistência e poder**: revendo uma articulação histórica. *Praia Vermelha*: Rio de Janeiro, v. 1, nº. 18, p. 14-28, 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5684119-Assistencia-e-poder-revendo-uma-articulacao-historica-ana-maria-quiroga.html>> Acesso em: 02 de Jan. de 2017.

RODRIGUES, Leôncio M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edeinstein de Pesquisas Sociais, 2009, 169p.

_____. **Partidos, Ideologia e Composição Social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002. 167p.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, jun. 2002.

SANTA CASA BA. A história das Santas Casas de Misericórdia e seus ideais de caridade e filantropia. Bahia, Santa Casa da Misericórdia, 2010. Disponível em: <<http://www.santacasaba.org.br/historia>> Acesso em: 11 de Dezembro de 2016.

SANTOS, Fabiano. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, vol 42, n1, p. 111-138, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000100006 Acesso em: 3 de Dezembro de 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1987. 138 p.

SLOTTERDIJK, Peter. **Critic of cynical reason**. Minnessota: University Of Minnesota Press, 1 ed. 1988. 600p.

SOUZA, Fabiano Sena de. **Plano Real: A construção de um sentido hegemônico**. 2012. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

TAROUÇO, Gabriela da Silva. **Os partidos e a constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda**. 2007, Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. e MADEIRA, Rafael. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Cidade, vol 21, nº 45, p. 149-165, 2013.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992. 102p.

VIEIRA, Soraia Marcelino. **O partido da social democracia brasileira: trajetória e ideologia**. 2012. 186 f. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

WERNECK VIANNA, Maria Lucia – **Em Torno do Conceito de Política Social**: notas introdutórias, texto para discussão. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002. X p.

ŽIŽEK, Slavoj. **Um Mapa da Ideologia**. Tradução de: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 337p.

_____. **Eles não sabem o que fazem** – o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 197p.

ZUCCO Jr., César. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties: 1990 – 2005. **Latin American Research Review**. Cidade, v. 44, nº 1, p. 218-246, 2009.

Anexos

Anexo 1 – Quadro de Sentidos Ideológicos (fragmento)

ECONOMIA			
Desenvolvimento econômico			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Comunismo: abolição da propriedade privada, meios de produção acessíveis a todos, não há lucro, não há exploração entre os seres humanos. - Superação do capitalismo a partir do socialismo. - Anticapitalismo.	- Economia deve estar voltada para políticas de inclusão e afirmação social. - Intervenção do Estado em defesa da economia nacional. - Estado de bem-estar social. - Humanização do capitalismo: economia de mercado, mas com equalização de riquezas e de oportunidades. - Regulação do capital financeiro. - Lógica social que não seja governada pelo capital. - Aumento do salário mínimo acima da inflação (dívida social). - Estado como indutor do desenvolvimento e da redução das desigualdades sociais. - Desenvolvimento econômico com distribuição da riqueza. - Soberania nacional (Estado e das indústrias) em termos econômicos. - Redução dos juros e do superávit primário para garantir mais recursos para investimentos para gerar empregos. - Investimentos públicos em infraestrutura. - Os trabalhadores não podem pagar pela crise do capitalismo, do mercado sem regulação. - Inclusão de brasileiros no mercado consumidor de massa/inclusão econômica. - Contra FMI e ALCA. - Economia ecologicamente e ambientalmente sustentável.	- Defesa do capitalismo (sistema de mercado, economia de mercado), pois é um sistema que recompensa o trabalho, a engenhosidade, criatividade - Defesa da posição dos donos dos meios de produção. - Defesa do empreendedorismo com redução da carga tributária. - Defesa do capital financeiro. - Livre empreendedorismo e contra a intervenção estatal na economia (não contando períodos de crises, nas quais é requerida a intervenção do Estado). - Defesa da modernização tecnológica e gerencial das empresas e do Estado para aumentar a competitividade. - Defesa das privatizações para tornar empresas mais dinâmicas e competitivas. - Parceria público/privada para modernizar a infraestrutura do país (portos, estradas, energia etc.). - Estímulo à competitividade. - Modernização da legislação do trabalho (flexibilização das relações de trabalho). - Defesa da livre circulação de capitais e de mercadorias entre os países. - Defesa do neoliberalismo/capitalismo. - Ideologia do consumo contínuo como sentido da vida. - Responsabilidade do Estado para com o mercado. - Ajuste/responsabilidade fiscal do Estado com a consequente promoção de reformas (previdenciária, trabalhista). - Limitação de gastos sociais. - Estado em dia com juros das dívidas externa e interna. - Elevação das taxas de juros e redução do tamanho do Estado. - Risco Brasil: medição da possibilidade de investimento lucrativo e seguro no país.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Desenvolvimento Regional			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Desenvolvimento que integre a região com o nacional e que inclua políticas públicas de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão produtiva e social. - Desenvolvimento regional a partir da intervenção do Estado com políticas específicas.	- Capitalismo gerou a ocupação do território da Amazônia. - Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente. - Desenvolvimento regional no sentido de integração do local ao país e ao mundo.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

Desenvolvimento Sustentável			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Desenvolvimento sustentável no sentido de desenvolvimento econômico, mas com distribuição de renda, emprego, inclusão social. - Estímulo ao desenvolvimento de energias alternativas, limpas, baratas e ecologicamente sustentável - Políticas públicas do Estado no sentido de desenvolvimento de energias alternativas.	- Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Incentivo fiscal			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Em geral, contrária ao incentivo fiscal às empresas, salvo se houver contrapartida social. - Investimentos e empréstimos públicos condicionados à contrapartida de manutenção de empregos e de renda dos trabalhadores.	- Estímulo ao empreendedorismo. - Redução da carga tributária. - Redução da intervenção do Estado na economia. - Concessão de recursos públicos à iniciativa privada.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Tributação (Impostos)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres.	- Defesa de uma reforma tributária que onere mais os ricos e menos os pobres.	- Estímulo ao empreendedorismo com redução da carga tributária. - Desonerar de impostos a folha de pagamentos para novos empregos.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
SOCIAL			
Segurança			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Defesa do estatuto do desarmamento. - Armas fora de circulação reduzem a violência no país.	- Defesa do estatuto do desarmamento. - Armas fora de circulação reduzem a violência no país.	- Defesa pessoal e do patrimônio.	- Defesa pessoal e do patrimônio.
Cidadania			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Liberdades de imprensa, religião, sindical. - Igualdade social. - Defesa da democracia (no sentido de soberania popular). - Não criminalização dos movimentos sociais. - Defesa da participação popular (radicalização da democracia). - Ampliação de recursos dos programas sociais.	- Liberdades de imprensa, religião, sindical. - Igualdade social. - Defesa da democracia (no duplo sentido: soberania popular e Estado democrático de direito). - Não criminalização dos movimentos sociais. - Defesa da participação popular (radicalização da democracia). - Ampliação de recursos dos programas sociais.	- Liberdades de expressão, imprensa. - Defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito).	- Liberdades de expressão, imprensa. - Defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito).
Direitos de minorias (indígenas)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Avanços nos direitos dos povos indígenas.	- Avanços nos direitos dos povos indígenas.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Integrar indígenas à cultura branca, já que são brasileiros.
Direitos de minorias (infância e juventude)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Necessidade de direcionar políticas específicas para a juventude. - Contra a redução da maioridade penal.	- Necessidade de direcionar políticas específicas para a juventude. - Contra a redução da maioridade penal.	- Defesa da redução da maioridade penal.	- Contrária ao aborto para meninas menores de idade. - Defesa da redução da maioridade penal.
Direitos de minorias (LGBT)			

<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Fim do preconceito LGBT. - Contra a homofobia. - Combate à opressão LGBT.	- Fim do preconceito LGBT. - Contra a homofobia. - Combate à opressão LGBT.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Contrária às políticas LGBT. - Contra o casamento de pessoas do mesmo sexo.
Direitos de minorias (mulheres)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Luta contra o machismo, contra a desigualdade e pela igualdade/equiparação de gênero. - Defesa das pautas feministas. - Pelo fim do preconceito de gênero. - Contra a violência contra a mulher. - Contra a divisão sexual do trabalho. - Pelo direito ao aborto e à autonomia do corpo da mulher.	- Luta contra o machismo, contra a desigualdade e pela igualdade/equiparação de gênero. - Defesa das pautas feministas. - Pelo fim do preconceito de gênero. - Contra a violência contra a mulher. - Contra a divisão sexual do trabalho. - Pelo direito ao aborto e à autonomia do corpo da mulher.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Contra a emancipação das mulheres. - Contra o aborto.
Direitos de minorias (relações raciais)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Ideia negativa de que o racismo é uma construção social desigual; tal desigualdade se dá por uma “suposta inferioridade biológica”. - Contra a ideologia da inferioridade de negros e negras. - Ampliação da luta contra o racismo. - Criação de políticas públicas voltadas ao antirracismo e à inclusão dos negros. - Estado deve intervir na luta contra o racismo e na inclusão de negros. - Inclusão de negros via educação (em todos os níveis), como uma política de Estado.	- Ideia negativa de que o racismo é uma construção social desigual; tal desigualdade se dá por uma “suposta inferioridade biológica”. - Contra a ideologia da inferioridade de negros e negras. - Ampliação da luta contra o racismo. - Criação de políticas públicas voltadas ao antirracismo e à inclusão dos negros. - Estado deve intervir na luta contra o racismo e na inclusão de negros. - Inclusão de negros via educação (em todos os níveis), como uma política de Estado.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Defesa de práticas racistas.
Dívida social (inclusão social)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Instituição de políticas públicas sociais. - Ampliação de recursos para programas sociais. - Contra a desigualdade social. - Combate à fome. - Acesso dos mais pobres ao poder judiciário para terem seus direitos garantidos. - Defesa do salário desemprego e do bolsa família. - Defesa dos pobres, dos excluídos. - Defesa de políticas de inclusão e de igualdade social. - Reformas urbana e agrária.	- Instituição de políticas públicas sociais. - Regulação do sistema capitalista pelo Estado. - Ampliação de recursos para programas sociais. - Contra a desigualdade social. - Inclusão social pelo consumo. - Combate à fome. - Acesso dos mais pobres ao poder judiciário para terem seus direitos garantidos. - Defesa do salário desemprego e do bolsa família. - Defesa dos pobres, dos excluídos. - Esporte como política de inclusão social e desvinculada da imagem de prática competitiva.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

	- Defesa de políticas de inclusão e de igualdade social. - Reformas urbana e agrária.		
Educação			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Abertura de vagas para estudantes pobres nas universidades públicas.	- Financiamento de estudantes pobres no ensino superior privado. - Abertura de vagas para estudantes pobres nas universidades públicas.	- A escola privada tem um ensino melhor e está mais atenta ao que o consumidor quer, além de respeitar os valores familiares, não levados em consideração pelas públicas. - Ensino clássico (tradicional) para o país subir nos rankings escolares. - Educação entendida como instrução acadêmica e instrução de valores familiares. - Ensino clássico (tradicional), pois o trabalhador com mais educação formal é mais produtivo. - Educação tem de levar em conta os limites entre família (valores familiares) e Estado.	- A escola privada tem um ensino melhor e está mais atenta ao que o consumidor quer, além de respeitar os valores familiares, não levados em consideração pelas públicas. - Educação entendida como instrução acadêmica e instrução de valores familiares. - Ensino clássico (tradicional), pois o trabalhador com mais educação formal é mais produtivo. - Educação tem de levar em conta os limites entre família (valores familiares) e Estado.
Meio Ambiente			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Capitalismo visto como um sistema econômico prejudicial ao meio ambiente. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Ambientalismo como anticapitalista. - Contra a utilização de fontes energéticas predatóricas. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Luta ambiental como uma bandeira de esquerda.	- Capitalismo visto como um sistema econômico prejudicial ao meio ambiente. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Ambientalismo como anticapitalista. - Contra a utilização de fontes energéticas predatóricas. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Luta ambiental como uma bandeira de esquerda.	- Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Previdência			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT, foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas. - Política neoliberal e ditada pelo FMI.	- Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT, foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas. - Política neoliberal e ditada pelo FMI.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
Relações Agrárias			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Contra o latifúndio e a concentração de terras. - Defesa do MST. - Defesa da ocupação de terras. - Defesa da reforma agrária. - Defesa dos camponeses	- Contra o latifúndio e a concentração de terras. - Defesa do MST. - Defesa da reforma agrária. - Defesa dos camponeses sem terra.	- Contra a invasão de terras. - Contra as ações do MST.	- Contra a invasão de terras. - Contra as ações do MST.

sem terra.			
Relações de Trabalho			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita conservadora</i>
- Direitos da classe trabalhadora. - Defesa da justiça do trabalho. - Defesa das greves dos trabalhadores. - Defesa dos direitos trabalhistas. - Defesa da organização sindical. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos.	- Investimentos e empréstimos públicos condicionados à contrapartida de manutenção de empregos e de renda dos trabalhadores. - Direitos da classe trabalhadora. - Defesa da justiça do trabalho. - Defesa das greves dos trabalhadores. - Defesa dos direitos trabalhistas. - Defesa da organização sindical. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos.	- Modernização da legislação trabalhista. - Legislação trabalhista anacrônica nos dias atuais. - Flexibilização das relações de trabalho. - Desonerar de impostos a folha de pagamentos para novos empregos.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

Elaboração: Professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares (PPGCPol/Ufpel)

Apêndices

APÊNDICE A – Bancada eleita para a 52ª Legislatura

PARTIDO	BANCADA
TOTAL	513
PT	91
PFL	84
PMDB	75
PSDB	70
PPB	49
PTB	26
PL	26
PSB	22
PDT	21
PPS	15
PC do B	12
PRONA	6
PV	5
PSD	4
PST	3
PMN	1
PSC	1
PSDC	1
PSL	1

Fonte: *Site da Câmara dos Deputados*

APÊNDICE B – Projetos de Lei concernentes às políticas sociais apresentados pelo PSDB na 52ª Legislatura

PL	Autor	Ementa
30-2003	Bismark Maia	Institui o Fundo de Aquisição de Livros para as Universidades Públicas
32-2003	Bismark Maia	Proíbe a cobrança do contribuinte de qualquer taxa ou tarifa para inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal
34-2003	Bismark Maia	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995, vedando a cobrança de taxa de religação nos serviços públicos de água e esgoto
35-2003	Bismark Maia	Adiciona parágrafo ao art. 6º da Lei nº 9.870, de 23 de Novembro de 1999
57-2003	Wilson Santos	Altera a redação do inciso II do Parágrafo Terceiro do artigo sexto da Lei 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia.
84-2003	Roberto Magalhães	Regula situações decorrentes do disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal.
85-2003	Roberto Magalhães	Altera a Lei 8.313, de 23 de Dezembro de 1991
140-2003	Bismark Maia	Altera dos artigos 3º e 56 da Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e das outras providências".
206-2003	Roberto Magalhães	Acrescenta um parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, versando sobre a justa causa na rescisão de contrato de trabalho, em caso de alcoolismo.
210-2003	Dr. Heleno	Dá nova redação ao caput e ao § 2º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para ampliar o número de parcelas do seguro-desemprego.
211-2003	Paulo Feijó	Obriga as prestadoras de serviços telefônicos fixo comutado a ofertar serviço de acesso discado a provedor de Internet mediante pagamento de tarifa única.
263-2003	Dr. Heleno	Suspende o pagamento das prestações da casa própria de mutuários desempregados do Sistema Financeiro da Habitação.
269-2003	Roberto Magalhães	Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis Assistenciários e disciplina o processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
298-2003	Affonso Camargo	Dispõe sobre a concessão do Vale Transporte Desemprego ao trabalhador desempregado, e dá outras providências.
319-2003	João Castelo	Reserva vagas nas universidades públicas a professores da rede pública de ensino, criando o Programa de Avaliação Exclusiva – PAE
351-2003	Bismark Maia	Proíbe a cobrança do contribuinte de qualquer taxa ou tarifa de religação nos serviços públicos de fornecimento de serviços essenciais
414-2003	Thelma de Oliveira	Institui nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios o Programa de Atendimento Integrado à adolescente gestante e dá outras providências.
450-2003	Walter Feldman e Paulo Kobayashi	Dispõe sobre o ingresso e permanência de cães-guia em locais públicos
499-2003	Dr. Heleno	Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras de instalação de cabines de auto-atendimento para clientes com problemas de locomoção
517-2003	Feu Rosa	Dispõe sobre o Tribunal do Júri
534-2003	Bismark Maia	Proíbe a interrupção de fornecimento de serviços públicos essenciais em véspera de feriado e de fim de semana
537-2003	Feu Rosa	Estabelece a isenção de IPI e do II para as doações destinadas a instituições de assistência social, sem fins lucrativos
598-2003	Walter Feldman	Institui o Gatilho Desemprego

599-2003	Feu Rosa	Altera a Lei nº 9.009/95 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis
773-2003	Bismark Maia	Altera o Art. 5º da Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950
949-2003	Leo Alcântara	Dispõe sobre medidas de apoio aos pais ou responsáveis por pessoas portadoras de deficiências físicas, sensoriais ou mentais
1144-2003	Maria do Carmo Lara	Institui a Política Nacional de Saneamento Ambiental, define diretrizes para a prestação de serviços públicos de água e esgoto, e dá outras providências
1772-2003	Professora Raquel Teixeira	Dispõe sobre as diretrizes da Política Nacional de formação, certificação e valorização do magistério público.
1182-2003	Luiz Carlos Haully	Altera o caput do art. 41 da Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1991
1209-2003	Lobbe Neto	Acrescenta artigo à Lei n.º 10.555, de 13 de novembro de 2002, que “Autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências”, para permitir o saque dos complementos de atualização monetária em situação de desemprego involuntário, nas condições em que especifica.
1267-2003	Lobbe Neto	Cria a cesta básica de eletrodomésticos populares.
1268-2003	Lobbe Neto	Estabelece alíquotas de contribuição para os contratos de aprendizagem previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
1274-2003	Eduardo Barbosa	Cria a Profissão de Agente Comunitário de Saúde Bucal e dá outras providências.
1301-2003	Feu Rosa	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, assegurando a gratuidade da inscrição no CPF – Cadastro de Pessoas Físicas.
1320-2003	Bismark Maia	Dispõe sobre a criação de uma universidade federal na Região Centro – Sul do Estado do Ceará, na cidade de Iguatu.
1367-2003	Bismark Maia	Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.
1376-2003	Affonso Camargo	Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.
1377-2003	Feu Rosa	Dispõe sobre o horário especial de trabalho para os pais de portadores de deficiência.
1431-2003	Luiz Carlos Haully	Concede preferência na tramitação de processo administrativo em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos
1438-2003	Wilson Santos	Altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
1497-2003	Átila Lira	Dispõe sobre a oferta de serviços de psicologia para acompanhamento dos alunos na escola e na comunidade.
1512-2003	Carlos Sampaio	Acrescenta o artigo 258-A à Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)
1552-2003	Lobbe Neto	Altera a Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, que “ dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências”, para permitir a movimentação do saldo da conta vinculada para aquisição de imóvel rural.
1553-2003	Lobbe Neto	Altera o § 2º do art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o piso salarial regional, a que refere a Lei Complementar nº 103 de 14 de julho de 2000, como valor mínimo para o salário de benefício da Previdência Social.
1629-2003	Professora Raquel Teixeira	Amplia o prazo para a destinação de recursos da União ao Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos.

1643-2003	Lobbe Neto	Da nova redação à alínea "u", § 9º, do art. 28, da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.
1663-2003	Antônio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador.
1741-2003	Eduardo Barbosa	Acrescenta parágrafo único ao artigo 30 da Lei nº 8.935, de 1994, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento aos deficientes visuais.
1772-2003	Eduardo Paes	Institui a Política Nacional de Água e Esgoto e diretrizes nacionais para a prestação, a regulação e a fiscalização do serviço público de água e esgoto, e dá outras providências.
1780-2003	Léo Alcântara	Dispõe sobre a fixação de prazo para o cumprimento do disposto no Art. 16 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
1829-2003	Júlio Redecker	Altera a Lei n.º 8.989, de 1995, modificada pela Lei n.º 10.690, de 2003, no que se refere à aquisição de veículo com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados por pessoa portadora de deficiência.
1831-2003	Lobbe Neto	Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.
1832-2003	Átila Lira	Dá nova redação ao Capítulo III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
1875-2003	Bismark Maia	Institui os Centros de Ensino Esportivo e dá outras providências.
1920-2003	Wilson Santos	Torna crime hediondo a utilização de menor em delitos.
1950-2003	Eduardo Paes	Estabelece os termos e limites em que será exercido o direito de greve pelos servidores públicos federais.
1951-2003	Eduardo Paes	Altera a Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre isenção de IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências.
1992-2003	Lobbe Neto	Altera a redação do art. 20, da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990.
2030-2003	Lobbe Neto	Altera a redação dos arts. 4º e 5º da Lei 6.494 de 07 de dezembro de 1977
2031-2003	Lobbe Neto	Altera a redação dos arts. 3º e 4º, da Lei 7.395 de 31 de outubro de 1985.
2065-2003	Vottorio Mediolli	Dispõe sobre o incentivo ao sistema orgânico de produção agropecuária, ao financiamento de projetos de conversão a este sistema e à certificação de produtos orgânicos, alterando a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.
2081-2003	João Campos	Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", limitando a veiculação de espetáculo ou programa impróprio em local público ou em veículo de transporte público.
2194-2003	Serafin Venzon	Acrescenta hipótese de movimentação da conta vinculada do FGTS em razão do acometimento de paralisia irreversível e incapacitante.
2364-2003	Paulo Feijó	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tornando obrigatória a elaboração de Análise de Risco Ambiental – ARA no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente.
2375-2003	Antônio Carlos Pannunzio	Modifica o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal; a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980; e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer a tipificação criminal do tráfico de pessoas, suas penalidades e outras disposições correlatas.

2394-2003	Wilson Santos	Dispõe sobre o direito à meia-entrada para os estudantes do ensino fundamental, médio e superior, cursos pré-universitários e profissionalizantes, bem como para menores de dezoito anos, em casas de diversão, espetáculos, casas de exibição e similares das áreas de esporte, cultura e lazer em todo o território nacional, e dá outras providências.
2464-2003	Júlio Redecker	Altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
2469-2003	Júlio Redecker	Altera dispositivo da Lei do Simples.
2539-2003	Serafin Venzon	Dispõe sobre a destinação de recursos das Loterias Federais à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs, à Federação Nacional dos Cegos – FNC e à Federação Nacional dos Surdos-Mudos – FNM.
2620-2003	Eduardo Paes	Dispõe sobre a devolução dos recursos pagos a título de tarifas bancárias decorrente da aplicação da Portaria nº 837, de 20 de junho de 2003.
2627-2003	Antônio Carlos Thame e Walter Feldman	Institui Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e dá outras providências.
2628-2003	Jutahy Junior	Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.
2629-2003	Jutahy Junior	Altera a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que dispõe sobre corrupção de menores.
2653-2003	Wilson Santos	Dispõe sobre a distribuição geográfica igualitária de cinquenta por cento dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) entre projetos culturais executados nas vinte e sete Unidades da Federação.
2779-2003	João Campos	Permite o financiamento da construção, reforma ou ampliação de imóvel rural com recursos do FGTS.
2781-2003	Carlos Sampaio	Dispõe sobre a inclusão da disciplina "Introdução à Cidadania", no currículo do ensino fundamental, sendo obrigatória nos Sistemas Federal, Estadual e Municipal e dá outras providências
2835-2003	Eduardo Paes	Dispõe sobre incentivo fiscal à contratação de mães solteiras.
2856-2004	Wilson Santos	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a esclerose lateral amiotrófica e a esclerodermia no dispositivo que trata de isenção de imposto de renda para pessoas físicas acometidas pelas moléstias especificadas.
2879-2004	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera os arts. 39 e 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.
2963-2004	Átila Lira	Dispõe sobre a distribuição de exemplares da Constituição Federal às escolas públicas de ensino fundamental e médio.
2994-2004	Júlio Redecker	Institui o Programa de Financiamento do Ensino Superior Comunitário – PROFESC.
3046-2004	Antonio Cambraia	Modifica a Lei nº 9.394, de 20/12/96, e dá outras providências.
3073-2004	Alberto Goldman	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2004, e dá outras providências.
3077-2004	Lobbe Neto	Altera o art. 13 do Estatuto do Idoso, aprovado pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estender à Defensoria Pública a atribuição de referendar a transação de alimentos, em favor do idoso, com a eficácia de título executivo extrajudicial.
3113-2004	Antonio Cambraia	Altera a alínea b, do inciso I, do art. 7º da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.

3144-2004	Antonio Cambraia	Altera os arts. 1º, 2º, 6º e 7º da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.
3178-2004	Eduardo Paes	Institui o Programa Nacional de Apoio ao Esporte - PRONAE e dá outras providências.
3317-2004	Lobbe Neto	Autoriza o Poder Executivo a admitir portadores de necessidades especiais em cargos administrativos, no âmbito do Ministério da Defesa.
3355-2004	Júlio Redecker	Dispõe sobre a criação de programa de financiamento de próteses e equipamentos especiais para deficientes físicos.
3401-2004	Lobbe Neto	Cria a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio.
3407-2004	João Campos	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelecendo o Balanço Social, nos termos em que especifica, como critério de desempate em licitações públicas.
3435-2004	Eduardo Paes	Institui Programa Nacional de Fortalecimento Econômico da Sociedade Civil e dispõe sobre a criação de incentivo fiscal para a compra e doação de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna de Responsabilidade do Tesouro Nacional, para substituição por Certificados Qualificados emitidos com a finalidade específica de financiar as ações de pessoas jurídicas de direito privado, qualificadas como OSCIP, OS, cooperativas de crédito especificadas, ou sociedades de crédito ao microempreendedor, e dá outras providências.
3613-2004	Carlos Sampaio	Dispõe sobre a obrigatoriedade da participação de psicólogos nos quadros funcionais das escolas brasileiras.
3654-2004	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera o inciso III do art. 35 da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1996.
3658-2004	Walter Feldman	Da nova redação ao art. 260 da Lei nº 8.069 (ECA), de 13 de julho de 1990, acrescentando incisos com alternativa para as pessoas físicas e jurídicas fazerem doações dedutíveis no imposto de renda, a projetos aprovados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
3669-2004	Antonio Carlos Mendes Thame	Prorroga o prazo para repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural objeto da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.
3673-2004	Sebastião Madeira	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Sul do Maranhão, no Estado do Maranhão, e dá outras providências
3675-2004	Dep. Professora Raquel Teixeira	Altera a redação dos art. 6º, art. 29, art. 30, inciso II, art. 32, caput, e art. 87, § 2º e § 3º, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", dispondo sobre a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.
3697-2004	Júlio Redecker	Altera a redação do art. 5º, da Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964 — Lei do Serviço Militar, permitindo a incorporação do brasileiro a partir dos dezesesseis anos de idade, nas condições que especifica.
3761-2004	Wilson Santos	Cria o Fundo Nacional de Prevenção e de Combate ao Alcoolismo, e dá outras providências.
3802-2004	Wilson Santos	Modifica a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, acrescentando o benefício do passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte intermunicipal e urbano.
3829-2004	Lobbe Neto	Estabelece alíquotas de contribuição para os contratos de aprendizagem previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

3839-2004	Júlio Redecker	Altera o inciso "I" do art. 2º e o caput do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a percepção de seguro-desemprego pelos funcionários de empresas que vierem a ser fechadas, por ordem judicial, em razão de adulteração, imitação ou falsificação.
3853-2004	Carlos Sampaio	Dispõe sobre o trabalho educativo do adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
4058-2004	Professora Raquel Teixeira e outros	Altera o art. 62, acrescenta o art. 87-A e revoga o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional".
4366-2004	Zenaldo Coutinho	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a concessão do benefício de prestação continuada aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.
4389-2004	João Campos	Dispõe sobre a gratuidade do traslado interestadual de cadáveres ou restos mortais humanos, bem como de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante, por empresas brasileiras de transporte aéreo.
4425-2004	Eduardo Paes	Dispõe sobre os incentivos fiscais a serem concedidos às pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL que gerem Reduções Certificadas de Emissões – RCEs, autoriza a constituição de Fundos de Investimento em Projetos de MDL e dá outras providências.
4531-2004	Antônio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a renegociação das prestações em atraso do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.
4552-2004	Luiz Carlos Hauly	Cria a Área de Proteção Ambiental - APA – do rio Iguaçu.
4553-2004	Lobbe Neto	Regulamenta o inciso XVI do art. 22 da Constituição Federal que trata da organização do sistema nacional de emprego e dá outras providências.
4599-2004	Lobbe Neto	Dispõe sobre a criação da Faculdade de Medicina de São Carlos, na Região Central de São Paulo.
4625-2004	Dep. Átila Lira	Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", para inserir dispositivos sobre Centros de Educação Tecnológica.
4662-2004	Professora Raquel Teixeira	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sudeste a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás-UFG.
4663-2004	Professora Raquel Teixeira	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sudoeste, a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás-UFG.
4782-2005	Manoel Salviano	Altera o § 5º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.
4785-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a dedução de gastos com ensino fundamental, médio e superior pagos em favor de empregados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real na determinação do imposto de renda.
4879-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, criando nova hipótese de saque nas contas vinculadas ao FGTS.
4907-2005	Antonio Carlos Pannunzio	Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário de serviços públicos prestados pela União e dá outras providências
4960-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Institui isenção de tributos federais incidentes sobre a comercialização de pães e água mineral.
5114-2005	Eduardo Paes	Inclui a "Meta de Nível de Emprego" como um dos parâmetros para definir a taxa de juros a ser fixado pelo Banco Central do Brasil.

5162-2005	Dep. Paulo Feijó	Dispõe sobre mecanismos de incentivo a projetos de proteção ao meio ambiente e doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 1989.
5167-2005	Capitão Wayne	Dispõe sobre a exibição de desenhos e outros programas que mostrem armas de Fogo ou cenas de guerra com Armas de Fogo e ainda Cenas de Sexo, e dá outras providências
5202-2005	Carlos Alberto Leréia	Dispõe sobre criação da Universidade Federal Cachoeira do Pirapitinga a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás - UFG e dá outras providências.
5205-2005	Eduardo Paes	Dispõe sobre a comprovação da situação acadêmica do estudante para obtenção do benefício da meia entrada e dá outras providências.
5210-2005	Lobbe Neto	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 – Dispõe sobre o fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências - FIES
5212-2005	Lobbe Neto	Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
5213-2005	Lobbe Neto	Altera a redação do § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975
5280-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera a redação da alínea “t” do parágrafo 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.”
5281-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para limitar, em 15% o valor do benefício de aposentadoria ou pensão pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, que recebam até três salários mínimos, a soma dos descontos em folha de pagamento de benefícios, destinados à amortização de empréstimos tomados junto a instituições financeiras.
5311-2005	Gustavo Fruet	Reduz as alíquotas da CIDE – Combustíveis, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, incidentes sobre bens destinados a prestadoras de serviço de transporte coletivo de passageiros.
5358-2005	Luiz Carlos Haully	Cria o Parque Nacional “ Ângelo Kretan” no Estado do Paraná.
5359-2005	Capitão Wayne	Altera a tabela de taxas constante do anexo à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
5380-2005	Carlos Alberto Leréia	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte Goiano (UNIFENG)
5381-2005	Carlos Alberto Leréia	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal Chapada dos Veadeiros (UFCV)
5384-2005	Eduardo Barbosa	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas com ostomia.
5395-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera a Lei n.º 8.989, de 1995, modificada pelas Leis n.º 9.317, de 1996, n.º 10.182, de 2001, n.º 10.690, de 2003, com a redação dada pela Lei n.º 10.754, de 2003, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, nas condições que especifica.
5408-2005	Luiz Carlos Haully	Autoriza, nos termos do § 3.º do art. 164 da Constituição Federal, que até cinco por cento das disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sejam depositadas em cooperativas de crédito.
5409-2005	Eduardo Barbosa	Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7. 713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e acréscimo do --§ 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.
5434-2005	Eduardo Gomes	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

5530-2005	Eduardo Paes	Estabelece que toda e qualquer empresa que atue no território nacional, e possua 50 (cinquenta) ou mais funcionários, tenha que contar com um pedagogo em sua área de recursos humanos.
5544-2005	Capitão Wayne	Inclui a disciplina "Segurança Pública" no currículo do ensino fundamental do Brasil.
5545-2005	Capitão Wayne	Institui o Programa de Incentivo Profissional e educacional para os servidores da área de segurança pública.
5548-2005	Capitão Wayne	Institui o estágio de estudantes de direito nos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.
5554-2005	Capitão Wayne	Determina que as indústrias de cigarros compensem os entes públicos pelos custos despendidos com os atendimentos médicos no Sistema Único de Saúde - SUS, prestados aos portadores de doenças associadas ao tabagismo.
5561-2005	Capitão Wayne	Estabelece a obrigatoriedade da instalação de creche o pré-escola nas unidades de segurança pública.
5566-2005	Capitão Wayne	Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para Mulheres vítimas de violência e dá outras providências.
5569-2005	Capitão Wayne	Altera os arts. 79, 109 e 163 da Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, que "dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações", e dá outras providências.
5570-2005	Capitão Wayne	Institui a obrigatoriedade de Seguro de Vida e de acidentes para os integrantes do órgãos de segurança pública da União, dos Estado e do Distrito Federal.
5571-2005	Capitão Wayne	"Institui o Fundo de Auxílio Financeiro á Pessoa Vítima de Crime Praticado com Arma de Fogo"
5607-2005	Carlos Alberto Leréia	Altera a Lei n.º 9.496, de 11 de setembro de 1997, para autorizar a amortização de até cinco por cento do valor refinanciado pelos Estados e pelo Distrito Federal junto à União, conforme os critérios e os limites anuais definidos pelo Ministério da Fazenda, mediante a execução de despesas de capital em universidades estaduais.
5694-2005	João Campos	Altera o parágrafo primeiro do art. 240 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
5700-2005	Eduardo Gomes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Bico do Papagaio, com sede na cidade de Augustinópolis, no Estado do Tocantins, e dá outras providências
5724-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Dá nova redação à alínea t do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre valores relativos a plano educacional não integrantes do salário de contribuição.
5773-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para disciplinar o disposto no § 9º do art. 195 e no § 12 do art. 201 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005.
5782-2005	Eduardo Gomes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Bico do Papagaio, com sede na cidade de Augustinópolis, no Estado do Tocantins, e dá outras providências
5836-2005	João Campos	Acrescenta dispositivos à Lei nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para estimular o reemprego de trabalhadores adultos e dá outras providências.
5931-2005	Paulo Bauer	Altera o art. 25 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para estipular em seis meses a carência do auxílio doença.
5936-2005	Yeda Crusius	Altera o art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993.

5937-2005	Yeda Crusius	Acrescenta parágrafo 3º ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para incluir o fornecimento de bolsas de estudo para pessoas portadoras de deficiência na cota de vagas para esses trabalhadores.
6005-2005	Bismarck Maia	Altera o inciso XIV do art. 6º. da Lei No. 7.713, de 1998, com as modificações promovidas pelas Leis Nos. 8.541, de 1992, 9.250, de 1995, e 11.052, de 2004, para incluir as doenças cérebro-vasculares decorrentes de AVC (acidente vascular cerebral) nas hipóteses de isenção previstas na lei.
6023-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre farinha de arroz.
6091-2005	Eduardo Paes	Dispõe sobre a gratuidade do primeiro diploma dos níveis médio, técnico e superior.
6097-2005	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para instituir desonerações fiscais
6179-2005	Bismarck Maia	Acrescenta os parágrafos 3º e 4º ao Art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que “dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal”.
6280-2005	Carlos Alberto Leréia	Concede isenção do imposto sobre produtos industrializados para veículos pesados, máquinas e equipamentos adaptados a portadores de deficiência física.
6340-2005	Dep. Thelma de Oliveira	Estabelece normas para a proteção dos alunos pertencentes ao ensino fundamental e médio público.
6341-2005	Thelma de Oliveira	Proíbe a veiculação de propaganda ao ar livre cujo tema utilize o corpo de mulheres para publicização e comercialização de produtos.
6536-2006	Bismarck Maia	Altera o § 1º do Artigo 186 da Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para incluir as doenças cérebro-vasculares decorrentes de AVC (acidente vascular cerebral) nas hipóteses de aposentadoria por invalidez, permanente, sendo os proventos integrais.
6615-2006	Antonio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais à reciclagem.
6746-2006	Júlio Redecker	Dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho.
6820-2006	Xico Graziano	Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária
6920-2006	João Campos	Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a concessão de aposentadoria não importa a extinção do vínculo empregatício.
6926-2006	Antonio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre proteção e defesa do usuário de serviço público prestado por órgãos e entidades da União, e dá outras providências.
6964-2006	Professora Raquel Teixeira	Acrescenta o art. 27-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a obrigatoriedade da existência de laboratórios de ciências e de informática nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

6965-2006	Professora Raquel Teixeira	Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a obrigatoriedade da existência de educadores assistentes na educação infantil.
7074-2006	Antonio Carlos Mendes Thame	Institui medidas para o uso racional de águas para o consumo humano nas condições que estabelece.
7122-2006	Eduardo Gomes	Concede a dedução dos gastos com medicamentos, nas condições que estabelece, na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas.
7189-2006	Gonzaga Mota	Institui a distribuição gratuita de medicamentos para idosos e dá outras providências.
7196-2006	Walter Barelli	Altera dispositivos da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências”.
7207-2006	Carlos Haully	Permite a dedução dos gastos com atividades físicas na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas, nas condições que determina.
7295-2006	Professora Raquel Teixeira	Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
7312-2006	Antonio Carlos Mendes Thame	Acrescenta inciso ao caput do art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS na hipótese de realização de treinamento ou qualificação profissional custeados total ou parcialmente pelo empregado.
7358-2006	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a contribuição sindical.
7408-2006	Luiz Carlos Haully	Permite a dedução dos gastos com atividades físicas na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas, nas condições que determina.
7420-2006	Professora Raquel Teixeira	Dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção.
7493-2006	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera o art. 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições, dispondo sobre urnas eletrônicas destinadas a eleitores cegos.
7500-2006	Professora Raquel Teixeira	Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.
7501-2006	Professora Raquel Teixeira	Institui o Fundo Nacional de Assistência ao Estudante de Nível Superior – FUNAES.
7518-2006	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, que “Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e dá outras providências”.
7556-2006	Walter Feldman	Dispõe sobre o crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS, acrescenta artigos na Lei nº 10.820/03, que autoriza desconto em folha de pagamento (Crédito Consignado) e dá outras providências
7596-2006	Roland Lavigne	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ilhéus, no Estado da Bahia.
7607-2006	Luiz Carlos Haully	Dispõe sobre a inclusão da disciplina empreendedorismo no ensino fundamental, médio, profissionalizante, e educação superior.
7645-2006	Antonio Carlos Mendes Thame	Introduz alterações na Lei nº 8.019, de 1990, alterada pela Lei nº 8.357, de 1991, e na Lei nº 8.427, de 1992, para que recursos do FAT possam ser movimentados pelas cooperativas de crédito rural.

7656-2006	Itamar Serpa	Dá nova redação ao inciso I do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
7669-2006	Walter Barelli e Julio Semeghini	Estabelece diretrizes gerais para a atuação da União Federal em programas, projetos e ações de geração de empregos por meio de frentes produtivas de trabalho.
7678-2006	Walter Feldman	Dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar em edificações, e dá outras providências.

Fonte: Site da Câmara dos Deputados.